

RESOLUÇÃO Nº 21/2009, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009
Dispõe sobre o Planejamento Estratégico Institucional do Poder
Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

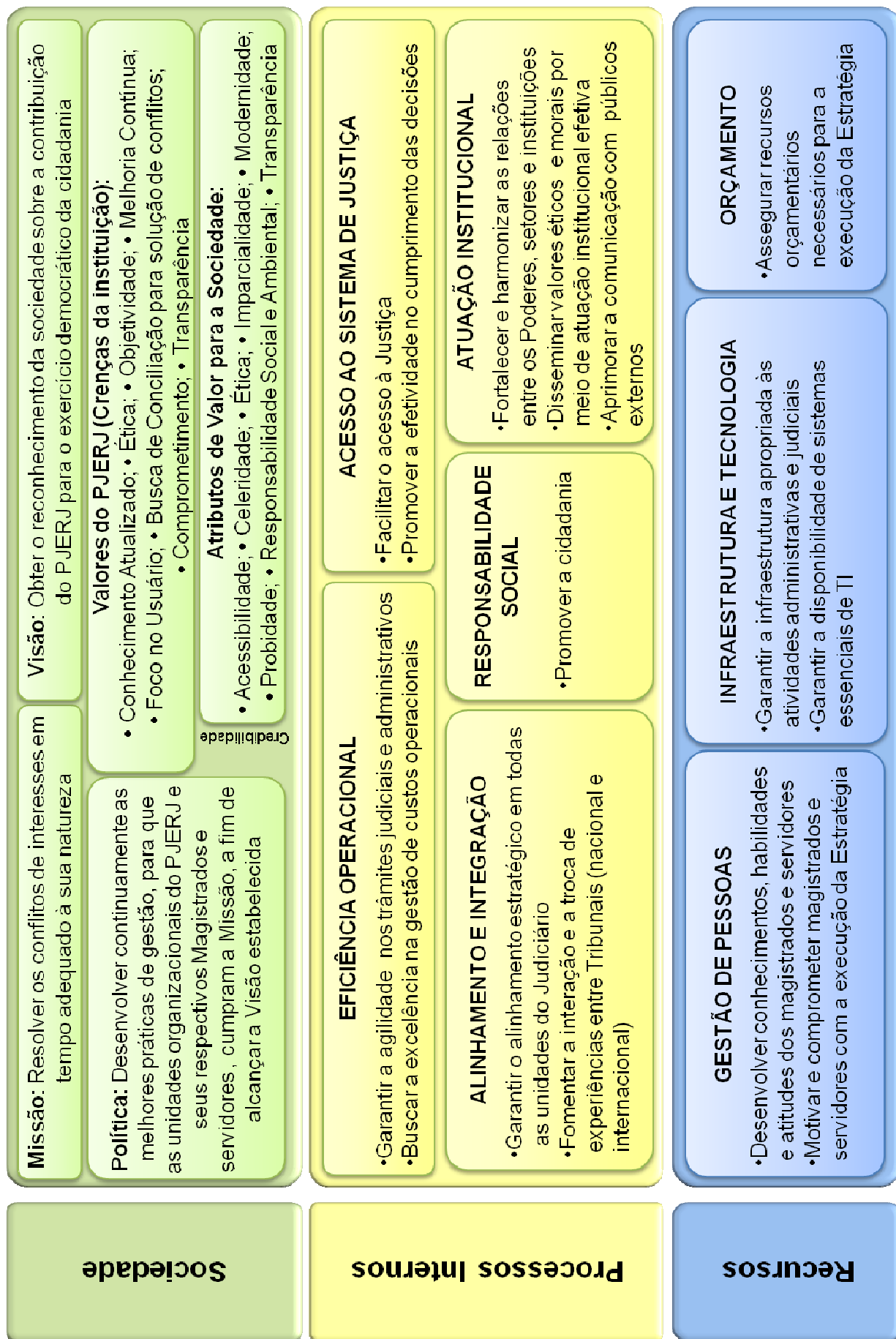
ANEXO I

A Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro



PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Missão:

Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza

Visão:

Obter o reconhecimento da sociedade sobre a contribuição do PJERJ para o exercício democrático da cidadania.

Política da Qualidade:

Desenvolver continuamente as melhores práticas de gestão para que as unidades organizacionais do PJERJ e seus respectivos Magistrados e servidores cumpram a missão, a fim de alcançar a visão estabelecida.

Valores do PJERJ (Crenças da Instituição):

- Conhecimento Atualizado
Necessidade de conhecimento multidisciplinar pelos Magistrados e Servidores do PJERJ
- Ética
Padrões morais, de acordo com as crenças básicas da sociedade, leis, regulamentos e expectativas públicas
- Objetividade
Buscar o caminho mais curto para atingir o resultado desejado, sem “achismos”
- Melhoria Contínua
Nada é tão bom que não possa ser melhorado, e até, inovado
- Foco no Usuário
Preocupação constante em prestar serviços com qualidade, que atendam ao usuário
- Busca da Conciliação para a Solução de Conflitos
Relações saudáveis, baseadas na compreensão das necessidades mútuas
- Comprometimento
Responsabilidade pessoal e funcional que leve a atitudes em prol do interesse coletivo
- Transparência
Prestação de contas à sociedade, demonstrando coerência entre o que se faz e o que se diz fazer

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Credibilidade;
- Acessibilidade;
- Celeridade;
- Modernidade;
- Transparência;
- Efetividade;
- Responsabilidade Social e Ambiental.

Indicadores Relacionados à Visão:

- Índice de Confiança no Poder Judiciário
- Índice de satisfação do cliente

Projetos Relacionados:

- Adotar Medidas para Agilidade no Trâmite Judicial em 2º Grau de Jurisdição
- Implementar o Sistema de Acompanhamento do Índice de Confiança da Sociedade no PJERJ
- Modelo para Redução da Taxa de Congestionamento de 1o. Grau e Aumento da Produtividade dos Magistrados

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
1. Índice de Confiança no Poder Judiciário	Obter 70% de aprovação na pesquisa, até 31/12/2014						Adotar Medidas para Agilidade no Trâmite Judicial em 2º Grau de Jurisdição Implementar o Sistema de Acompanhamento do Índice de Confiança da Sociedade no PJERJ
	56,00%	60,00%	62,00%	63,00%	65,00%	70,00%	
2. Índice de satisfação do cliente	Obter 73% de aprovação em pesquisa específica até a última pesquisa de 2014						Modelo para Redução da Taxa de Congestionamento de 1o. Grau e Aumento da Produtividade dos Magistrados
	67,81%	69,00%	70,00%	71,00%	72,00%	73,00%	

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Garantir a celeridade nos trâmites judiciais e administrativos.

Descrição do Objetivo:

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração do processo.

Linhas de Atuação:

- Taxa de congestionamento;
- Tecnologia (modernização);
- Alocação e realocação de pessoas;
- Otimização e simplificação de rotinas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Taxa de congestionamento do PJERJ
 - ◆ 1º grau (Conhecimento)
 - ◆ 2º grau (Conhecimento)
 - ◆ Juizados (Conhecimento)
 - ◆ Turmas Recursais (Conhecimento)
- Produtividade do magistrado Global do PJERJ
 - ◆ 1º grau (Conhecimento)
 - ◆ 2º grau (Conhecimento)
 - ◆ Juizados (Conhecimento)
 - ◆ Turmas Recursais (Conhecimento)
- Índice de atendimento à demanda (Global)
 - ◆ 1º Grau (Conhecimento)
 - ◆ 1º Grau (Execução)
 - ◆ 2º Grau
 - ◆ Juizados (Conhecimento)
 - ◆ Juizados (Execução)
 - ◆ Turmas Recursais
- Índice de agilidade no julgamento (Global)
 - ◆ 1º Grau (Conhecimento)
 - ◆ 1º Grau (Execução)
 - ◆ 2º Grau (Conhecimento)
 - ◆ 2º Grau (Execução)
 - ◆ Juizados (Conhecimento)
 - ◆ Juizados (Execução)
 - ◆ Turmas Recursais (Conhecimento)
- Índice de processos antigos
 - ◆ 1º Grau (Conhecimento)
 - ◆ 1º Grau (Execução)
 - ◆ 2º Grau
 - ◆ Juizados (Conhecimento)
 - ◆ Juizados (Execução)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Turmas Recursais
- Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços
 - Pregão
 - Pregão eletrônico
 - Convite
 - Tomada de preços
 - Concorrência
 - Contratação direta
- Índice de virtualização dos processos novos
 - Processos judiciais
 - Processos administrativos
- Índice de agilidade na publicação dos acórdãos

Projetos Relacionados:

- Acompanhamento e Controle da Disponibilidade dos Sistemas
- Adotar Medidas para Agilidade no Trâmite Judicial em 2º Grau de Jurisdição
- Atualização do Parque Tecnológico: Estações de Trabalho e Impressoras
- Construção da Lâmina Central do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital
- Construção da Lâminas IV e V do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital
- Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Cachoeiras de Macacu
- Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Pádua
- Contingenciamento da Rede Corporativa
- Desenvolver e Implementar Ações de Gestão Estratégica de Pessoas no PJERJ, com Foco em Competências
- Garantir Alta Disponibilidade dos Sistemas Mediante Base de Dados de Contingência
- Identificar a Lotação Ideal das Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
- Implantar a 4ª Fase da Guia de Recolhimento Via Eletrônica (GRERJ Eletrônica)
- Implementar o Centro de Digitalização de Documentos
- Implementar o Modelo de Gestão Simplificado em Unidades Judiciais
- Implementar o Sistema de Monitoramento nas Unidades Judiciárias de 1ª Instância
- Justiça Cidadã
- Mediação
- Modelo para Redução da Taxa de Congestionamento de 1o. Grau e Aumento da Produtividade dos Magistrados
- Plano Estratégico de Capacitação para os Servidores do PJERJ
- Readequação do Espaço Físico do 1o. Pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital
- Readequação do espaço físico e restauração da fachada do Edifício das Secretarias do Complexo do Fórum Central da Comarca de Niterói
- Reduzir o Ciclo das Contratações
- Restauração do Prédio do TACRIM
- Sistema Virtual de Feitos Administrativos
- Sistema Virtual de Feitos Judiciais

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
3. Taxa de congestionamento Global do PJERJ	Em medição						Acompanhamento e Controle da Disponibilidade dos Sistemas
3a. 1º grau (Conhecimento)	Reduzir para 5,85% a taxa de congestionamento até 31/12/2014						Adotar Medidas para Agilidade no Trâmite Judicial em 2º Grau de Jurisdição
	79,34%	77,76%	76,98%	76,21%	75,45%	74,70%	Atualização do Parque Tecnológico: Estações de Trabalho e Impressoras
3b. 2º grau (Conhecimento)	Em medição						Construção da Lâmina Central do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital
3c. Juizados (Conhecimento)	Reduzir para 5,86% a taxa de congestionamento até 31/12/2014						Construção da Lâminas IV e V do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital
	53,62%	52,55%	52,03%	51,51%	50,99%	50,48%	Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Cachoeiras de Macacu
3d. Turmas Recursais (Conhecimento)	Reduzir para 4,20% a taxa de congestionamento até 31/12/2014						Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Pádua
	12,63%	12,50%	12,40%	12,30%	12,20%	12,10%	Contingenciamento da Rede Corporativa
4. Produtividade do magistrado Global do PJERJ	Aumentar em 5,87% a produtividade do magistrado até 31/12/2014						Desenvolver e Implementar Ações de Gestão Estratégica de Pessoas no PJERJ, com Foco em Competências
	1.771,58	1.805,58	1.822,82	1.840,23	1.857,80	1.875,55	Garantir Alta Disponibilidade dos Sistemas Mediante Base de Dados de Contingência
4a. 1º grau (Conhecimento)	Aumentar em 5,87% a produtividade do magistrado até 31/12/2014						Identificar a Lotação Ideal das Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
	580,49	591,63	597,28	602,98	608,74	614,56	Implantar a 4ª Fase da Guia de Recolhimento Via Eletrônica (GRERJ Eletrônica)
4b. 2º grau (Conhecimento)	Aumentar em 5,87% a produtividade do magistrado até 31/12/2014						Implementar o Centro de Digitalização de Documentos
	155,04	158,02	159,52	161,05	162,59	164,14	Implementar o Modelo de Gestão Simplificado em Unidades Judiciais
4c. Juizados (Conhecimento)	Aumentar em 5,87% a produtividade do magistrado até 31/12/2014						Implementar o Sistema de Monitoramento nas Unidades Judiciárias de 1ª Instância
	4107,05	4185,87	4225,84	4266,2	4306,94	4348,07	Justiça Cidadã Mediação
4d. Turmas Recursais (Conhecimento)	Aumentar em 5,87% a produtividade do magistrado até 31/12/2014						
	1400,29	1427,16	1440,79	1454,55	1468,44	1482,47	
5. Índice de atendimento à demanda Global	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 31/12/2014						
	82,18%	83,76%	84,56%	85,36%	86,18%	87,00%	

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
5a. 1º Grau (Conhecimento)	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 31/12/2014						<p>Modelo para Redução da Taxa de Congestionamento de 1o. Grau e Aumento da Produtividade dos Magistrados</p> <p>Plano Estratégico de Capacitação para os Servidores do PJERJ</p> <p>Readequação do Espaço Físico do 1o. Pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital</p> <p>Readequação do espaço físico e restauração da fachada do Edifício das Secretarias do Complexo do Fórum Central da Comarca de Niterói</p> <p>Reduzir o Ciclo das Contratações</p> <p>Restauração do Prédio do TACRIM</p> <p>Sistema Virtual de Feitos Administrativos</p> <p>Sistema Virtual de Feitos Judiciais</p>
	139,53%	142,21%	143,57%	144,94%	143,32%	147,72%	
5b. 1º Grau (Execução)	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 31/12/2014						
	166,20%	169,39%	171,01%	172,64%	174,29%	175,95%	
5c. 2º Grau	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 31/12/2014						
	34,43%	35,09%	35,43%	35,76%	36,11%	36,45%	
5d. Juizados (Conhecimento)	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 31/12/2014						
	100,09%	102,01%	102,99%	103,97%	104,96%	105,96%	
5e. Juizados (Execução)	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 31/12/2014						
	317,74%	323,84%	326,93%	330,05%	333,20%	336,39%	
5f. Turmas Recursais	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 31/12/2014						
	93,96%	95,76%	96,68%	97,60%	98,53%	99,47%	
6. Índice de agilidade no julgamento (Global)	Em medição						
6a. 1º Grau (Conhecimento)	Aumentar para 5,14% o percentual de processos finalizados em até um ano, do protocolo à sentença (conhecimento), até 31/12/2014.						
	4,74%	4,85%	4,92%	4,99%	5,06%	5,14%	
6b. 1º Grau (Execução)	Aumentar para 24,04% o percentual de processos finalizados em até um ano, do trânsito em julgado à baixa (execução), até 31/12/2014.						
	22,04%	22,69%	23,02%	23,35%	23,69%	24,04%	
6c. 2º Grau (Conhecimento)	Em medição						
6d. 2º Grau (Execução)	Em medição						
6e. Juizados (Conhecimento)	Aumentar para 4,19% o percentual de processos finalizados em até um ano, do protocolo à sentença (conhecimento), até 31/12/2014.						
	3,84%	3,95%	4,01%	4,07%	4,13%	4,19%	

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
6f. Juizados (Execução)	Aumentar para 2,15% o percentual de processos finalizados em até um ano, do trânsito em julgado à baixa (execução), até 31/12/2014.						
	1,97%	2,03%	2,06%	2,09%	2,12%	2,15%	
6g. Turmas Recursais (Conhecimento)	Aumentar para 83,35% o percentual de processos finalizados em até um ano, do protocolo à sentença (conhecimento) até 31/12/2014.						
	76,43%	78,67%	79,81%	80,98%	82,15%	83,35%	
7. Índice de processos antigos	Em medição						
7a. 1º Grau (Conhecimento)	Reduzir em 8,67% o índice de processos antigos						
	105,87%	102,72%	101,18%	99,66%	98,16%	96,69%	
7b. 1º Grau (Execução)	Reduzir em 8,67% o índice de processos antigos						
	79,13%	76,77%	75,62%	74,49%	73,37%	72,27%	
7c. 2º Grau	Reduzir em 8,66% o índice de processos antigos						
	37,92%	36,79%	36,24%	35,70%	35,16%	34,63%	
7d. Juizados (Conhecimento)	Reduzir em 8,67% o índice de processos antigos						
	57,08%	55,38%	54,55%	53,73%	52,93%	52,13%	
7e. Juizados (Execução)	Reduzir em 8,67% o índice de processos antigos						
	683,76%	663,40%	653,45%	643,65%	633,99%	624,48%	
7f. Turmas Recursais	Reduzir em 8,67% o índice de processos antigos						
	163,80 %	158,92 %	156,54 %	154,19 %	151,88 %	149,60 %	

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
8. Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Aumentar para 90% os processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão por modalidade, até 31/12/2014						
	8,71%	25,29%	41,47%	57,64%	73,82%	90,00%	
8a. Pregão	16,80%	31,44%	46,08%	60,72%	75,36%	90,00%	
8b. Pregão eletrônico	10,00%	26,00%	42,00%	58,00%	74,00%	90,00%	
8c. Convite	16,75%	33,00%	47,25%	61,50%	75,75%	90,00%	
8d. Tomada de preços	0,00%	18,00%	36,00%	54,00%	72,00%	90,00%	
8e. Concorrência	Manter o prazo padrão						
8f. Contratação direta	0,00%	36,00%	54,00%	72,00%	90,00%	18,00%	
9. Índice de virtualização dos processos novos	Não será definida meta global para este indicador						
9a. Índice de virtualização dos processos judiciais novos	Aumentar para 90,00% o índice de virtualização dos processos novos, até 31/12/2014						
	0,00%	10,00%	20,00%	40,00%	70,00%	90,00%	
9b. Índice de virtualização dos processos administrativos novos	Aumentar para 70,00% o índice de virtualização dos processos novos, até 31/12/2014						
	0,00%	30,00%	40,00%	50,00%	60,00%	70,00%	
10. Índice de agilidade na publicação dos acórdãos	Em medição						

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

Descrição do Objetivo:

Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (responsabilidade ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.

Linhas de Atuação:

- Economicidade;
- Desburocratização;
- Redução do custo do processo judicial e administrativo;
- Gestão ambiental.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Eficiência operacional
- Eficiência na arrecadação de receitas
- Redução do consumo de papel
- Redução do consumo de água
- Redução do consumo de energia

Projetos Relacionados:

- Aprimorar Controles de Acompanhamento de Custos do PJERJ mediante o Relatório Gerencial de Controle de Custos
- Difundir o Convênio de Cooperação para Finalidades de Arrecadação (Dívida Ativa)
- Gestão Ambiental
- Identificar a Lotação Ideal das Unidades Organizacionais do PJERJ
- Implantar a 4ª Fase da Guia de Recolhimento Via Eletrônica (GRERJ Eletrônica)
- Implantar novo Plano de Carreira dos Servidores do Quadro Único de Pessoal do PJERJ
- Implementar o Centro de Digitalização de Documentos
- Implementar o Reembolso Eletrônico dos Atos Gratuitos de Nascimento e de Óbito
- Implementar o Sistema de Inventário de Bens Permanentes WEB
- Implementar o Sistema de Monitoramento nas Unidades Judiciárias de 1ª Instância
- Reduzir o Ciclo das Contratações
- Reduzir o Consumo de Água nas Instalações do PJERJ
- Reduzir o Consumo de Energia Elétrica nas Instalações do PJERJ
- Reduzir o Consumo de Papel nas Instalações do PJERJ
- Sistema de Controle de Órgãos e Localizações (SCOL)
- Sistema Extrajudicial Integrado - SEI
- Sistema Virtual de Feitos Administrativos
- Sistema Virtual de Feitos Judiciais

11 de 142

As projeções dos indicadores de desempenho, especialmente os de litigiosidade, serão revistas no início de 2010, tendo em vista que se basearam em um único período de coleta de dados.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
11. Eficiência operacional	Diminuir para R\$ 1.197,88 o valor da despesa por processo, até 2014						<p>Aprimorar Controles de Acompanhamento de Custos do PJERJ mediante o Relatório Gerencial de Controle de Custos</p> <p>Difundir o Convênio de Cooperação para Finalidades de Arrecadação (Divida Ativa)</p>
	1.311,58	1.272,33	1.253,44	1.234,64	1.216,12	1.1197,88	
12. Eficiência na arrecadação de receitas	Aumentar para 123,82% a relação receitas / despesas, até 31/12/2014						<p>Gestão Ambiental</p> <p>Identificar a Lotação Ideal das Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>Implantar a 4ª Fase da Guia de Recolhimento Via Eletrônica (GRERJ Eletrônica)</p>
	111,91%	114,29%	116,67%	119,05%	121,43%	123,82%	
13. Redução do consumo de papel	Reduzir em 5,0% o consumo de papel anualmente em relação ao período anterior, até 31/12/2014						<p>Implantar novo Plano de Carreira dos Servidores do Quadro Único de Pessoal do PJERJ</p> <p>Implementar o Centro de Digitalização de Documentos</p> <p>Implementar o Reembolso Eletrônico dos Atos Gratuitos de Nascimento e de Óbito</p>
	240.912	228.866	217.423	206.552	196.224	186.413	
14. Redução do consumo de água	Reduzir em 2% o consumo de água anualmente por m ² de área útil ou per capita em relação ao período anterior, até 31/12/2014						<p>Implementar o Sistema de Inventário de Bens Permanentes WEB</p> <p>Implementar o Sistema de Monitoramento nas Unidades Judiciárias de 1ª Instância</p> <p>Reduzir o Ciclo das Contratações</p> <p>Reduzir o Consumo de Água nas Instalações do PJERJ</p> <p>Reduzir o Consumo de Energia Elétrica nas Instalações do PJERJ</p> <p>Reduzir o Consumo de Papel nas Instalações do PJERJ</p>
	153,66 m ³ /m ²	150,59	147,58	144,62	141,73	138,89	
	3444,37 m ³ /per capita	3375,48	3307,97	3241,81	3176,98	3113,44	
15. Redução do consumo de energia	Reduzir em 2% o consumo de energia anualmente por m ² de área útil ou per capita em relação ao período anterior, até 31/12/2014						<p>Sistema de Controle de Órgãos e Localizações (SCOL)</p> <p>Sistema Extrajudicial Integrado – SEI</p> <p>Sistema Virtual de Feitos Administrativos</p> <p>Sistema Virtual de Feitos Judiciais</p>
	0,8723 kWh/m ²	0,8549	0,8378	0,8210	0,8046	0,7885	
	19,5523 kWh/per capita	19,1613	18,7780	18,4025	18,0344	17,6737	

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Tema:

Acesso ao Sistema de Justiça

Objetivo Estratégico:

Facilitar o acesso à justiça.

Descrição do Objetivo:

Promover o acesso ao Poder Judiciário, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir equidade no atendimento à sociedade.

Linhas de Atuação:

- Reduzir a distância física aos órgãos jurisdicionais (capilaridade);
- Promover meios que garantam acessibilidade real (democratização do acesso).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de acesso à justiça

Projetos Relacionados:

- Quem sou Eu

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
16. Índice de acesso à justiça	Manter em 100% os municípios atendidos, (aonde a justiça chega de alguma forma), até 31/12/2014						Quem sou Eu
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

Tema:

Acesso ao Sistema de Justiça

Objetivo Estratégico:

Promover a efetividade no cumprimento das decisões.

Descrição do Objetivo:

Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos.

Linhas de Atuação:

- Modernização dos mecanismos de cumprimento/execução do julgado;
- Controle da prisão provisória e da execução das penas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Taxa de Congestionamento Global do PJERJ
 - ◆ 1º Grau (Execução)
 - ◆ 2º Grau (Execução)
 - ◆ Juizados (Execução)
- Produtividade do Magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau e Juizados)
 - ◆ 1º Grau (Execução)
 - ◆ 2º Grau (Execução)
 - ◆ Juizados (Execução)

Projetos Relacionados:

- Adotar Medidas para Agilidade no Trâmite Judicial em 2º Grau de Jurisdição
- Centrais de Penas e Medidas Alternativas
- Justiça pelos Jovens
- Mediação
- Modelo para Redução da Taxa de Congestionamento de 1o. Grau e Aumento da Produtividade dos Magistrados
- Sistema Virtual de Feitos Judiciais

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
17. Taxa de Congestionamento Global do PJERJ	Em medição						
17a. 1º Grau (Execução)	Reduzir para 94,11%, a taxa de congestionamento na fase de execução, até 31/12/2014						Adotar Medidas para Agilidade no Trâmite Judicial em 2º Grau de Jurisdição Centrais de Penas e Medidas Alternativas Justiça pelos Jovens Mediação Modelo para Redução da Taxa de Congestionamento de 1o. Grau e Aumento da Produtividade dos Magistrados Sistema Virtual de Feitos Judiciais
	99,70%	97,72%	96,74%	95,77%	94,81%	94,11%	
17b. 2º Grau (Execução)	Em medição						
17c. Juizados (Execução)	Reduzir para 72,13%, a taxa de congestionamento na fase de execução, até 31/12/2014						
	76,61%	75,09%	74,33%	73,59%	72,86%	72,13%	
18 - Produtividade do Magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau e Juizados)	Em medição						
18a - 1º Grau (Execução)	Aumentar em 5,88% a produtividade do magistrado até 31/12/2014.						
	22,77	23,21	23,43	23,65	23,88	24,11	
18b - 2º Grau (Execução)	Em medição						
18c - Juizados (Execução)	Aumentar em 5,87% a produtividade do magistrado até 31/12/2014.						
	151,69	154,60	156,08	157,57	159,07	160,59	

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Tema:

Responsabilidade Social.

Objetivo Estratégico:

Promover cidadania.

Descrição do Objetivo:

Promover o desenvolvimento e a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Linhas de Atuação:

- Inclusão social e desenvolvimento;
- Conscientização de direitos, deveres e valores;
- Infância e Juventude;
- Reinserção social de egressos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais

Projetos Relacionados:

- Casamento Comunitário
- Centrais de Penas e Medidas Alternativas
- Começar de novo
- Jovem Mensageiro
- Justiça Cidadã
- Justiça em Ação
- Justiça pelos Jovens
- Pais Trabalhando
- Plano Mater
- Quem sou Eu

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
19. Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais	Aumentar para 68938 o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, até 31/12/2014						Casamento Comunitário
	67581	67581	68256	68256	68938	68938	Centrais de Penas e Medidas Alternativas Começar de novo Jovem Mensageiro Justiça Cidadã Justiça em Ação Justiça pelos Jovens Pais Trabalhando Plano Mater Quem sou Eu

Tema:

Alinhamento e Integração.

Objetivo Estratégico:

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário.

Descrição do Objetivo:

Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando a resultados de curto, médio e longo prazos (continuidade).

Linhas de Atuação:

- Desdobramento da estratégia;
- Continuidade administrativa;
- Gestão democrática e participativa;
- Desenvolvimento institucional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de gestão participativa
- Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos

Projetos Relacionados:

- Capacitar os Gestores de Unidades Judiciárias em Gestão de Processos de Trabalho (Parte da meta 6 do CNJ)
- Consolidar o Quadro de Avaliadores da Gestão da Qualidade do PJERJ
- Gerir a Utilização dos Recursos Financeiros para Garantir a Realização dos Projetos e Atividades do PJERJ
- Identificar a Lotação Ideal das Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
- Implementar a Gestão Estratégica do PJERJ
- Implementar o Modelo de Gestão Simplificado em Unidades Judiciais
- Implementar o Sistema de Acompanhamento do Índice de Confiança da Sociedade no PJERJ
- Modelo para Ambiente Colaborativo

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
20. Índice de gestão participativa	4 reuniões por ano até 31/12/2014						Capacitar os Gestores de Unidades Judiciárias em Gestão de Processos de Trabalho (Parte da meta 6 do CNJ)
	0	1	1	2	3	4	Consolidar o Quadro de Avaliadores da Gestão da Qualidade do PJERJ Gerir a Utilização dos Recursos Financeiros para Garantir a Realização dos Projetos e Atividades do PJERJ
21. Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos	Obter 90% de sucesso na execução de projetos estratégicos, até 2014						Identificar a Lotação Ideal das Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
	0,00%	20,00%	40,00%	60,00%	80,00%	90,00%	Implementar a Gestão Estratégica do PJERJ Implementar o Modelo de Gestão Simplificado em Unidades Judiciais Implementar o Sistema de Acompanhamento do Índice de Confiança da Sociedade no PJERJ Modelo para Ambiente Colaborativo

Tema:

Alinhamento e Integração.

Objetivo Estratégico:

Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais (nacional e internacional).

Descrição do Objetivo:

Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimento, práticas, unidades, estruturas e soluções jurídicas e administrativas.

Linhas de Atuação:

- Compartilhar conhecimentos em práticas e soluções jurídicas e administrativas;
- Compartilhar unidades judiciárias e administrativas, estruturas e soluções de TI.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário
- Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário

Projetos Relacionados:

- Implementar a Gestão Estratégica do PJERJ
- Modelo para Ambiente Colaborativo
- Transparência Institucional

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
22. Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário	Implantar pelo menos uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário anualmente, até 31/12/2014						Implementar a Gestão Estratégica do PJERJ Modelo para Ambiente Colaborativo
	40	41	42	43	44	45	
23. Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário	Aumentar para 100% a quantidade de parcerias estratégicas internas						Transparência Institucional
	95,16%	96,00%	97,00%	98,00%	99,00%	100,00%	

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

Descrição do Objetivo:

Fortalecer a integração do Judiciário com os Poderes Executivo e Legislativo e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema da justiça (OAB, Ministério Público, Defensorias) e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos (eficiência, acessibilidade e responsabilidade social).

Linhas de Atuação:

- Prevenção de litígios judiciais;
- Parcerias/Convênios;
- Solução coletiva de demandas;
- Comunicação eletrônica (art. 7º da Lei nº 11.419/2006).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de parcerias estratégicas externas

Projetos Relacionados:

- Começar de novo
- Difundir o Convênio de Cooperação para Finalidades de Arrecadação (Dívida Ativa)
- Plano Mater

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta					Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	
24. Índice de parcerias estratégicas externas	Aumentar para 100% o índice de parcerias estratégicas externas, até 31/12/2014					Começar de novo Difundir o Convênio de Cooperação para Finalidades de Arrecadação (Dívida Ativa) Plano Mater
	93,47%	94,77%	96,07%	97,37%	98,67%	

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.

Descrição do Objetivo:

Valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais (imparcialidade, probidade, transparência) no âmbito do Poder Judiciário, nas organizações ligadas à atividade judiciária e nas instituições de ensino.

Linhas de Atuação:

- Unidades do Judiciário;
- Universidades (estudantes de Direito);
- Organizações ligadas à atividade judiciária.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de promoção de valores éticos e morais

Projetos Relacionados:

- Credenciamento ENFAM
- Gestão Ambiental
- Implementar o Sistema de Inventário de Bens Permanentes WEB
- Plano Estratégico de Capacitação para os Servidores do PJERJ
- Reduzir o Consumo de Água nas Instalações do PJERJ
- Reduzir o Consumo de Energia Elétrica nas Instalações do PJERJ
- Reduzir o Consumo de Papel nas Instalações do PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
25. Índice de promoção de valores éticos e morais	Aumentar em 10% o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais, até 31/12/2014						Credenciamento ENFAM Gestão Ambiental Implementar o Sistema de Inventário de Bens Permanentes WEB Plano Estratégico de Capacitação para os Servidores do PJERJ
	41	41	42	43	44	45	Reduzir o Consumo de Água nas Instalações do PJERJ Reduzir o Consumo de Energia Elétrica nas Instalações do PJERJ Reduzir o Consumo de Papel nas Instalações do PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

Aprimorar a comunicação com o público externo.

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a comunicação com o público externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional.

Linhas de Atuação:

- Papel e iniciativas do Judiciário;
- Informações processuais e administrativas;
- Aproximação com os meios de comunicação;
- Transparência e linguagem clara.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet
- Índice de Informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet
- Índice de inserções institucionais na mídia
- Índice de matérias institucionais positivas

Projetos Relacionados:

- Implementar o Modelo de Gestão Simplificado em Unidades Judiciais
- Implementar o Sistema de Acompanhamento do Índice de Confiança da Sociedade no PJERJ
- Judiciário em Tela (Mídia Indoor)
- Transparência Institucional

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
26. Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet	Manter a publicação do conteúdo integral de 100% dos processos, até 31/12/2014						Implementar o Modelo de Gestão Simplificado em Unidades Judiciais Implementar o Sistema de Acompanhamento do Índice de Confiança da Sociedade no PJERJ Judiciário em Tela (Mídia Indoor) Transparência Institucional
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
27. Índice de Informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet	Atingir 100% das informações orçamentárias e financeiras, em 2010						
	10,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
28. Índice de inserções institucionais na mídia	Aumentar em 9% o nº de inserções institucionais na mídia, até 31/12/2014						
	2631 (2008)	2708	2748	2788	2828	2869	
29. Índice de matérias institucionais positivas	Obter 99,42% de matérias institucionais positivas na mídia, até 31/12/2014						
	98,21% (2008)	98,61%	98,82%	99,02%	99,22%	99,42%	

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores.

Descrição do Objetivo:

Garantir que os magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

Linhas de Atuação:

- Gestão e execução da estratégia;
- Gestão administrativa;
- Gestão de projetos;
- Conhecimentos jurídicos;
- Sistemas de TI;
- Estatística.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de capacitação nas competências estratégicas

Projetos Relacionados:

- Capacitar os Gestores de Unidades Judiciárias em Gestão de Processos de Trabalho (Parte da meta 6 do CNJ)
- Consolidar o Quadro de Avaliadores da Gestão da Qualidade do PJERJ
- Credenciamento ENFAM
- Desenvolver e Implementar Ações de Gestão Estratégica de Pessoas no PJERJ, com Foco em Competências
- Implementar a Gestão Estratégica do PJERJ
- Implementar a Videoconferência
- Implementar o Modelo de Gestão Simplificado em Unidades Judiciais
- Plano Estratégico de Capacitação para os Servidores do PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
30. Índice de capacitação nas competências estratégicas	Aumentar para 30% o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 31/12/2014						Capacitar os Gestores de Unidades Judiciárias em Gestão de Processos de Trabalho (Parte da meta 6 do CNJ)
	5,00%	10,00%	15,00%	20,00%	25,00%	30,00%	
31. Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação	Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação (a ser proposto pelo CNJ), até 31/12/2014						Consolidar o Quadro de Avaliadores da Gestão da Qualidade do PJERJ Credenciamento ENFAM
	Aguardando o plano nacional de capacitação a ser disponibilizado pelo CNJ						
32. Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação	Em medição.						Desenvolver e Implementar Ações de Gestão Estratégica de Pessoas no PJERJ, com Foco em Competências
32a. ESAJ	Aplicar 0,28% do valor do orçamento total de custeio executado em capacitação, até 31/12/2014						Implementar a Gestão Estratégica do PJERJ Implementar a Videoconferência Implementar o Modelo de Gestão Simplificado em Unidades Judiciais
	0,14%	0,19%	0,22%	0,24%	0,26%	0,28%	
32b. EMERJ	Aplicar 34,41% do valor do orçamento total de custeio executado em capacitação, até 31/12/2014						Plano Estratégico de Capacitação para os Servidores do PJERJ
	11%	11%	11%	11%	11%	11%	

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Descrição do Objetivo:

Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Linhas de Atuação:

- Comunicação interna;
- Cultura orientada a resultados;
- Qualidade de vida;
- Clima organizacional;
- Reconhecimento da criatividade e proatividade.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de alcance das metas
- Índice do Clima Organizacional
- Índice de absenteísmo
- Índice de prevenção de saúde

Projetos Relacionados:

- Consolidar o Quadro de Avaliadores da Gestão da Qualidade do PJERJ
- Desenvolver e Implementar Ações de Gestão Estratégica de Pessoas no PJERJ, com Foco em Competências
- Gestão do Clima Organizacional no PJERJ
- Identificar a Lotação Ideal das Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
- Implantar novo Plano de Carreira dos Servidores do Quadro Único de Pessoal do PJERJ
- Implementar a Gestão Estratégica do PJERJ
- Implementar o Modelo de Gestão Simplificado em Unidades Judiciais
- Plano Estratégico de Capacitação para os Servidores do PJERJ
- Programa de Qualidade de Vida para magistrados e servidores do PJERJ

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
33. Índice de alcance das metas	Em medição						Consolidar o Quadro de Avaliadores da Gestão da Qualidade do PJERJ Desenvolver e Implementar Ações de Gestão Estratégica de Pessoas no PJERJ, com Foco em Competências
34. Índice do Clima Organizacional	Aguardando a padronização do formulário de pesquisa do CNJ						Gestão do Clima Organizacional no PJERJ Identificar a Lotação Ideal das Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
35. Índice de absenteísmo	Redução de 15% no índice de absenteísmo até 31/12/2014						Implantar novo Plano de Carreira dos Servidores do Quadro Único de Pessoal do PJERJ
	1,31%	1,27%	1,23%	1,19%	1,15%	1,12%	Implementar a Gestão Estratégica do PJERJ Implementar o Modelo de Gestão Simplificado em Unidades Judiciais
36. Índice de prevenção de saúde	Aumentar em 30% (em relação a 2010) o índice de prevenção de saúde até 31/12/2014						Plano Estratégico de Capacitação para os Servidores do PJERJ
	0,00%	0,00%	15,00%	20,00%	25,00%	30,00%	Programa de Qualidade de Vida para magistrados e servidores do PJERJ

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo Estratégico:

Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

Descrição do Objetivo:

Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário, garantindo aos magistrados e servidores condições de trabalho com saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos bens materiais e dos sistemas.

Linhas de Atuação:

- Infraestrutura;
- Segurança física institucional;
- Segurança das pessoas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aderência aos padrões mínimos de TI (vide Resolução NN)
- Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica
- Índice de satisfação com as instalações físicas
- Índice de condições de trabalho

Projetos Relacionados:

- Acompanhamento e Controle da Disponibilidade dos Sistemas
- Aderência do PDTI-PJERJ ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação aprovado pelo CNJ
- Ampliação do Data Center do PJERJ
- Aprimorar a Segurança Institucional nas Instalações do PJERJ
- Atualização do Parque Tecnológico: Estações de Trabalho e Impressoras
- Construção da Lâmina Central do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital
- Construção da Lâminas IV e V do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital
- Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Cachoeiras de Macacu
- Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Pádua
- Contingenciamento da Rede Corporativa
- Criação do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário – CISPJ
- Fortalecimento da Segurança de Sistemas de Informação
- Garantir Alta Disponibilidade dos Sistemas Mediante Base de Dados de Contingência
- Gerir a Utilização dos Recursos Financeiros para Garantir a Realização dos Projetos e Atividades do PJERJ
- Gestão do Clima Organizacional no PJERJ

30 de 142

As projeções dos indicadores de desempenho, especialmente os de litigiosidade, serão revistas no início de 2010, tendo em vista que se basearam em um único período de coleta de dados.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Implementação do Plano de Escape no Centro Administrativo e na Lâmina III do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- Implementar a Videoconferência
- Implementar o Centro de Digitalização de Documentos
- Implementar o Sistema de Inventário de Bens Permanentes WEB
- Jovem Mensageiro
- Programa de Qualidade de Vida para magistrados e servidores do PJERJ
- Readequação do Espaço Físico do 1o. Pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital
- Readequação do espaço físico e restauração da fachada do Edifício das Secretarias do Complexo do Fórum Central da Comarca de Niterói
- Reduzir o Ciclo das Contratações
- Reduzir o Consumo de Água nas Instalações do PJERJ
- Reduzir o Consumo de Energia Elétrica nas Instalações do PJERJ
- Reduzir o Consumo de Papel nas Instalações do PJERJ
- Restauração do Prédio do TACRIM
- Sistema de Controle de Órgãos e Localizações (SCOL)
- Sistema Virtual de Feitos Administrativos

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
37. Índice de aderência aos padrões mínimos de TI (vide Resolução Nº 90, do CNJ)	Atender 100% dos padrões mínimos de TI até 31/12/2010						<p>Acompanhamento e Controle da Disponibilidade dos Sistemas</p> <p>Aderência do PDTI-PJERJ ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação aprovado pelo CNJ</p> <p>Ampliação do Data Center do PJERJ</p> <p>Aprimorar a Segurança Institucional nas Instalações do PJERJ</p> <p>Atualização do Parque Tecnológico: Estações de Trabalho e Impressoras</p> <p>Construção da Lâmina Central do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital</p> <p>Construção da Lâminas IV e V do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital</p> <p>Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Cachoeiras de Macacu</p> <p>Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Pádua</p> <p>Contingenciamento da Rede Corporativa</p> <p>Criação do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário – CISPJ</p> <p>Fortalecimento da Segurança de Sistemas de Informação</p> <p>Garantir Alta Disponibilidade dos Sistemas Mediante Base de Dados de Contingência</p> <p>Gerir a Utilização dos Recursos Financeiros para Garantir a Realização dos Projetos e Atividades do PJERJ</p> <p>Gestão do Clima Organizacional no PJERJ</p> <p>Implementação do Plano de Escape no Centro Administrativo e na Lâmina III do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>Implementar a Videoconferência</p> <p>Implementar o Centro de Digitalização de Documentos</p> <p>Implementar o Sistema de Inventário de Bens Permanentes WEB</p> <p>Jovem Mensageiro</p> <p>Programa de Qualidade de Vida para magistrados e servidores do PJERJ</p> <p>Readequação do Espaço Físico do 1o. Pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital</p> <p>Readequação do espaço físico e restauração da fachada do Edifício das Secretarias do Complexo do Fórum Central da Comarca de Niterói</p> <p>Reduzir o Ciclo das Contratações</p> <p>Reduzir o Consumo de Água nas Instalações do PJERJ</p> <p>Reduzir o Consumo de Energia Elétrica nas Instalações do PJERJ</p> <p>Reduzir o Consumo de Papel nas Instalações do PJERJ</p> <p>Restauração do Prédio do TACRIM</p> <p>Sistema de Controle de Órgãos e Localizações (SCOL)</p> <p>Sistema Virtual de Feitos Administrativos</p>
	80,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
38. Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica	Aumentar para 100% o índice de unidades seguras até 31/12/2014						<p>Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Cachoeiras de Macacu</p> <p>Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Pádua</p> <p>Contingenciamento da Rede Corporativa</p> <p>Criação do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário – CISPJ</p> <p>Fortalecimento da Segurança de Sistemas de Informação</p> <p>Garantir Alta Disponibilidade dos Sistemas Mediante Base de Dados de Contingência</p> <p>Gerir a Utilização dos Recursos Financeiros para Garantir a Realização dos Projetos e Atividades do PJERJ</p> <p>Gestão do Clima Organizacional no PJERJ</p> <p>Implementação do Plano de Escape no Centro Administrativo e na Lâmina III do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>Implementar a Videoconferência</p> <p>Implementar o Centro de Digitalização de Documentos</p> <p>Implementar o Sistema de Inventário de Bens Permanentes WEB</p> <p>Jovem Mensageiro</p> <p>Programa de Qualidade de Vida para magistrados e servidores do PJERJ</p> <p>Readequação do Espaço Físico do 1o. Pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital</p> <p>Readequação do espaço físico e restauração da fachada do Edifício das Secretarias do Complexo do Fórum Central da Comarca de Niterói</p> <p>Reduzir o Ciclo das Contratações</p> <p>Reduzir o Consumo de Água nas Instalações do PJERJ</p> <p>Reduzir o Consumo de Energia Elétrica nas Instalações do PJERJ</p> <p>Reduzir o Consumo de Papel nas Instalações do PJERJ</p> <p>Restauração do Prédio do TACRIM</p> <p>Sistema de Controle de Órgãos e Localizações (SCOL)</p> <p>Sistema Virtual de Feitos Administrativos</p>
	46,77%	60,00%	70,00%	80,00%	90,00%	100,00%	
39. Índice de satisfação com as instalações físicas	Aumentar para 60% o índice de satisfação com as instalações físicas até 31/12/2014						<p>Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Cachoeiras de Macacu</p> <p>Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Pádua</p> <p>Contingenciamento da Rede Corporativa</p> <p>Criação do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário – CISPJ</p> <p>Fortalecimento da Segurança de Sistemas de Informação</p> <p>Garantir Alta Disponibilidade dos Sistemas Mediante Base de Dados de Contingência</p> <p>Gerir a Utilização dos Recursos Financeiros para Garantir a Realização dos Projetos e Atividades do PJERJ</p> <p>Gestão do Clima Organizacional no PJERJ</p> <p>Implementação do Plano de Escape no Centro Administrativo e na Lâmina III do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>Implementar a Videoconferência</p> <p>Implementar o Centro de Digitalização de Documentos</p> <p>Implementar o Sistema de Inventário de Bens Permanentes WEB</p> <p>Jovem Mensageiro</p> <p>Programa de Qualidade de Vida para magistrados e servidores do PJERJ</p> <p>Readequação do Espaço Físico do 1o. Pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital</p> <p>Readequação do espaço físico e restauração da fachada do Edifício das Secretarias do Complexo do Fórum Central da Comarca de Niterói</p> <p>Reduzir o Ciclo das Contratações</p> <p>Reduzir o Consumo de Água nas Instalações do PJERJ</p> <p>Reduzir o Consumo de Energia Elétrica nas Instalações do PJERJ</p> <p>Reduzir o Consumo de Papel nas Instalações do PJERJ</p> <p>Restauração do Prédio do TACRIM</p> <p>Sistema de Controle de Órgãos e Localizações (SCOL)</p> <p>Sistema Virtual de Feitos Administrativos</p>
	50,00%	52,00%	54,00%	56,00%	58,00%	60,00%	
40. Índice de condições de trabalho	Atender 80,00% dos itens da norma sobre condições de trabalho idéias, até 2014						<p>Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Cachoeiras de Macacu</p> <p>Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Pádua</p> <p>Contingenciamento da Rede Corporativa</p> <p>Criação do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário – CISPJ</p> <p>Fortalecimento da Segurança de Sistemas de Informação</p> <p>Garantir Alta Disponibilidade dos Sistemas Mediante Base de Dados de Contingência</p> <p>Gerir a Utilização dos Recursos Financeiros para Garantir a Realização dos Projetos e Atividades do PJERJ</p> <p>Gestão do Clima Organizacional no PJERJ</p> <p>Implementação do Plano de Escape no Centro Administrativo e na Lâmina III do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>Implementar a Videoconferência</p> <p>Implementar o Centro de Digitalização de Documentos</p> <p>Implementar o Sistema de Inventário de Bens Permanentes WEB</p> <p>Jovem Mensageiro</p> <p>Programa de Qualidade de Vida para magistrados e servidores do PJERJ</p> <p>Readequação do Espaço Físico do 1o. Pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital</p> <p>Readequação do espaço físico e restauração da fachada do Edifício das Secretarias do Complexo do Fórum Central da Comarca de Niterói</p> <p>Reduzir o Ciclo das Contratações</p> <p>Reduzir o Consumo de Água nas Instalações do PJERJ</p> <p>Reduzir o Consumo de Energia Elétrica nas Instalações do PJERJ</p> <p>Reduzir o Consumo de Papel nas Instalações do PJERJ</p> <p>Restauração do Prédio do TACRIM</p> <p>Sistema de Controle de Órgãos e Localizações (SCOL)</p> <p>Sistema Virtual de Feitos Administrativos</p>
	49,82%	60,00%	65,00%	70,00%	75,00%	80,00%	

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo Estratégico:

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.

Descrição do Objetivo:

Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.

Linhas de Atuação:

- Suporte à Estratégia;
- Segurança da Informação.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aderência às metas do PETI
- Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia
- Índice de disponibilidade de sistemas on-line

Projetos Relacionados:

- Acompanhamento e Controle da Disponibilidade dos Sistemas
- Aderência do PDTI-PJERJ ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação aprovado pelo CNJ
- Ampliação do Data Center do PJERJ
- Atualização do Parque Tecnológico: Estações de Trabalho e Impressoras
- Contingenciamento da Rede Corporativa
- Fortalecimento da Segurança de Sistemas de Informação
- Garantir Alta Disponibilidade dos Sistemas Mediante Base de Dados de Contingência
- Sistema de Apoio à Gestão de Desenvolvimento de Sistemas de Informação

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
41. Índice de aderência às metas do PETI	Alcançar 100% das metas, até 31/12/2014						Acompanhamento e Controle da Disponibilidade dos Sistemas Aderência do PDTI-PJERJ ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação aprovado pelo CNJ Ampliação do Data Center do PJERJ
	40,00%	50,00%	65,00%	75,00%	90,00%	100,00%	
42. Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de equipamentos, até 31/12/2014						Atualização do Parque Tecnológico: Estações de Trabalho e Impressoras Contingenciamento da Rede Corporativa Fortalecimento da Segurança de Sistemas de Informação
	90,00%	93,00%	95,00%	97,00%	99,00%	99,00%	
43. Índice de disponibilidade de sistemas on-line	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de sistemas, até 31/12/2014						Garantir Alta Disponibilidade dos Sistemas Mediante Base de Dados de Contingência Sistema de Apoio à Gestão de Desenvolvimento de Sistemas de Informação
	90,00%	93,00%	95,00%	97,00%	99,00%	99,00%	

Tema:

Orçamento.

Objetivo Estratégico:

Assegurar recursos orçamentários necessários para execução da Estratégia.

Descrição do Objetivo:

Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Linhas de Atuação:

- Orçamento para a Execução da Estratégia.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de orçamento estratégico
- Índice de execução do orçamento estratégico
- Índice de execução do orçamento disponibilizado

Projetos Relacionados:

- Aprimorar Controles de Acompanhamento de Custos do PJERJ mediante o Relatório Gerencial de Controle de Custos
- Difundir o Convênio de Cooperação para Finalidades de Arrecadação (Dívida Ativa)
- Gerir a Utilização dos Recursos Financeiros para Garantir a Realização dos Projetos e Atividades do PJERJ
- Implantar a 4ª Fase da Guia de Recolhimento Via Eletrônica (GRERJ Eletrônica)
- Sistema Extrajudicial Integrado – SEI

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Matriz dos Indicadores e Metas Estratégicas:

Indicador	Meta						Projetos relacionados
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
44. Índice de orçamento estratégico	Disponibilizar 20% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas, até 2014						Aprimorar Controles de Acompanhamento de Custos do PJERJ mediante o Relatório Gerencial de Controle de Custos
	10,30%	13,00%	13,00%	16,00%	18,00%	20,00%	
45. Índice de execução do orçamento estratégico	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014						Difundir o Convênio de Cooperação para Finalidades de Arrecadação (Dívida Ativa) Gerir a Utilização dos Recursos Financeiros para Garantir a Realização dos Projetos e Atividades do PJERJ
	62,00%	70,00%	75,00%	80,00%	90,00%	100,00%	
46. Índice de execução do orçamento disponibilizado	Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até 2014						Implantar a 4ª Fase da Guia de Recolhimento Via Eletrônica (GRERJ Eletrônica) Sistema Extrajudicial Integrado - SEI
	94,00%	95,00%	97,00%	98,00%	99,00%	100,00%	

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

ANEXO - Matriz dos Indicadores

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 01					
INDICADOR: Índice de Confiança no Poder Judiciário					
Objetivo: Relativo à visão - OBTER O RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PJERJ PARA O EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO DA CIDADANIA.					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	O grau de confiança da sociedade no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro em relação aos serviços prestados.				
Quem mede	DGDIN				
Quando medir	Anual				
Onde medir	População fluminense				
Por quê medir	Para verificar se a população do Estado do RJ confia na Justiça Estadual.				
Como medir	% de aprovação na pesquisa de opinião pública Confiança no Poder Judiciário				
Situação atual	56% (estimativa baseada na pesquisa da AMB)				
META	Obter 70% de aprovação na pesquisa, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	60%	62%	63%	65%	70%

Indicador 02					
INDICADOR: Índice de satisfação do cliente					
Objetivo: Relativo à visão - OBTER O RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PJERJ PARA O EXERCÍCIO DEMOCRÁTICO DA CIDADANIA.					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Mede a satisfação dos usuários, considerando as respostas positivas (graus ótimo e bom) em pesquisa de satisfação.				
Quem mede	DGDIN				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Unidades administrativas e judiciais do PJERJ				
Por quê medir	Para conhecer a satisfação do usuário em relação aos serviços prestados pelo tribunal.				
Como medir	% de aprovação em pesquisa específica * realizada permanentemente com os clientes diretos e interessados				
Situação atual	67,81% Aguarda-se o modelo de pesquisa a ser disponibilizado pelo CNJ para os Tribunais, embora já tenha traçado a meta usando como linha de base pesquisa, realizada no final de 2008 pelo PJERJ, com os usuários diretos (empresa especializada contratada).				
META	Obter 73% no índice de aprovação, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	69%	70%	71%	72%	73%

* Modelo de pesquisa a ser disponibilizado pelo CNJ para os tribunais. Incluirá questão para o questionado sobre o eventual deferimento ou indeferimento na decisão

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 03					
INDICADOR: Taxa de congestionamento Global do PJERJ					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A agilidade no trâmite dos processos judiciais				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau , 2º Grau , Juizados e Turmas Recursais				
Por quê medir	Para avaliar a capacidade de atender a demanda				
Como medir	1 - (total de Processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes)				
Situação atual	Em medição				
META	Reduzir em XX% a taxa de congestionamento do PJERJ até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária					

(*) A Meta de redução da Taxa em 4,67% deverá ter linha de base a partir dos reflexos da Meta 2 do CNJ.

Indicador 03a					
INDICADOR: Taxa de congestionamento 1º Grau (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A agilidade no trâmite dos processos judiciais				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau				
Por quê medir	Para avaliar a capacidade de atender a demanda				
Como medir	1 - (total de Processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes)				
Situação atual	79,34%				
META	Reduzir em 5,85% a taxa de congestionamento até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	77,76%	76,98%	76,21%	75,45%	74,70%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 03b					
INDICADOR: Taxa de congestionamento 2º Grau (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A agilidade no trâmite dos processos judiciais				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	2º Grau				
Por quê medir	Para avaliar a capacidade de atender a demanda				
Como medir	1 - (total de Processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes)				
Situação atual	Em medição				
META	Reduzir em XX% a taxa de congestionamento até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária					

Indicador 03c					
INDICADOR: Taxa de congestionamento Juizados (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A agilidade no trâmite dos processos judiciais				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Juizados				
Por quê medir	Para avaliar a capacidade de atender a demanda				
Como medir	1 - (total de Processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes)				
Situação atual	53,62%				
META	Reduzir em 5,86% a taxa de congestionamento até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	52,55%	52,03%	51,51%	50,99%	50,48%

Indicador 03d					
INDICADOR: Taxa de congestionamento Turmas Recursais (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A agilidade no trâmite dos processos judiciais				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Turmas Recursais				
Por quê medir	Para avaliar a capacidade de atender a demanda				
Como medir	1 - (total de Processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes)				
Situação atual	12,63%				
META	Reduzir em 4,20% a taxa de congestionamento até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	12,50%	12,40%	12,30%	12,20%	12,10%

Indicador 04					
INDICADOR: Produtividade do magistrado Global no PJERJ (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede a produtividade total de magistrados considerando os processos baixados				
Quem mede	DGJUR; GABPRES/ DEMOV				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau , 2º Grau , Juizados e Turmas Recursais				
Por quê medir	Avaliar a produtividade individual do Magistrado em relação à média obtida no PJERJ para reduzir a taxa de congestionamento				
Como medir	Total de baixados / total de magistrados				
Situação atual	1.771,58				
META	Aumentar em 5,90% a produtividade do Magistrado até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	1.805,58	1.822,82	1.840,23	1.857,80	1.875,55

Indicador 04a					
INDICADOR: Produtividade do magistrado 1º Grau (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede a produtividade total de magistrados do 1º Grau considerando os processos julgados, na fase de conhecimento				
Quem mede	DGJUR; GABPRES/ DEMOV				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau				
Por quê medir	Avaliar a produtividade individual do Magistrado em relação à média obtida no PJERJ para reduzir a taxa de congestionamento				
Como medir	Total de julgados / total de magistrados				
Situação atual	580,49				
META	Aumentar em 5,87% a produtividade do magistrado até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	591,63	597,28	602,98	608,74	614,56

Indicador 04b					
INDICADOR: Produtividade do magistrado 2º Grau (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede a produtividade total de magistrados do 2º Grau considerando os processos julgados, na fase de conhecimento				
Quem mede	DGJUR; GABPRES/ DEMOV				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	2º Grau				
Por quê medir	Avaliar a produtividade individual do Magistrado em relação à média obtida no PJERJ para reduzir a taxa de congestionamento				
Como medir	Total de julgados / total de magistrados				
Situação atual	155,04				
META	Aumentar em 5,87% a produtividade do Magistrado até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	158,02	159,52	161,05	162,59	164,14

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 04c					
INDICADOR: Produtividade do magistrado nos Juizados (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede a produtividade total de magistrados dos Juizados considerando os processos julgados na fase de conhecimento				
Quem mede	DGJUR; GABPRES/ DEMOV				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Juizados				
Por quê medir	Avaliar a produtividade individual do Magistrado em relação à média obtida no PJERJ para reduzir a taxa de congestionamento				
Como medir	Total de julgados / total de magistrados				
Situação atual	4107,05				
META	Aumentar em 5,87% a produtividade do Magistrado até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	4185,87	4225,84	4266,20	4306,94	4348,07

Indicador 04d					
INDICADOR: Produtividade do magistrado nas Turmas Recursais (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede a produtividade total de magistrados das Turmas Recursais considerando os processos julgados na fase de conhecimento				
Quem mede	DGJUR; GABPRES/ DEMOV				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Turmas Recursais				
Por quê medir	Avaliar a produtividade individual do Magistrado em relação à média obtida no PJERJ para reduzir a taxa de congestionamento				
Como medir	Total de julgados / total de magistrados				
Situação atual	1400,29				
META	Aumentar em 5,87% a produtividade do Magistrado até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	1427,16	1440,79	1454,55	1468,44	1482,47

Indicador 05					
INDICADOR: Índice de atendimento à demanda (Global)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o potencial de atendimento do PJERJ à demanda da população				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau, 2º Grau , Juizados e Turmas Recursais				
Por quê medir	Para reduzir a taxa de congestionamento				
Como medir	Relação Percentual entre os Processos Baixados e os Casos Novos, no período				
Situação atual	82,18%				
META	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	83,76%	84,56%	85,36%	86,18%	87,00%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 05a					
INDICADOR: Índice de atendimento à demanda 1º Grau (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o potencial de atendimento do PJERJ à demanda da população.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau				
Por quê medir	Para reduzir a taxa de congestionamento.				
Como medir	Relação Percentual entre os Processos Baixados e os Casos Novos, no período				
Situação atual	139,53%				
META	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	142,21%	143,57%	144,94%	143,32%	147,72%

Indicador 05b					
INDICADOR: Índice de atendimento à demanda 1º Grau (Execução)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o potencial de atendimento do PJERJ à demanda da população.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau				
Por quê medir	Para reduzir a taxa de congestionamento.				
Como medir	Relação Percentual entre os Processos Baixados e os Casos Novos, no período				
Situação atual	166,20%				
META	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	169,39%	171,01%	172,64%	174,29%	175,95%

Indicador 05c					
INDICADOR: Índice de atendimento à demanda (2º Grau)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o potencial de atendimento do PJERJ à demanda da população.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	2º Grau				
Por quê medir	Para reduzir a taxa de congestionamento.				
Como medir	Relação Percentual entre os Processos Baixados e os Casos Novos, no período				
Situação atual	34,43%				
META	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	35,09%	35,43%	35,76%	36,11%	36,45%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 05d					
INDICADOR: Índice de atendimento à demanda Juizados (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o potencial de atendimento do PJERJ à demanda da população.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Juizados				
Por quê medir	Para reduzir a taxa de congestionamento.				
Como medir	Relação Percentual entre os Processos Baixados e os Casos Novos, no período				
Situação atual	100,09%				
META	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	102,01%	102,99%	103,97%	104,96%	105,96%

Indicador 05e					
INDICADOR: Índice de atendimento à demanda Juizados (Execução)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o potencial de atendimento do PJERJ à demanda da população.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Juizados				
Por quê medir	Para reduzir a taxa de congestionamento.				
Como medir	Relação Percentual entre os Processos Baixados e os Casos Novos, no período				
Situação atual	317,74%				
META	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	323,84%	326,93%	330,05%	333,20%	336,39%

Indicador 05f					
INDICADOR: Índice de atendimento à demanda Turmas Recursais					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o potencial de atendimento do PJERJ à demanda da população.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Turmas Recursais				
Por quê medir	Para reduzir a taxa de congestionamento.				
Como medir	Relação Percentual entre os Processos Baixados e os Casos Novos, no período				
Situação atual	93,96%				
META	Aumentar em 5,88% o percentual de processos baixados em relação aos casos novos, até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	95,76%	96,68%	97,60%	98,53%	99,47%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 06					
INDICADOR: Índice de agilidade no julgamento (Global)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o percentual médio de processos que ingressaram e finalizaram em até um ano sobre o total de processos finalizados.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau, 2º Grau, Juizados e Turmas Recursais				
Por quê medir	Para verificar a celeridade dos processos que se finalizam dentro de 1 ano.				
Como medir	% entre processos baixados dentro de um ano em relação ao total de casos baixados				
Situação atual	NÃO ESTABELECIDA				
META	Aumentar para X% o percentual de processos finalizados em até um ano, do protocolo à sentença (Conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (Execução), até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária					

Indicador 06a					
INDICADOR: Índice de agilidade no julgamento 1º Grau (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o percentual de processos que ingressaram e finalizaram em até um ano sobre o total de processos finalizados.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau				
Por quê medir	Para verificar a celeridade dos processos que se finalizam dentro de 1 ano.				
Como medir	% entre processos baixados dentro de um ano, em relação ao total de casos baixados. Fase de Conhecimento (do protocolo à sentença)				
Situação atual	4,74%				
META	Aumentar para 5,14% o percentual de processos finalizados em até um ano, do protocolo à sentença (Conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (Execução), até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	4,85%	4,92%	4,99%	5,06%	5,14%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 06b					
INDICADOR: Índice de agilidade no julgamento 1º Grau (Execução)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o percentual de processos que ingressaram e finalizaram em até um ano sobre o total de processos finalizados.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau				
Por quê medir	Para verificar a celeridade dos processos que se finalizam dentro de 1 ano.				
Como medir	% entre processos baixados dentro de um ano, em relação ao total de casos baixados. Fase de Execução (do trânsito em julgado à baixa)				
Situação atual	22,04%				
META	Aumentar para 24,04% o percentual de processos finalizados em até um ano, do protocolo à sentença (Conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (Execução), até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	22,69%	23,02%	23,35%	23,69%	24,04%

Indicador 06c					
INDICADOR: Índice de agilidade no julgamento 2º Grau (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o percentual de processos que ingressaram e finalizaram em até um ano sobre o total de processos finalizados.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	2º Grau				
Por quê medir	Para verificar a celeridade dos processos que se finalizam dentro de 1 ano.				
Como medir	% entre processos baixados (sentença 101) dentro de um ano, em relação ao total de casos baixados. Fase de Conhecimento (do protocolo à sentença) Fase de execução (do trânsito em julgado à baixa)				
Situação atual	NÃO ESTABELECIDA				
META	Aumentar para X% o percentual de processos finalizados em até um ano, do protocolo à sentença (Conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (Execução), até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária					

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 06d					
INDICADOR: Índice de agilidade no julgamento 2º Grau (Execução)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Mede o percentual de processos que ingressaram e finalizaram em até um ano sobre o total de processos finalizados.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	2º Grau				
Por que medir	Para verificar a celeridade dos processos que se finalizam dentro de 1 ano.				
Como medir	% entre processos baixados (sentença 101) dentro de um ano, em relação ao total de casos baixados. Fase de Conhecimento (do protocolo à sentença) Fase de execução (do trânsito em julgado à baixa)				
Situação atual	NÃO ESTABELECIDA				
META	Aumentar para X% o percentual de processos finalizados em até um ano, do protocolo à sentença (Conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (Execução), até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária					

Indicador 06e					
INDICADOR: Índice de agilidade no julgamento Juizados (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Mede o percentual de processos que ingressaram e finalizaram em até um ano sobre o total de processos finalizados.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Juizados				
Por que medir	Para verificar a celeridade dos processos que se finalizam dentro de 1 ano.				
Como medir	% entre processos baixados (sentença 101) dentro de um ano, em relação ao total de casos baixados. Fase de Conhecimento (do protocolo à sentença)				
Situação atual	3,84%				
META	Aumentar para 4,19% o percentual de processos finalizados em até um ano, do protocolo à sentença (Conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (Execução), até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	3,95%	4,01%	4,07%	4,13%	4,19%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 06f					
INDICADOR: Índice de agilidade no julgamento Juizados (Execução)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o percentual de processos que ingressaram e finalizaram em até um ano sobre o total de processos finalizados.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Juizados				
Por quê medir	Para verificar a celeridade dos processos que se finalizam dentro de 1 ano.				
Como medir	% entre processos baixados (sentença 101) dentro de um ano, em relação ao total de casos baixados. Fase de execução (do trânsito em julgado à baixa)				
Situação atual	1,97%				
META	Aumentar para 2,15% o percentual de processos finalizados em até um ano, do trânsito em julgado à baixa (Execução), até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	2,03%	2,06%	2,09%	2,12%	2,15%

Indicador 06g					
INDICADOR: Índice de agilidade no julgamento Turmas Recursais					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o percentual de processos que ingressaram e finalizaram em até um ano sobre o total de processos finalizados.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Turmas Recursais				
Por quê medir	Para verificar a celeridade dos processos que se finalizam dentro de 1 ano.				
Como medir	% entre processos baixados (sentença 101) dentro de um ano, em relação ao total de casos baixados. Fase de Conhecimento (do protocolo à sentença) Fase de execução (do trânsito em julgado à baixa)				
Situação atual	76,43%				
META	Aumentar para 83,35% o percentual de processos finalizados em até um ano, do protocolo à sentença (Conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (Execução), até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	78,67%	79,81%	80,98%	82,15%	83,35%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 07a					
INDICADOR: Índice de processos antigos 1º. Grau (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Percentual de processos pendentes com mais de 2 anos em relação ao total de pendentes atual				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau				
Por quê medir	Para verificar a celeridade de resolução do passivo de processos pendentes há mais de 2 anos				
Como medir	% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes				
Situação atual	105,87%				
META	Reduzir em 8,67% o índice de processos antigos				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	102,72%	101,18%	99,66%	98,16%	96,69%

Indicador 07b					
INDICADOR: Índice de processos antigos 1º. Grau (Execução)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Percentual de processos pendentes com mais de 2 anos em relação ao total de pendentes atual				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	1º Grau				
Por quê medir	Para verificar a celeridade de resolução do passivo de processos pendentes há mais de 2 anos				
Como medir	% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes				
Situação atual	79,13%				
META	Reduzir em 8,67% o índice de processos antigos				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	76,77%	75,62%	74,49%	73,37%	72,27%

Indicador 07c					
INDICADOR: Índice de processos antigos 2º. Grau					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Percentual de processos pendentes com mais de 2 anos em relação ao total de pendentes atual				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	2º Grau				
Por quê medir	Para verificar a celeridade de resolução do passivo de processos pendentes há mais de 2 anos				
Como medir	% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes				
Situação atual	37,92%				
META	Reduzir em 8,66% o índice de processos antigos (*) Meta projetada com estimativas de 2008 (Res. 15/2006)				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	36,79%	36,24%	35,70%	35,16%	34,63%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 07d					
INDICADOR: Índice de processos antigos Juizados (Conhecimento)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Percentual de processos pendentes com mais de 2 anos em relação ao total de pendentes				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Juizados				
Por que medir	Para verificar a celeridade de resolução do passivo de processos				
Como medir	% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes				
Situação atual	57,08%				
META	Reduzir em 8,67%% o índice de processos antigos				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	55,38%	54,55%	5,73%	52,93%	52,13%

Indicador 07e					
INDICADOR: Índice de processos antigos Juizados (Execução)					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Percentual de processos pendentes com mais de 2 anos em relação ao total de pendentes				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Juizados				
Por que medir	Para verificar a celeridade de resolução do passivo de processos				
Como medir	% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes				
Situação atual	683,76%				
META	Reduzir em 8,67% o índice de processos antigos				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	663,40%	653,45%	643,65%	633,99%	624,48%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 07f					
INDICADOR: Índice de processos antigos Turmas Recursais					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Percentual de processos pendentes com mais de 2 anos em relação ao total de pendentes atual				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Turmas Recursais				
Por quê medir	Para verificar a celeridade de resolução do passivo de processos				
Como medir	% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes				
Situação atual	163,80%				
META	Reduzir em 8,67% o índice de processos antigos				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	158,92%	156,54%	154,19%	151,88%	149,60%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 08					
INDICADOR: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede o tempo médio de tramitação dos processos administrativos de aquisição de bens e de serviços (licitações e contratações diretas), contados da autuação do projeto básico até a publicação do extrato do termo contratual.				
Quem mede	DGLOG				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGLOG				
Por quê medir	Para avaliar a presteza com que as demandas são atendidas				
Como medir	% entre processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total: -120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada integral, técnica ou técnica e preço; -105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço; -60 dias, para demais tomadas de preços; -50 dias, para convites e pregão; -15 dias para dispensa e inexigibilidade.				
Situação atual	Por modalidade: Pregão:16,8%; Pregão eletrônico: 10%; Convite:16,75%; Tomada de Preços: 0%; Contratação direta: 0% (estes são os percentuais atingidos conforme a meta)				
META	Aumentar para 90% os processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão por modalidade , até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária do pregão	31,44%	46,08%	60,72%	75,36%	90%
Meta intermediária do pregão eletrônico	26%	42%	58%	74%	90%
Meta intermediária do convite	33%	47,25%	61,5%	75,75%	90%
Meta intermediária da tomada de preços	18%	36%	54%	72%	90%
Meta intermediária da concorrência					
Contratação direta	18%	36%	54%	72%	90%
Meta Global	25,29%	41,47%	57,64%	73,82%	90%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 09a					
INDICADOR: Índice de virtualização dos processos novos					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A virtualização de processos novos judiciais				
Quem mede	DGTEC DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	DGTEC				
Por quê medir	Para verificar a capacidade de virtualização de processos judiciais novos no PJERJ				
Como medir	% de processos novos eletrônicos/ total de processos novos				
Situação atual	0%				
META	Aumentar para 90% o índice de virtualização dos processos novos, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	10%	20%	40%	70%	90%

Indicador 09b					
INDICADOR: Índice de virtualização dos processos administrativos novos					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A virtualização de processos administrativos novos				
Quem mede	GABPRES DGTEC				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	DGTEC				
Por quê medir	Para verificar a capacidade de virtualização de processos administrativos novos				
Como medir	% de processos administrativos novos eletrônicos/ total de processos administrativos novos				
Situação atual	0%				
META	Aumentar para 70% o índice de virtualização dos processos administrativos novos, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	30%	40%	50%	60%	70%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 10					
INDICADOR: Índice de agilidade na publicação dos acórdãos					
Objetivo: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Tempo médio dos processos cuja publicação dos acórdãos se dá dentro do prazo padrão				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	DGJUR				
Por que medir	Para avaliar a prestação da publicação dos acórdãos				
Como medir	% entre acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias/ total de acórdãos a publicar				
Situação atual	NÃO ESTABELECIDO				
META	Publicar X% dos acórdãos dentro do prazo padrão, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária					

Indicador 11					
INDICADOR: Eficiência operacional Global					
Objetivo: BUSCAR A EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Despesa de cada processo				
Quem mede	DGJUR; DGPCF				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGPCF				
Por que medir	Para verificar o custo individual dos processos baixados no ano.				
Como medir	(Despesa Total – Inativos – Precatório - Investimentos + Depreciação / Processos 1º Grau)				
Situação atual	R\$ 1.311,58				
META	Diminuir para R\$ 1.400,00 o valor da despesa por processo, até 2014				
Ano	2010	2010	2010	2010	2010
Meta intermediária	R\$ 1.272,53	R\$ 1.253,44	R\$ 1.234,64	R\$ 1.216,12	R\$ 1.197,88

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 12					
INDICADOR: Eficiência na arrecadação de receitas					
Objetivo: BUSCAR A EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Relação entre as receitas totais recolhidas pelo PJERJ e as despesas totais do PJERJ				
Quem mede	DGJUR DGPCF				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGPCF				
Por quê medir	Para verificar a relação entre receita e despesa				
Como medir	(Receitas de Custas + Recolhimentos Diversos + Recolhimento INSS + Recolhimento IR) / (Despesa Total – Inativos – Precatório - investimentos + Depreciação)				
Situação atual	111,91%				
META	Aumentar para 130% a relação receitas/ despesas, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	114,29%	116,67%	119,05%	121,43%	123,82%

Indicador 13					
INDICADOR: Redução do consumo de papel					
Objetivo: BUSCAR A EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Variação do consumo de papel				
Quem mede	DGLOG				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGLOG				
Por quê medir	Para racionalizar o uso de papel com a utilização responsável dos recursos ambientais				
Como medir	Variação da quantidade de resmas utilizadas no período, em relação ao período anterior				
Situação atual	240.912 resmas				
META	Reduzir em 5,00% o consumo de papel ao ano, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	228.866	217.423	206.552	196.224	186.413

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

Indicador 14										
INDICADOR: Redução do consumo de água										
Objetivo: BUSCAR A EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS.										
Tipo de Indicador	Eficiência									
O quê mede	Variação do consumo de água									
Quem mede	DGLOG; DGENG; DGPES; GABPRES									
Quando medir	Anual									
Onde medir	DGLOG									
Por quê medir	Para racionalizar o consumo de água com a utilização responsável dos recursos ambientais									
Como medir	Volume de água consumido no período por m ² de área útil e per capita em relação ao período anterior									
Situação atual	(77.815.383 m ³ / 506.388 m ²) = 153,66 m ³ de água por m ² de área útil ou (77.815.383 m ³ / 22.592 pessoas) = 3.444,37 m ³ de água per capita Variação % 2008/2009 = -16,46% (por m ²) ou -39,21% (per capita)									
META	Reduzir em 2% o consumo de água, anualmente por metro quadrado de área útil (ou per capita) até 2014									
Ano	2010		2011		2012		2013		2014	
	Por m ²	Per capita	Por m ²	Per capita	Por m ²	Per capita	Por m ²	Per capita	Por m ²	Per capita
Meta intermediária	150,59	3.375,48	147,58	3.307,97	144,62	3.241,81	141,73	3.176,98	138,89	3.113,44

Indicador 15										
INDICADOR: Redução do consumo de energia										
Objetivo: BUSCAR A EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS.										
Tipo de Indicador	Eficiência									
O quê mede	Variação no consumo de energia									
Quem mede	DGLOG; DGENG; DGPES; GABPRES									
Quando medir	Anual									
Onde medir	DGLOG									
Por quê medir	Para racionalizar o consumo de energia com a utilização responsável dos recursos ambientais									
Como medir	Quantidade de energia consumida no período por m ² de área útil e per capita em relação ao período anterior									
Situação atual	(441726,6 (kWh x ?) / 506.388 m ²) = 0,8723 (kWh x ?) de energia por m ² de área útil ou (441726,6 (kWh x ?) / 22.592 pessoas) = 19,5523 (kWh x ?) de energia per capita Variação % 2008/2009 = +12,31% (por m ²) ou -4,82% (per capita)									
META	Reduzir em 2% o consumo de energia, anualmente por metro quadrado de área útil (ou per capita) até 2014									
Ano	2010		2011		2012		2013		2014	
	Por m ²	Per capita	Por m ²	Per capita	Por m ²	Per capita	Por m ²	Per capita	Por m ²	Per capita
Meta intermediária	0,8549	19,1613	0,8378	18,7780	0,8210	18,4025	0,8046	18,0344	0,7885	17,6737

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 16					
INDICADOR: Índice de acesso à justiça					
Objetivo: FACILITAR O ACESSO À JUSTIÇA.					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Percentual de municípios atendidos pela justiça				
Quem mede	GABPRES				
Quando medir	Anual				
Onde medir	GABPRES				
Por quê medir	Para conhecer o percentual de municípios atendidos pela justiça				
Como medir	% entre municípios atendidos (aonde a justiça chega de alguma forma seja ela por justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física) / Total de Municípios				
Situação atual	100%				
META	Manter em 100% o percentual de municípios atendidos, (aonde a justiça chega de alguma forma), até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	100%	100%	100%	100%	100%

Indicador 17a					
INDICADOR: Taxa de Congestionamento 1º Grau (Execução)					
Objetivo: PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A capacidade de o PJERJ concluir a fase de execução dos processos judiciais				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	DGJUR				
Por quê medir	Para verificar a capacidade de o PJERJ concluir a fase de execução dos processos judiciais.				
Como medir	1 - (total de Processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes)				
Situação atual	99,70%				
META	Reduzir para 94,11%, a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	97,72%	96,74%	95,77%	94,81%	94,11%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 17b					
INDICADOR: Taxa de Congestionamento na fase de execução (2º Grau)					
Objetivo: PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Para verificar a capacidade de o PJERJ concluir a fase de execução dos processos judiciais.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	DGJUR				
Por quê medir	Para avaliar se há presteza na fase execução				
Como medir	1 - (total de Processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes)				
Situação atual	EM MEDIÇÃO				
META	Reduzir para X%, a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária					

Indicador 17c					
INDICADOR: Taxa de Congestionamento Juizados (Execução)					
Objetivo: PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Para verificar a capacidade de o PJERJ concluir a fase de execução dos processos judiciais.				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	DGJUR				
Por quê medir	Para avaliar se há presteza na fase execução das sentenças				
Como medir	1 - (total de Processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes)				
Situação atual	76,61%				
META	Reduzir para 72,13%, a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	75,09%	74,33%	73,59%	72,86	72,13%

Indicador 18a					
INDICADOR: Produtividade do Magistrado 1º Grau (Execução)					
Objetivo: PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede a produtividade total de magistrados do 1º Grau considerando os processos na fase de execução				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	DGJUR				
Por quê medir	Para reduzir a taxa de congestionamento				
Como medir	Total de baixados / total de magistrados				
Situação atual	22,77				
META	Aumentar para 23,58% a produtividade do magistrado até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	23,21	23,43	23,65	23,88	24,11

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 18b					
INDICADOR: Produtividade do Magistrado 2º Grau (Execução)					
Objetivo: PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede a produtividade total de magistrados do 2º Grau considerando os processos na fase de execução				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	DGJUR				
Por quê medir	Para reduzir a taxa de congestionamento				
Como medir	Total de baixados / total de magistrados				
Situação atual	EM MEDIÇÃO				
META	Aumentar em X% a produtividade do magistrado até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária					

Indicador 18c					
INDICADOR: Produtividade do Magistrado Juizados (Execução)					
Objetivo: PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Mede a produtividade total de magistrados nos Juizados considerando os processos , na fase de execução				
Quem mede	DGJUR				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	DGJUR				
Por quê medir	Para reduzir a taxa de congestionamento				
Como medir	Total de baixados / total de magistrados				
Situação atual	151,69				
META	Aumentar em 5,87% a produtividade do magistrado até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	154,60	156,08	157,57	159,07	160,59

Indicador 19					
INDICADOR: Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais					
Objetivo: PROMOVER A CIDADANIA.					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Quantifica as pessoas beneficiadas pelos projetos sociais do PJERJ				
Quem mede	GABPRES				
Quando medir	Anual				
Onde medir	GABPRES				
Por quê medir	Verificar o envolvimento do PJERJ na promoção da cidadania com inclusão social				
Como medir	Total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais				
Situação atual	67.581				
META	Aumentar para 68.938 o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014.				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	67.581	68.256	68.256	68.938	68.938

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 20					
INDICADOR: Índice de gestão participativa					
Objetivo: GARANTIR O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO EM TODAS AS UNIDADES DO JUDICIÁRIO.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Grau de acompanhamento da execução do planejamento estratégico				
Quem mede	DGDIN				
Quando medir	Trimestral				
Onde medir	DGDIN				
Por quê medir	Para monitorar a implementação dos objetivos estratégicos				
Como medir	% entre reuniões de execução da estratégia realizadas/ reuniões previstas no período				
Situação atual	0%				
META	4 reuniões por ano até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	1	1	2	3	4

Indicador 21					
INDICADOR: Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos					
Objetivo: GARANTIR O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO EM TODAS AS UNIDADES DO JUDICIÁRIO.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A capacidade de o PJERJ implementar seus projetos estratégicos da maneira prevista				
Quem mede	DGDIN				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGDIN				
Por quê medir	Para verificar a capacidade de o PJERJ implementar seus projetos estratégicos da maneira prevista				
Como medir	% entre projetos estratégicos concluídos e com suas metas internas alcançadas / total de projetos estratégicos previstos no plano para o período				
Situação atual	0%				
META	Obter 90% de sucesso na execução de projetos estratégicos, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	20%	40%	60%	80%	90%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 22					
INDICADOR: Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário					
Objetivo: FOMENTAR A INTERAÇÃO E A TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE TRIBUNAIS (NACIONAIS E INTERNACIONAIS).					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Indica o total das ações do banco de boas práticas do Poder Judiciário implantadas no PJERJ				
Quem mede	DGDIN; DGLOG				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGDIN				
Por quê medir	Para identificar e implantar boas práticas do Judiciário, visando o aprimoramento do desempenho do PJERJ				
Como medir	Total de boas práticas realizadas				
Situação atual	40				
META	Implantar pelo menos uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário anualmente, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	41	42	43	44	45

Indicador 23					
INDICADOR: Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário					
Objetivo: FOMENTAR A INTERAÇÃO E A TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE TRIBUNAIS (NACIONAIS E INTERNACIONAIS).					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Indica o percentual de parcerias estratégicas estabelecidas com outros órgãos do Poder Judiciário				
Quem mede	DGDIN				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Todas as Unidades Executoras do PJERJ				
Por quê medir	Para avaliar o grau de integração do PJERJ com outros órgãos do Poder Judiciário, para realizar a estratégia estabelecida				
Como medir	Total de parcerias entre internas que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica, em relação ao total de parcerias internas				
Situação atual	95,16% Situação até 01/02/09; Estratégicos: 06; Não Estratégicos: 01 ==> 7				
META	Aumentar para 100% o percentual de parceiras estratégicas até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	96%	97%	98%	99%	100%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 24					
INDICADOR: Índice de parcerias estratégicas					
Objetivo: FORTALECER E HARMONIZAR AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES, SETORES E INSTITUIÇÕES.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Indica o percentual de parcerias estratégicas estabelecidas com instituições privadas e públicas externas ao Poder Judiciário				
Quem mede	DGDIN; DGLOG				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Todas as Unidades Executoras do PJERJ				
Por quê medir	Avaliar o grau de integração entre o PJERJ e instituições privadas e públicas externas ao Poder Judiciário para realização de sua estratégia				
Como medir	Total de parcerias externas ao PJ que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica, sobre o total de parcerias vigentes no período				
Situação atual	93,47% Situação até 1º/02/2009, Convênios= Estratégicos: 186 Não Estratégicos: 13 ==> 199				
META	Aumentar para 100% o índice de parcerias estratégicas, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	94,77%	96,07%	97,37%	98,67%	100%

Indicador 25					
INDICADOR: Índice de promoção de valores éticos e morais					
Objetivo: DISSEMINAR VALORES ÉTICOS E MORAIS POR MEIO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EFETIVA.					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Quantifica as ações internas e externas relacionadas à disseminação de valores éticos e morais				
Quem mede	DGPES/ESAJ; EMERJ; GABPRES				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGPES/ESAJ; EMERJ; GABPRES				
Por quê medir	Para quantificar as ações internas e externas relacionadas à disseminação de valores éticos e morais				
Como medir	Total de ações internas e externas relacionadas à disseminação de valores éticos e morais				
Situação atual	Em 2009: 35 (GABPRES), 2 (EMERJ) e 4 (DGPES/ESAJ)				
META	Aumentar em 10% o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	41	42	43	44	45

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 26					
INDICADOR: Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet					
Objetivo: APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO EXTERNO.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Grau de disponibilização dos processos na internet				
Quem mede	DGTEC				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGTEC				
Por que medir	Para apurar o grau de publicidade das decisões na Internet				
Como medir	% entre os processos posteriores com seu conteúdo integral publicado na Internet/ total de processos pendentes				
Situação atual	100%				
META	Manter a publicação de 100% do conteúdo integral dos processos na internet até 2014				
Ano	2010	2010	2010	2010	2010
Meta intermediária	100%	100%	100%	100%	100%

Indicador 27					
INDICADOR: Índice de Informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet					
Objetivo: APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO EXTERNO.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Grau de disponibilidade de informações orçamentárias e financeiras na internet para os públicos interno e externo.				
Quem mede	DGPCF				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGPCF				
Por que medir	Para verificar o grau de transparência das informações orçamentário-financeiras do PJERJ				
Como medir	% entre informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet/ total de informações orçamentárias e financeiras				
Situação atual	10%				
META	Atingir 100% das informações orçamentárias e financeiras, em 2010				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	100%	100%	100%	100%	100%

Indicador 28					
INDICADOR: Índice de inserções institucionais na mídia					
Objetivo: APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO EXTERNO.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	Quantifica de inserções institucionais do PJERJ feitas na mídia				
Quem mede	GABPRES				
Quando medir	Anual				
Onde medir	GABPRES				
Por que medir	Avaliar o grau de visibilidade do PJERJ				
Como medir	Quantidade de inserções na mídia sobre o PJERJ, no período				
Situação atual	2.631				
META	Aumentar em 9% o nº de inserções institucionais na mídia, até 2014 (meta projetada pela DGDIN)				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	2.708	2.748	2.788	2.828	2.869

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 29					
INDICADOR: Índice de matérias institucionais positivas					
Objetivo: APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO EXTERNO.					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Grau de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia				
Quem mede	GABPRES				
Quando medir	Anual				
Onde medir	GABPRES				
Por quê medir	Para verificar a visibilidade positiva do PJERJ na mídia				
Como medir	% entre o total de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia sobre o PJERJ, sobre o total de matérias veiculadas na mídia sobre o PJERJ				
Situação atual	98,21%				
META	Obter 99,42% de matérias institucionais positivas na mídia, até 2014 (meta projetada pela DGDIN (+ 1,23%))				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	98,61%	98,82%	99,02%	99,22%	99,42%

Indicador 30					
INDICADOR: Índice de capacitação nas competências estratégicas					
Objetivo: DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Grau de pessoas treinadas em competências estratégicas				
Quem mede	DGPES, EMERJ, DGDIN				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGPES e EMERJ				
Por quê medir	Para avaliar o nível de capacitação de Magistrados e Servidores nas competências estratégicas				
Como medir	% entre as pessoas treinadas com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas, sobre o total de pessoas				
Situação atual	5%				
META	Aumentar para 30% o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	10%	15%	20%	25%	30%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 31					
INDICADOR: Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação*					
Objetivo: DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede					
Quem mede					
Quando medir					
Onde medir					
Por quê medir					
Como medir	% entre os itens atendidos do Plano Nacional de Capacitação, sobre o total de itens				
Situação atual	Não há medição atual (Plano Nacional de Capacitação indisponível) Aguardando o plano nacional de capacitação a ser disponibilizado pelo CNJ				
META	Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação*, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária					

* A ser proposto pelo CNJ

Indicador 32a					
INDICADOR: Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação de Servidores					
Objetivo: DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Quantifica o grau de aplicação de recursos orçamentários de custeio na capacitação de Servidores do PJERJ				
Quem mede	DGPES				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGPES				
Por quê medir	Para quantificar o grau de aplicação de recursos orçamentários de custeio na capacitação de Servidores do PJERJ				
Como medir	% entre o valor aplicado em capacitação e o orçamento total de custeio executado do PJERJ				
Situação atual	0,14%				
META	Aplicar 0,28% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	0,19%	0,22%	0,24%	0,26%	0,28%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 32b					
INDICADOR: Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação de Magistrados					
Objetivo: DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Quantifica o grau de aplicação de recursos orçamentários de custeio na capacitação de Magistrados do PJERJ				
Quem mede	EMERJ				
Quando medir	Anual				
Onde medir	EMERJ				
Por quê medir	Para quantificar o grau de aplicação de recursos orçamentários de custeio na capacitação de Magistrados do PJERJ				
Como medir	% entre o valor aplicado em capacitação e o orçamento total de custeio executado do fundo EMERJ				
Situação atual	11%				
META	Aplicar 34,41% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	28,31%	29,72%	31,21%	32,77%	34,41%

Indicador 33					
INDICADOR: Índice de alcance das metas					
Objetivo: MOTIVAR E COMPROMETER MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA.					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O quê mede	Comprometimento dos magistrados e servidores para com a execução da estratégia				
Quem mede	DGDIN				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGDIN				
Por quê medir	Para verificar o grau comprometimento de magistrados e servidores para com a execução da estratégia				
Como medir	% de metas estratégicas alcançadas e o total de metas estratégicas				
Situação atual	Em medição, em razão da nova metodologia a ser implantada				
META	Alcançar 100% das metas, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária					100%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 34					
INDICADOR: Índice do Clima Organizacional					
Objetivo: MOTIVAR E COMPROMETER MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA.					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O quê mede	Percentual das avaliações positivas				
Quem mede	DGPES DGDIN				
Quando medir	Anual				
Onde medir					
Por quê medir					
Como medir	% entre as avaliações positivas sobre o total de avaliações na pesquisa de clima organizacional (trabalho em equipe, liderança, conhecimento do tribunal, motivação, qualidade, administração, infra-estrutura, relacionamento interpessoal e comunicação).				
Situação atual	Aguardando a padronização do formulário de pesquisa do CNJ				
META	Aumentar para X% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária					

* Metodologia a ser proposta pelo CNJ

Indicador 35					
INDICADOR: Índice de absenteísmo					
Objetivo: MOTIVAR E COMPROMETER MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Grau de ausência de servidores ao trabalho				
Quem mede	DGPES				
Quando medir	Mensal				
Onde medir	DGPES/DESAU				
Por quê medir	Para verificar o grau de comparecimento dos servidores ao trabalho				
Como medir	% entre as ausências dos servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho normal				
Situação atual	1,31% (total de ausências)/((No. Magistrados +no. Servidores)*(no. Dias))				
META	Redução em 15% do Absenteísmo até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	1,27%	1,23%	1,19%	1,15%	1,12%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 36					
INDICADOR: Índice de prevenção de saúde					
Objetivo: MOTIVAR E COMPROMETER MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O índice de servidores que realizaram exames periódicos preventivos				
Quem mede	DGPES				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGPES				
Por quê medir	Para melhorar a qualidade de vida dos servidores				
Como medir	% entre o número de pessoas que realizaram exame médico periódico preventivo sobre o total de pessoas				
Situação atual	0%				
META	Realizar exame periódico em 30% dos servidores em 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	0% *	15%	20%	25%	30%

* Considera terceirização de serviços

Indicador 37					
INDICADOR: Índice de aderência aos padrões mínimos de TI					
Objetivo: GARANTIR A INFRA-ESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O grau com que as unidades se encontram aderentes aos padrões mínimos exigidos de Tecnologia da Informação – TI				
Quem mede	DGTEC				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGTEC				
Por quê medir	Para verificar o grau com que as unidades do PJERJ se encontram aderentes aos padrões mínimos exigidos pela Resolução 90/2009, do CNJ				
Como medir	% entre os itens atendidos sobre o total de itens especificados na Resolução 90/2009, do CNJ				
Situação atual	80%				
META	Atender 100% dos padrões mínimos de TI, até 2010				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	100%	100%	100%	100%	100%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 38					
INDICADOR: Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica					
Objetivo: GARANTIR A INFRA-ESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O grau com que as unidades judiciárias dispõem de segurança armada e / ou eletrônica				
Quem mede	DGTEC				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGSEI				
Por quê medir	Para verificar o grau com que as unidades judiciárias dispõem de segurança armada e / ou eletrônica				
Como medir	Unidades consideradas seguras*/ total de unidades				
Situação atual	46,77%				
META	Aumentar para 100% o índice de unidades seguras até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	60%	70%	80%	90%	100%

* segurança eletrônica, entendida como controle de acesso com detector de metais e raios x e câmeras de vigilância nas áreas de circulação

Indicador 39					
INDICADOR: Índice de satisfação com as instalações físicas					
Objetivo: GARANTIR A INFRA-ESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	A qualidade e a operacionalidade do ambiente de trabalho				
Quem mede	DGPES / DGDIN				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Em todas as unidades judiciárias do PJERJ por meio de amostragem				
Por quê medir	Propiciar um ambiente de trabalho mais adequado à execução das atividades para priorizar investimento em obras ou reformas, troca de mobiliário, condições de higiene e limpeza que subsidiem a melhoria das condições de trabalho				
Como medir	% entre as avaliações positivas quanto à adequação das instalações físicas / total de avaliação destes itens da pesquisa.				
Situação atual	50% de aprovação Meta traçada utilizando como linha de base a pesquisa realizada com o público interno no PJERJ (empresa especializada contratada), embora aguarde a padronização do formulário de pesquisa do CNJ.				
META	Aumentar para 60% o índice de satisfação com as instalações físicas até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	52%	54%	56%	58%	60%

* adequação das instalações a ser acompanhada na pesquisa de clima organizacional, (espaço, mobiliário, climatização, higiene, limpeza)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 40					
INDICADOR: Índice de condições de trabalho					
Objetivo: GARANTIR A INFRA-ESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	Condições de trabalho nas unidades do Judiciário				
Quem mede	DGPES; DGLOG; DGTEC; DGENG				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGPES; DGLOG; DGTEC; DGENG				
Por quê medir	Para garantir os padrões de trabalho estabelecidos pela NR-17				
Como medir	Itens atendidos pela NR-17 (Ministério do Trabalho e Emprego) em relação ao total de itens				
Situação atual	49,82%				
META	80% dos itens atendidos até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	60%	65%	70%	75%	80%

Indicador 41					
INDICADOR: Índice de aderência às metas do PETI					
Objetivo: GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TI.					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O grau de cumprimento das metas programadas no Planejamento Estratégico em Tecnologia da Informação - PETI				
Quem mede	DGTEC				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGTEC				
Por quê medir	Para verificar o grau com que o PJERJ cumpre as metas programadas no Planejamento Estratégico de TI (PETI)				
Como medir	% de metas alcançadas em relação ao total de metas do PETI				
Situação atual	40%				
META	Alcançar 100% das metas, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	50%	65%	75%	90%	100%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 42

INDICADOR: Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia

Objetivo: GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TI.

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O tempo de disponibilidade dos equipamentos de tecnologia				
Quem mede	DGTEC				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGTEC				
Por quê medir	Para garantir a funcionalidade regular dos equipamentos de tecnologia				
Como medir	1 - (tempo de indisponibilidade de equipamentos/ tempo total do período)				
Situação atual	90%				
META	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	93%	95%	97%	99%	99%

Indicador 43

INDICADOR: Índice de disponibilidade de sistemas on-line

Objetivo: GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TI.

Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O tempo de disponibilidade dos sistemas on-line				
Quem mede	DGTEC				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGTEC				
Por quê medir	Para garantir a funcionalidade regular dos sistemas on-line, evitando a interrupção dos serviços prestados				
Como medir	1 - (tempo de indisponibilidade de sistemas/tempo total do período)				
Situação atual	90%				
META	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de sistemas, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	93%	95%	97%	99%	99%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 44					
INDICADOR: Índice de orçamento estratégico					
Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O grau de recursos orçamentários programados para as iniciativas estratégicas				
Quem mede	DGPCF				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGPCF				
Por quê medir	Para assegurar recursos orçamentários para a execução da estratégia				
Como medir	% entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o orçamento total				
Situação atual	10,30%				
META	Disponibilizar 20% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	13%	13%	16%	18%	20%

Indicador 45					
INDICADOR: Índice de execução do orçamento estratégico					
Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O grau de execução de recursos orçamentários em iniciativas estratégicas				
Quem mede	DGPCF				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGPCF				
Por quê medir	Para verificar o grau de execução de recursos orçamentários em metas programadas no Planejamento Estratégico (realizado)				
Como medir	% entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal				
Situação atual	62%				
META	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	70%	75%	80%	90%	100%

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Indicador 46					
INDICADOR: Índice de execução do orçamento disponibilizado					
Objetivo: ASSEGURAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O quê mede	O grau de aplicação de recursos orçamentários (realizado) em relação ao total do orçamento				
Quem mede	DGPCF				
Quando medir	Anual				
Onde medir	DGPCF				
Por quê medir	Para verificar o grau de execução de recursos orçamentários (realizado) e reduzir a perda orçamentária				
Como medir	% entre o valor executado e o valor total do orçamento disponibilizado				
Situação atual	94%				
META	Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até 2014				
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meta intermediária	95%	97%	98%	99%	100%

ANEXO - FICHA DOS PROJETOS

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Acompanhamento e Controle da Disponibilidade dos Sistemas

Escopo ou finalidade do projeto

Acompanhamento e controle da disponibilidade on-line dos sistemas proprietários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PDTI-PJERJ) sob responsabilidade da Diretoria Geral de Tecnologia da Informação, por meio do desenvolvimento de funcionalidades no Sistema de Controle de Solicitações (SICS) para suporte a essas atividades.

As funcionalidades a serem desenvolvidas no sistema SICS permitirão o registro da indisponibilidade dos sistemas e a geração de indicadores de desempenho de acompanhamento desses eventos.

Alinhamento estratégico

GRUPO XV - INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TI

Clientes do projeto

Diretoria Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC) – Departamento de Relacionamento com o Usuário (DERUS) e Departamento de Sistemas de Informação (DESI)

Justificativa

Necessidade de controle e acompanhamento das disponibilidades dos sistemas, permitindo maior gestão dos sistemas e melhorias dos serviços on-line dos sistemas proprietários do PJERJ pela Diretoria Geral da Tecnologia da Informação (DGTEC).

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Aderência do PETI-PJERJ ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação aprovado pelo CNJ

Escopo ou finalidade do projeto

Elaboração e implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PDTI-PJERJ) tendo como base o alinhamento e o atendimento ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Alinhamento estratégico

GRUPO XV - INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TI

Clientes do projeto

Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e usuários externos.

Justificativa

Atendimento das necessidades de Tecnologia da Informação a partir da criação de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PDTI-PJERJ) alinhado e comprometido com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Adotar Medidas para Agilidade no Trâmite Judicial em 2º Grau de Jurisdição

Escopo

Aumentar a média de processos julgados por magistrados. As ações abrangerão os magistrados e as secretarias dos Gabinetes e as serventias;

Diminuir o tempo médio entre a distribuição e a sentença, acompanhando o índice de agilidade no julgamento;

Reduzir a taxa de congestionamento, controlando o percentual de processos antigos e criar meios eficientes de aumentar o atendimento à demanda;

Apoiar e acompanhar a produtividade dos magistrados, sugerindo capacitação para os secretários, quando necessário.

Alinhamento estratégico

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Garantir a agilidade do trâmite judicial

Clientes do projeto

Servidores do Primeiro Grau, dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais

Juízes de Primeiro Grau, de Juizados Especiais e Turmas Recursais

DEGEA , COMAQ , COJES, DGTEC, COMAQ e COJES, DEGEA ESAJ

Funcionários das serventias: Processar de forma eficiente o acervo da serventia, zelando pelo cumprimento dos prazos legais, através de ações gerenciais pertinentes.

Magistrados: prestar a jurisdição em tempo adequado à natureza do processo;

Secretários dos Magistrados: apoiar os magistrados no exercício da prestação jurisdicional zelando pelo bom funcionamento do gabinete.

Justificativa

Cabe ao Estado atender aos anseios sociais uma vez que a lentidão da justiça é um abalo para o poder institucional e para a democracia.

Com o aumento da demanda em virtude da maior consciência da população e facilidade de acesso à justiça, a sociedade exige uma justiça mais célere.

O aumento do índice de agilidade nos julgamentos em 2º grau causará impacto direto na redução do tempo médio de julgamento na 2ª Instância;

A adoção de medidas concretas para controle e julgamento de processos mais antigos sem prejuízo no atendimento à demanda será um grande avanço na diminuição e extinção da taxa de congestionamento.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Ampliação do Data Center do PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

Ampliação da Sala Cofre do Centro de Processamento de Dados, tendo em vista a aquisição de novos equipamentos que atenderão aos projetos de Virtualização do Acervo Arquivístico, Processo Eletrônico, e para ampliar a capacidade de armazenamento da Fitoteca que armazena cópias de segurança das bases de dados (backups).

Alinhamento estratégico

Meta: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

Clientes do projeto

Todas as unidades do PJERJ (Juizados Especiais, Serventias, Órgão de 2ª Instância, Unidades Administrativas, etc.), e o Público em geral.

A Diretoria Geral de Engenharia provê apoio através da avaliação e adequação da infraestrutura física e elétrica necessárias para suportar a ampliação da sala cofre.

Justificativa

A Sala Cofre abriga Computadores Servidores, Unidades de Armazenamento de Dados, Dispositivos de Rede (Roteadores e Switches) e demais equipamentos de infraestrutura, para os quais os riscos precisam ser minimizados.

O objetivo é a obtenção de um ambiente físico seguro (paredes, pisos, passagens de cabos, climatização, sistema de energia, detecção de incêndio, monitoração e mobiliário próprio) para preservação das Informações de Sistemas deste Tribunal de Justiça.

A quantidade de equipamentos atualmente instalada, em razão do crescimento do processo de informatização, já ultrapassou o limite de segurança quanto a espaço físico, alimentação elétrica, climatização, manutenção e operação dos equipamentos.

Em vista de novas aquisições de equipamentos que atenderão aos Projetos de Virtualização do Acervo Arquivístico, Processo Eletrônico e outros aplicativos que demandam crescimento da capacidade de processamento e armazenamento, a necessidade de ampliação da Sala Cofre tomou-se urgente e imprescindível.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Aprimorar a Segurança Institucional nas Instalações do PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

O projeto consiste em aumentar o percentual de Unidades, pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, consideradas seguras.

Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais

Clientes do projeto

Serão clientes do projeto: Magistrados, funcionários e Usuários do PJERJ das Unidades contempladas por este projeto.

Justificativa

A instalação de ferramentas de segurança eletrônica e/ou presença do efetivo armado, proporcionará uma maior sensação de segurança aos usuários das Unidades do PJERJ, atuando não somente na segurança ostensiva, como também de forma preventiva. Podemos citar, como exemplo de experiência bem sucedida, o Fórum da Capital, após investimento na área de segurança, tais como: aquisição de pórticos móveis com detector de metais, para eventos que exijam um maior controle de segurança no local; ampliação do serviço de controle de acesso; ampliação do Sistema de CFTV; etc. O número de ocorrências foi reduzido de forma considerável, conseqüentemente refletiu na sensação de segurança dos usuários, conforme demonstram as pesquisas de satisfação: 2º semestre 2007: 78% dos usuários consideram a Unidade do PJERJ segura – 2º semestre 2009: 90% dos usuários consideram a Unidade do PJERJ segura.

Após a implementação deste projeto nas Unidades selecionadas, aumentará a sensação de segurança dos usuários do PJERJ, desta forma, os Magistrados e Serventuários poderão trabalhar com mais tranquilidade, sendo esta uma colaboração importante da DGSEI/DESEP para a consecução da Missão do PJERJ – “Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza”.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Aprimorar Controles de Acompanhamento de Custos do PJERJ mediante o Relatório Gerencial de Controle de Custos

Escopo ou finalidade do projeto

Aumentar o grau de detalhamento e celeridade na emissão dos relatórios mensais de custos do PJERJ a fim de prover informações gerenciais mais precisas à administração estratégica.

Alinhamento estratégico

TEMA:	Eficiência Operacional
OBJETIVO:	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

Clientes do projeto

Unidades envolvidas com o Planejamento Estratégico do PJERJ

DGPES

DGLOG

DGENG

DGTEC

DGDIN

Justificativa

Aumentar a eficiência do controle e planejamento das atividades e dos projetos do PJERJ.

Atualmente, os relatórios de custos do Poder Judiciário são emitidos com grande defasagem de tempo após a emissão dos dados pelo Departamento de Contabilidade, em virtude das despesas das concessionárias de serviços públicos ainda serem alimentadas manualmente, gerando atraso no fechamento por falta da fixação de uma data limite. Além disso, o sistema necessita de pré-agendamento para a extração dos dados dos sistemas corporativos do PJERJ, ocasionando muitas distorções e, conseqüentemente, necessidade de várias extrações para o mesmo período.

O objetivo principal da execução deste projeto é reduzir ao máximo o tempo de emissão dos relatórios de custos após a conclusão dos trabalhos de lançamento das despesas pelo DECON, bem como aprimorar a qualidade da informação.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Atualização do Parque Tecnológico: Estações de Trabalho e Impressoras

Escopo ou finalidade do projeto

O projeto consiste na atualização do parque tecnológico, com a substituição dos 7850 microcomputadores, 1000 notebooks, 50 impressoras autenticadoras, 1200 impressoras lasers mono e 50 impressoras térmicas, com mais de 5 (cinco) anos de uso e a implantação do padrão de um microcomputador por usuário.

A substituição dos equipamentos proposta acima inclui qualquer tipo ou marca de equipamento independente de sua configuração.

Este projeto engloba todas as estações de trabalho em uso no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Alinhamento estratégico

Meta: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

Clientes do projeto

São clientes deste projeto todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro que dispõem de equipamentos com mais de 5 (cinco) anos de uso. O atendimento às serventias se dará conforme a existência dos equipamentos alvos das substituições, com prioridade para aquelas serventias mais distantes e com maior número de equipamentos a substituir.

A Diretoria Geral de Engenharia provê apoio por meio da avaliação e adequação da infraestrutura física e elétrica necessárias à instalação dos novos equipamentos.

Justificativa

Dotar as unidades judiciárias e administrativas de estrutura tecnológica adequada e proporcional à demanda. Neste contexto, torna-se importante que cada usuário tenha acesso contínuo às informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Com este objetivo, a disponibilização de um micro para cada usuário funcionará como um impulso para a celeridade do trabalho jurisdicional, impedindo a perda de tempo no processamento de cada feito.

Outro fator que contribui para justificar a necessidade de cada serventário com um computador é a própria implantação do processo eletrônico.

Podemos ainda considerar que a crescente necessidade de sistemas corporativos que auxiliam no desempenho das atividades jurisdicionais, bem como a necessidade de informações gerenciais para tomada de decisão, exigem que as estações de trabalho acompanhem a demanda dos novos sistemas corporativos e suas atualizações.

Portanto caso os micros, notebooks e impressoras não sejam continuamente atualizadas, teremos equipamentos cuja performance será prejudicada no decorrer do tempo, afetando diretamente o trabalho executado em cada unidade.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Capacitar os Gestores de Unidades Judiciárias em Gestão de Processos de Trabalho (Parte da Meta 6 do CNJ)

Escopo ou finalidade do projeto

Escopo: Capacitar os Gestores de Unidades Judiciárias em Gestão de Processos de Trabalho.

Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

Fonte: Resolução nº 76/2009 do CNJ – Justiça Estadual

Finalidade do Projeto:

Atender parte da META 6 do CNJ.

Alinhamento estratégico

Tema / Foco: Aprimorar o Desenvolvimento Institucional;

Objetivo / Projeto: Apoio às Unidades Executoras do PJERJ na Implementação do Planejamento Estratégico e no Acompanhamento de sua Gestão;

Perspectiva (Usuários / Processos Internos / Modernização da Gestão / Pessoas / Orçamento e Finanças): Modernização da Gestão;

Clientes do projeto

Unidades Diretamente Impactadas:

- Unidades Judiciárias do PJERJ

Unidades que Contribuem Ativamente para o Projeto:

DGPES/ESAJ: -Formalização do curso;

DGTEC: -Compra de softwares; -Vinculação do curso na intranet;

Justificativa

Integrar e alinhar o PJERJ, de acordo com a META 6 do CNJ que busca a redução das grandes desigualdades entre os diversos segmentos da Justiça Brasileira.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Casamento Comunitário

Escopo

O Projeto Casamento comunitário tem por finalidade aproximar o Poder Judiciário Fluminense da população em situação de maior vulnerabilidade econômica, social e cultural, por meio de ação concreta em prol da proteção da família, conforme previsto no art. 226 § 3º da Constituição Federal e no art. 1.512 do Código Civil Brasileiro.

Visa ainda resguardar direitos previdenciários, patrimoniais, familiares e sucessórios, reduzindo conflitos e a necessidade do reconhecimento dos herdeiros e, por fim, divulgar o direito à gratuidade, informando como proceder para a entrada no processo de habilitação de casamento, de modo a tornar os casais mais aptos a regularizar uniões estáveis sem a intermediação de terceiros, agindo estes como multiplicadores em suas comunidades.

Alinhamento Estratégico

Tema: Responsabilidade Social

Objetivo: Promover a Cidadania

Clientes do Projeto

Casais hipossuficientes, que vivem em união estável, residentes em Comunidades carentes atendidas pelos projetos especiais do TJERJ.

Setores Administrativos do TJRJ

Mútua dos Magistrados do Estado do RJ

Prefeitura Municipal

Justificativa

Os custos que envolvem o processo de habilitação para casamento é a principal causa para que casais hipossuficientes, que vivem maritalmente por vários anos não legalizem a união. Estes dados foram constatados pela equipe de assistentes sociais que entrevistaram os participantes do Projeto Justiça Cidadã.

A procura por informação de como proceder para conseguir a gratuidade para a realização do casamento se apresentou de forma inesperada nas entrevistas, motivo pelo qual este projeto vem sendo implementado pelo PJERJ. No início, o Casamento Comunitário era realizado em suas dependências e agora está sendo promovido na própria comunidade onde levamos o projeto Justiça em Ação.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Centrais de Penas e Medidas Alternativas

Escopo ou finalidade do projeto

Este projeto visa à ampliação e regulamentação das Centrais de Penas e Medidas Alternativas na Capital e no interior do Estado do Rio de Janeiro, com o escopo de regulamentar a criação, a instalação e o funcionamento de novas Centrais de Penas Alternativas, para acompanhar o cumprimento da transação penal com imposição de penas restritivas de direitos, propostas pelos Juizados Especiais Criminais, e a fiscalização da execução das penas restritivas de direitos impostas nas sentenças condenatórias proferidas pelos Juízes Criminais das Comarcas de sua abrangência.

Proporcionar a agilização do efetivo cumprimento das penas e medidas alternativas, propiciando ao condenado ou submetido a este tipo de pena/medida o cumprimento célere e eficaz, evitando assim a reincidência progressiva.

Alinhamento Estratégico

Tema: Responsabilidade Social

Objetivo: Promover a Cidadania

Clientes do Projeto

Beneficiários da aplicação das penas e medidas alternativas à prisão

Equipe Multidisciplinar (Assistentes Sociais e Psicólogos)

Prefeituras Municipais

Conselhos da Comunidade e Municipais da Criança e Adolescente

Setores Administrativos do TJRJ

Justificativa

Com o advento da Reforma Penal de 1984 (Lei Federal nº 7.209 – Novo Código Penal e a Lei nº 7210 – Lei de Execuções Penais), com a Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, quando trata da prestação social alternativa, logo em seguida veio a Lei 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais abordando as Medidas Alternativas, efetivou-se a política voltada para o direito penal moderno ou Direito Penal Mínimo, em que se assenta no pressuposto de que o Estado somente deve intervir na vida social em ocasiões estritamente necessárias. A falência da pena de prisão, no que tange a recuperação e reintegração dos indivíduos, comprovados pelos altos índices de reincidência criminal, torna-se uma motivação a mais para a aplicação das Penas Alternativas, ou seja, Penas Restritivas de Direitos, que pelo caráter sociopedagógico da sanção e o caráter personalíssimo, faz com que a própria pena funcione como meio de tratamento e de inclusão social.

Começar de Novo

Escopo ou finalidade do projeto

O presente projeto objetiva a criação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 100 (cem) postos de trabalho a serem preenchidos por cidadãos oriundos do sistema penitenciário buscando sua ressocialização por meio de atividade laborativa, visando ainda interromper a escalada da reincidência criminal pela falta de oportunidade no mercado de trabalho formal.

Alinhamento estratégico

Tema: Responsabilidade Social.

Objetivo: Promover a Cidadania.

Clientes do projeto

Egressos do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro de ambos os sexos, com no máximo 55 anos de idade e dotados, no mínimo, de plena capacidade de leitura e entendimento de textos simples, que tenham cumprida a pena privativa de liberdade nos últimos 24 meses ou que estejam em gozo do livramento condicional da pena.

Setores Administrativos do TJERJ

Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP);

Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (SMAS).

Justificativa

Os problemas que envolvem o Sistema Penitenciário Brasileiro são seculares. Desde muito tempo, inúmeras têm sido as tentativas do poder público de formular políticas capazes de regenerar e inserir o egresso no meio social, mas que se têm mostrado débeis ante o crescimento da criminalidade, mormente aquela praticada por reincidentes.

A inadequada execução das políticas públicas enseja sérios problemas sociais: sofrem os aprisionados ante a falta de perspectiva; os egressos que não encontram amparo para sua ressocialização e, por que não mencionar, sofre toda a sociedade, que tem se mostrado incapaz de impedir o reingresso na senda criminosa da maioria daqueles que já cumpriram suas penas.

A falta de apoio familiar, a ausência de qualificação profissional, de escolarização fundamental e até mesmo de identificação civil são os principais fatores que dificultam, quando não impossibilitam, a inserção no mercado de trabalho, ensejando a reincidência.

Acredita-se que um dos caminhos para quebrar esse círculo vicioso da criminalidade é permitir o resgate da cidadania daquele que, levado por diversas razões, cometeu um delito e, tendo cumprido sua pena, está quites com a sociedade.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na sua tarefa de distribuir Justiça, tem como visão a obtenção do reconhecimento da sociedade sobre a sua contribuição para o exercício democrático da cidadania e, nessa ótica, não pode se manter inerte frente aos problemas que envolvem os egressos do Sistema Penitenciário.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Consolidar o Quadro de Avaliadores da Gestão da Qualidade do PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

Consolidar o quadro de avaliadores do Sistema Integrado de Gestão do PJERJ (SIGA/PJERJ), desenvolvendo nos servidores as competências necessárias para o desempenho da função de avaliador de gestão, de modo que possam realizar visitas de verificação nas unidades do PJERJ, disseminando conceitos e práticas de gestão da qualidade e promovendo o alinhamento estratégico, auxiliando o Judiciário no alcance da missão primordial: a prestação jurisdicional em tempo adequado.

Alinhamento estratégico

Tema/ Foco: Alinhamento e integração

Objetivo /Projeto: Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do poder judiciário

Descrição: Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando a resultados de curto, médio e longo prazos (continuidade).

Clientes do projeto

Servidores que demonstram interesse em integrar o Quadro de Avaliadores do SIGA/PJERJ.

Unidades que contribuem ativamente para o Projeto:

Escola de administração Judiciária (ESAJ): Realização de cursos na área de gestão e qualidade; Suprimento de ações de capacitação e treinamento necessários.

Departamento de Desenvolvimento de Pessoas: Elaboração de matriz de competência de avaliador do PJERJ.

Unidades Organizacionais: Indicar candidatos a avaliadores do PJERJ; Estimular os servidores a participarem da capacitação.

Justificativa

Perseguir a melhoria contínua da qualidade dos serviços de suas unidades organizacionais tem sido prioridade das sucessivas Administrações do PJERJ, que devem ampliar progressivamente a eficiência e a eficácia dos processos de trabalho aqui executados.

Esse ambiente organizacional demanda, cada vez mais, a adoção de medidas e técnicas de acompanhamento e controle que visam minimizar falhas e evitar problemas que coloquem em risco a imagem conquistada até agora.

Nesse contexto de aprendizado e aprimoramento, a capacitação dos servidores para o exercício da função de avaliador da qualidade agrega valor não apenas à instituição, mas também às pessoas, ampliando suas habilidades e conhecimento tanto no que se refere à disseminação das ferramentas de gestão, quanto à redução ou eliminação de custos com contratação de serviços de empresas especializadas.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Construção da Lâmina Central do Complexo do Foro Central da Comarca da Capital

Escopo ou finalidade do projeto

Alinhamento estratégico

TEMA: GRUPO XIV – INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

OBJETIVO: GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.

Clientes do Projeto

Justificativa

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Construção das Lâminas IV e V do Complexo do Foro Central da Comarca da Capital

Escopo ou finalidade do projeto

Construção das Lâminas IV e V do Complexo do Foro Central da Comarca da Capital.

Alinhamento estratégico

TEMA: GRUPO XIV – INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

OBJETIVO: GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.

Clientes do projeto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

DGLOG – MOBILIÁRIO HIGIENE E LIMPEZA

DGTEC – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

DGSEI – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TELEFONIA

Justificativa

Oferecer às unidades organizacionais do Poder Judiciário instalações compatíveis com as atividades desenvolvidas por cada unidade.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Cachoeiras de Macacu

Escopo ou finalidade do projeto

Trata-se da construção de edificação destinada ao FÓRUM, composto de três pavimentos e mais um de cobertura, no qual serão instalados alguns compartimentos técnicos. Serão também construídas edificações destinadas às instalações de guarita, de subestação elétrica e de cantina, todas com um pavimento. Haverá área construída destinada ao estacionamento, jardins e calçadas.

Alinhamento estratégico

TEMA: GRUPO XIV – INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

OBJETIVO: GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.

Clientes do projeto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FÓRUM DA COMARCA DE CACHOEIRAS DE MACACU.

DGLOG – MOBILIÁRIO HIGIENE E LIMPEZA

DGTEC – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

DGSEI – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TELEFONIA

Justificativa

Oferecer às unidades organizacionais do Poder Judiciário instalações compatíveis com as atividades desenvolvidas por cada unidade.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Santo Antonio de Pádua

Escopo ou finalidade do projeto

Trata-se de construção de prédio destinado ao FÓRUM, composto de três pavimentos e mais um de cobertura, no qual serão instalados alguns compartimentos técnicos. Serão também construídas edificações destinadas às instalações de guarita, de subestação elétrica e de cantina, todas com um pavimento. Haverá também área construída destinada ao estacionamento, jardins e calçadas.

Alinhamento estratégico

TEMA: GRUPO XIV – INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

OBJETIVO: GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.

Clientes do projeto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FÓRUM DA COMARCA DE SANTO ANTONIO DE PÁDUA.

DGLOG – MOBILIÁRIO HIGIENE E LIMPEZA

DGTEC – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

DGSEI – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TELEFONIA

Justificativa

Oferecer às unidades organizacionais do Poder Judiciário instalações compatíveis com as atividades desenvolvidas por cada unidade.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Contingenciamento da Rede Corporativa

Escopo ou finalidade do projeto

O Contingenciamento da Rede Corporativa objetiva melhoria da comunicação de dados do PJERJ em todo o Estado do Rio de Janeiro, assegurando tráfego ininterrupto de dados e sem degradação, de forma a viabilizar satisfatoriamente o adequado suporte à digitalização de expedientes e processos jurídicos e administrativos.

Aproximadamente 180 localidades são ligadas ao Fórum Central através dessa Rede que deverá ser resiliente a falhas.

Alinhamento estratégico

Meta: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

Clientes do projeto

Todas as unidades do PJERJ (Juizados Especiais, Serventias, Órgão de 2ª Instância, Unidades Administrativas, etc.), e o Público em geral.

A Diretoria Geral de Engenharia provê apoio através da avaliação e adequação da infraestrutura física e elétrica necessárias.

Justificativa

O PJERJ possui representação em todo o Estado, estando interligado desde a Capital até as mais remotas localidades por meio de circuitos de dados, centralizando a comunicação no Fórum Central, onde se encontra instalado o Centro de Processamento de Dados do PJERJ, o que exige garantir-se alta disponibilidade da comunicação de dados a fim de se evitar falhas que possam vir a prejudicar a prestação jurisdicional causando, inestimáveis transtornos a população.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Credenciamento ENFAM

Escopo ou finalidade do projeto

Credenciar, junto a ENFAM, os cursos de aperfeiçoamento de magistrados do Estado do Rio de Janeiro, que deverão ser ofertados, para o fim de promoção por merecimento, com carga horária mínima de 40 horas anuais. O conteúdo programático deve abordar os seguintes temas: alterações legislativas, situações práticas da atividade judicante, temas teóricos relativos às matérias jurídicas e disciplinas afins (tais como filosofia, sociologia, psicologia) e gestão administrativa e de pessoas.

Alinhamento estratégico

Tema: Gestão de pessoas. Objetivo: Desenvolver o conhecimento, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores. Projeto: Credenciar na Escola Nacional de Formação de Magistrados – ENFAM cursos de Vitaliciamento e Aperfeiçoamento de Magistrados e implementá-los.

Clientes do projeto

Magistrados que objetivam concorrer à remoção e promoção por merecimento, atendendo a Resolução 02/2007 da ENFAM.

Justificativa

Em razão da Resolução 02/2007 da ENFAM houve necessidade de adequar os Cursos de Aperfeiçoamento aos novos requisitos da referida Resolução. Oferecer, aos Magistrados, cursos de Aperfeiçoamento com carga horária mínima de 20 horas/semestre, sendo os cursos aproveitados para o Vitaliciamento dos Magistrados.

Criação do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário - CISPJ

Escopo ou finalidade do projeto

Implantação do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário. O CIS-PJ centralizará as informações e ações de segurança do Poder Judiciário, integrando sistemas de segurança, inteligência, comunicação e automação predial, entre outros, com a finalidade de possibilitar ações integradas de gerenciamento de crises, com ganhos de agilidade, eficiência e eficácia nas respostas a situações que tragam risco à segurança de pessoas e patrimônio do Poder Judiciário.

Alinhamento estratégico

Tema Infraestrutura, tecnologia e segurança.

Objetivo

Clientes do projeto

O Projeto atingirá todos os Departamentos da DGSEI (o Departamento de Segurança Patrimonial, o Departamento de Segurança Institucional e o Departamento de Projetos e Segurança de Telecomunicações) como também o Departamento de Manutenção Predial da Diretoria Geral de Engenharia, responsável pela automação predial dos próprios do PJERJ.

Serão parceiros nesse projeto: a DGENG (obras físicas), a DGTEC (aquisição de equipamentos e softwares), DGLOG (aquisição de mobiliários e serviços)

Justificativa

Com o crescimento do Poder Judiciário nos últimos anos, as necessidades e demandas em torno da segurança tanto patrimonial quanto individual se avolumaram. A DGSEI tem dado resposta a essas demandas, porém se faz cada vez mais imperiosa uma reformulação nos sistemas com vistas a sua integração, o que possibilitará uma concentração de informações e controles, possibilitando um gerenciamento de riscos mais eficiente e uma tomada de decisão mais eficaz nas situações de crise.

O investimento em um centro integrado nos moldes previstos nesse projeto se torna, nesse contexto, resposta satisfatória e suficiente para atualização dos sistemas e centralização das informações e respostas, aumentando a sensação de segurança e dando, à alta administração, instrumentos de gerenciamento e controle das ocorrências e ações relativas a segurança do Poder.

Assim, considerando a crescente demanda, as necessidades específicas do Poder e crescente importância da segurança, justifica-se plenamente o projeto em epígrafe.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Desenvolver e implementar Gestão Estratégica de Pessoas no PJERJ, com foco em competências

Escopo ou finalidade do projeto

Prover o PJERJ de um modelo de Gestão de pessoas que vise o desenvolvimento contínuo e a valorização das pessoas através da formação e potencialização dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores que irão contribuir para o melhor desempenho organizacional.

A gestão estratégica de pessoas englobará a avaliação com foco em competências, o estabelecimento de um plano de desenvolvimento para os servidores e a implementação de um banco de talentos do PJERJ.

Alinhamento estratégico

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores

Clientes do projeto

O projeto impactará todo PJERJ, abrangendo os 15143 servidores da instituição (levantamento realizado em novembro de 2009).

Unidades intervenientes: DGDIN - Apoio na validação e divulgação das Competências Organizacionais; DGTEC - Apoio na implementação e suporte ao sistema informatizado de Gestão de Pessoas;

Justificativa

Como benefícios para instituição, a Gestão de Pessoas por Competências permite a identificação das competências necessárias para a consecução dos objetivos organizacionais, a identificação das necessidades de desenvolvimento dessas competências pelos servidores em face de suas atribuições/funções e, conseqüentemente, o direcionamento da capacitação das pessoas, racionalizando gastos e contribuindo para um melhor desempenho funcional. Proporciona, ainda, a otimização do processo de seleção e lotação dos servidores nas unidades organizacionais, já que prevê o desenvolvimento de um banco de talentos do PJERJ.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Difundir o Convênio de Cooperação para Finalidades de Arrecadação (Dívida Ativa)

Escopo ou finalidade do projeto

Possibilitar as tratativas, com os Municípios de todo o Estado do Rio de Janeiro, para a formalização de Convênio-Dívida Ativa, possibilitando um incremento na arrecadação do Fundo Especial do PJERJ.

Alinhamento estratégico

Tema: Atuação Institucional

Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, setores e instituições

Clientes do projeto

Municípios do RJ e usuários do PJERJ

Justificativa

A cada distribuição judicial de executivo fiscal cabem recolhimentos de custas judiciais por este procedimento. Através deste Convênio-Dívida Ativa será possível incluir na Guia de Recolhimento do débito municipal as custas devidas ao PJERJ, incrementando a arrecadação do Fundo Especial do PJERJ.

Atualmente, poucos convênios foram formalizados.

O intuito do objetivo é possibilitar as tratativas necessárias à formalização do convênio, levando aos Municípios o conhecimento de sua existência e viabilizar sua formalização, tendo como resultado esta ciência dos referidos Municípios.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Fortalecimento da Segurança de Sistemas de Informação

Escopo ou finalidade do projeto

O escopo do projeto é o fortalecimento do sistema de segurança, responsável pelo controle de acesso dos usuários aos diversos sistemas desenvolvidos pela DGTEC, que permitirá a adequação do sistema as novas tecnologias existentes.

Serão desenvolvidos mecanismos para autenticação de usuários através do AD (Active Directory), autenticação mediante certificado digital, melhoria na criptografia das informações dos usuários.

Será implementada a substituição da forma de autenticação atual pela autenticação através do Active Directory ou Certificado Digital, resultando na melhora da segurança no processo de autenticação do usuário.

Alinhamento estratégico

GRUPO XIV - INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS

Clientes do projeto

Todos os usuários de sistemas nas unidades organizacionais do PJERJ

Justificativa

Atualmente autenticação de usuários utiliza uma chave de criptografia ultrapassada, armazenada na estrutura de dados, a mesma estrutura responsável pelos registros de permissão de acesso aos sistemas.

A substituição da forma de autenticação atual pela autenticação através do Active Directory ou Certificado Digital visa dar maior credibilidade, resultando numa melhora no processo de autenticação do usuário e reduzindo a possibilidade de fraudes.

A implantação da autenticação do usuário através do AD (Active Directory) melhora o gerenciamento das senhas de acesso, unificando-o em um único ponto e facilitando a atividade do usuário, uma vez que não necessitaria guardar a senha de Windows e senha de acesso ao sistema. A senha de acesso ao Windows seria a mesma de acesso aos sistemas.

A utilização do Certificado Digital para identificação do usuário vem sendo cada vez mais utilizada no mundo digital por se tratar de um mecanismo mais seguro com possibilidades de uso mais genéricas. O uso do Certificado Digital irá garantir ainda a adequação dos sistemas a Lei 11.419/2006, que regulamenta o processo eletrônico no âmbito do Judiciário Brasileiro.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Garantir a Alta Disponibilidade dos Sistemas Através de Base de Dados de Contingência

Escopo ou finalidade do projeto

O projeto consiste em prover redundância para os equipamentos servidores de processamento e de armazenamento (storages) dos bancos de dados que atendem aos sistemas corporativos informatizados do PJERJ.

O projeto contempla somente replicação e consolidação dos bancos de dados em equipamentos redundantes, oferecendo melhor performance e estabilidade, alta disponibilidade dos sistemas com baixa probabilidade de parada dos sistemas seja por falha humana ou não, além de reduzir a possibilidade de perda dos dados neles armazenados pelo simples fato de existirem os bancos de dados de contingência.

Contudo, o projeto não contempla qualquer alteração nas funcionalidades e recursos oferecidos pelos sistemas, bem como também não alterará os métodos de autenticação ou conexão a esses sistemas.

Alinhamento estratégico

Meta: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.

Clientes do projeto

Todas as unidades administrativas e judiciais do TJERJ que utilizam sistemas corporativos internos nas suas atividades são clientes do projeto. Porém somente a DGTEC contribuirá com informações para execução do projeto.

- DGTEC-DEPRO-DISRE - a qual atuará na disponibilização e instalação do equipamento servidor e dos storages necessários para a instalação e o armazenamento das bases de dados dos sistemas corporativos informatizados;
- DGTEC-DESIIS – o qual atuará na validação inicial dos sistemas migrados e eventuais correções que se façam necessárias nos sistemas após a migração dos dados;
- DGTEC-DERUS – o qual atuará na homologação dos sistemas migrados para validar seu pleno funcionamento após a migração dos dados;
- DGENG – a qual atuará na disponibilização de instalação elétrica e lógica para a instalação desses novos equipamentos.

Justificativa

Apesar de serem utilizados equipamentos servidores com alta redundância de componentes o que os torna pouco vulneráveis a falhas, o fato de existirem equipamentos servidores e de armazenamento trabalhando individualmente para atender os sistemas corporativos informatizados expõe possibilidade de interrupção desses serviços uma vez que ocorra falha ou perda desses equipamentos. Não havendo equipamento servidor para automaticamente substituí-los e dar continuidade a esses serviços, esses deverão necessariamente aguardar a recuperação dos equipamentos em falha para retornar o uso dos sistemas. Com a informatização de grande parte das atividades administrativas e judiciais, seus serviços tornaram-se extremamente dependentes do bom funcionamento e disponibilidade dos sistemas corporativos. Assim sendo, prover redundância e dualização à infraestrutura de informática que suporta os sistemas corporativos necessariamente trará benefícios ao bom funcionamento e maior produtividade a todas as unidades administrativas e judiciais que utilizam os sistemas corporativos como ferramenta de trabalho.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Gerir a utilização dos Recursos Financeiros para garantir a realização dos Projetos e Atividades do PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

Garantir a sustentabilidade dos recursos destinados ao PJERJ.

Alinhamento estratégico

TEMA – ORÇAMENTO

OBJETIVO – Assegurar recursos orçamentários para avaliar a execução dos projetos estratégicos, bem como, atender as atividades judiciárias.

Clientes do projeto

Unidades Organizacionais do Poder Judiciário que demandam despesas, tais como, DGLOG, DGENG, DGTEC, DGSEI E DGPES.

Justificativa

Atualmente, os bancos de dados estão instalados em equipamentos servidores e de armazenamento que oferecem alta redundância de componentes, baixa tolerância a falhas e baixa probabilidade de interrupção.

Porém, o fato de estarem instalados em equipamentos únicos e sem equipamentos de reserva e com igual conteúdo sincronizado, expõem os sistemas à probabilidade de estarem indisponíveis para os usuários uma vez que tais equipamentos precisem ser desligados ou sofram alguma falha grave de funcionamento.

A parada desses sistemas significará necessariamente o não acesso aos processos administrativos e judiciais já digitalizados.

Tal fato provocará parada nas atividades cartorárias e judiciais as quais dependam de acesso ao conteúdo dos processos para o correto exercício de suas funções, bem como impedirá o próprio usuário fim dessa instituição de ter também seu acesso às informações, atos e documentos inclusos nos processos.

Concluindo, cada vez mais a disponibilidade e bom funcionamento da infraestrutura de TI desse TJERJ que atende aos sistemas corporativos torna-se essencial para o correto desempenho da própria função jurisdicional que esse órgão tem por fim prover.

Gestão Ambiental

Escopo

O projeto propõe a implantação da Agenda Ambiental no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, constituída de Projetos / Programas de curto e médio prazo, com base no alinhamento da Gestão Administrativa do Poder Judiciário às Leis Ambientais e às Políticas Públicas do Meio Ambiente e em atendimento à Resolução nº 11 do Conselho Nacional de Justiça, fortalecendo a valorização da Vida.

Alinhando-se a política nacional e as diretrizes fixadas para o meio ambiente, especialmente por tratar-se de Órgão Público, que deve servir de paradigma aos demais setores da sociedade, visando incentivar ações de combate ao desperdício e a minimização de impactos ambientais, diretos e indiretos, gerados pela atividade jurisdicional, e a promoção da gestão ambiental com qualidade.

Objetivando a elaborar planos de ações estratégicos para a gestão de resíduos sólidos e perigosos gerados no exercício de nossas atividades, a redução de consumo de energia e água, o reaproveitamento de materiais; propõe-se a criar comissão multi-setorial para a implantação, acompanhamento e avaliação contínua dos programas de melhoria do meio ambiente.

Estabelecer ações de substituição de insumos e materiais que possam causar danos ou riscos à saúde do servidor, ao entorno e ao meio ambiente.

Promover ações educativas visando estimular a melhoria da qualidade do meio ambiente nos locais de trabalho; conscientizar os servidores sobre a importância de se preservar o meio ambiente e uso racional dos bens e serviços da administração.

Multiplicar e difundir os conhecimentos sobre o meio ambiente entre os servidores, visando mudanças de comportamento e maior comprometimento para a preservação ambiental / adequação de conceitos e hábitos.

Alinhamento estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Busca a Excelência na Gestão de Custos Operacionais

Clientes do projeto

Setores Administrativos e Judiciais do TJERJ.

Justificativa

O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro vem desenvolvendo ações positivas ao meio ambiente. Em 2000 foi implantado o Projeto de Reciclagem (Ato Executivo nº 1819 e 1919), em parceria com a ABATERJ. O programa é desenvolvido no complexo do Fórum Central, tratando seletivamente o lixo produzido nas dependências do Tribunal de Justiça. O valor arrecadado é revertido em aquisição de cestas básicas, que são distribuídas aos terceirizados de menor piso salarial.

Em 2007 foi inaugurado o Laboratório de Reciclagem de Cartuchos de Impressoras, prevendo-se uma economia de R\$ 1.000.000. Além do ganho econômico, o Tribunal contribui na economia do petróleo (para cada cartucho utiliza-se, em média, de dois a cinco litros) e plástico (leva dez séculos para se biodecompor), insumos necessários para a confecção. Foi implantada, também, a Fiscalização para Lavagem da frota de veículos, objetivando economia da água. O Diário Oficial foi disponibilizado pela Intranet, possibilitando grande economia de papel. Entretanto, frente à complexidade e diversidade do assunto, faz-se necessário estabelecer, com a maior brevidade possível, um programa amplo e estruturado de proteção ambiental, instituindo programa que sugerimos nominar "Agenda Ambiental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro".

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Gestão do Clima Organizacional no PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

A Pesquisa de Clima Organizacional no PJERJ tem como objetivo principal levantar as percepções dos servidores sobre o seu ambiente interno e sobre a nossa instituição, mapeando os pontos fortes, as deficiências, expectativas e aspirações que influenciam diretamente na satisfação da equipe, e a partir daí estabelecer um conjunto de ações que permitam o aumento dessa satisfação com o trabalho.

Alinhamento estratégico

A implementação da Gestão do Clima Organizacional no PJERJ contribuirá para o alcance do objetivo estratégico 12 – “Motivar e comprometer magistrados e Servidores com a Execução da Estratégia” referente ao tema “Gestão de Pessoas”.

Clientes do projeto

O projeto impactará todo PJERJ, pois abrangerá a totalidade dos 15143 servidores da instituição.

DGTEC – apoio operacional

Diretorias Gerais – Formação Comissão de Gestão do Clima Organizacional e apoio à implementação das ações de melhoria.

Justificativa

São inúmeros os benefícios encontrados através da Gestão de Clima Organizacional. Podemos citar: o alinhamento da cultura com as ações efetivas da organização, a integração dos diversos processos e áreas funcionais, otimização da comunicação, identificação das necessidades de treinamento e desenvolvimento, enfoque do cliente interno e externo, otimização das ações gerenciais, redução no índice de rotatividade, e identificação das satisfações e insatisfações do público interno.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Identificar a Lotação Ideal das Unidades Organizacionais do PJERJ

Escopo

Identificar a lotação ideal de todas as Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a fim de propiciar uma distribuição adequada de servidores, para o alcance dos objetivos institucionais.

Alinhamento estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Clientes do projeto

São clientes do Projeto todas as unidades organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Atuarão como intervenientes, prestando apoio ao projeto com o fornecimento de informações e dados: a Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais – DGJUR, a Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional - DGDIN, a Diretoria Geral de Administração - DGADM, a Diretoria Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Judiciais - DGFAJ, o Departamento de Apoio aos Núcleos Regionais – DENUR e a Diretoria Geral de Tecnologia da Informação – DGTEC.

Justificativa

Em recente pesquisa da imagem institucional do PJERJ, realizada entre agosto e dezembro de 2008, com a participação de usuários e colaboradores internos e externos, foram identificados como maiores pontos fracos a falta de funcionários, a sobrecarga de trabalho e a morosidade nos ritos processuais, conforme discriminado no quadro abaixo:

PONTOS FRACOS	SEGUNDO PÚBLICO EXTERNO	SEGUNDO PÚBLICO INTERNO
Falta de funcionários	49,8	69,7
Sobrecarga de trabalho	40,9	71,5
Morosidade nos ritos processuais	62,5	45,6

É notória a crescente demanda pela prestação jurisdicional, ano após ano, conseqüente de diversos fatores, como a maior conscientização da população de seus direitos e a democratização do acesso à Justiça.

Cabe analisar se o número de servidores em cada unidade é suficiente a propiciar uma resposta célere a essa demanda, em consonância com o preceito constitucional contido no artigo 5º, no qual assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Busca-se, então, com este projeto, alcançar o número ideal de servidores para cada unidade da estrutura organizacional do PJERJ, observando suas peculiaridades, intenção esta almejada há tempos pela Administração.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Implantar a 4ª fase da guia de recolhimento via eletrônica (GRERJ Eletrônica)

Escopo ou finalidade do projeto

Propiciar aos usuários do PJERJ a utilização de uma GRERJ eletrônica, bem como controlar os recolhimentos a favor do PJERJ com maior celeridade.

Alinhamento estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Buscar a excelência na gestão

Unidade coordenadora: DGPCF

Clientes do projeto

Unidades organizacionais e usuários do PJERJ

Justificativa

Aumentar a eficiência do controle da arrecadação do PJERJ, realizada pelo DEGAR e suas Divisões.

Atualmente, temos já implantados todos os recolhimentos realizados pelas serventias extrajudiciais e parte dos recolhimentos destinados aos atos praticados pelas serventias judiciais.

Com o sistema plenamente desenvolvido, todos os recolhimentos poderão ser realizados de forma on-line, pelos clientes que tenham conta no Banco Itaú, bem como nas agências da referida instituição, pelos demais usuários, em todos os estados brasileiros, possibilitando um recolhimento pleno, incluindo atos praticados pela 1ª e pela 2ª instâncias.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Implantar novo Plano de Carreira dos servidores do Quadro Único de Pessoal PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

Reformular os critérios utilizados para realização da progressão/promoção dos servidores efetivos do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, o conjunto de legislação que rege a matéria, buscando aumentar a motivação dos servidores.

Alinhamento estratégico

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.

Clientes do projeto

Todos os servidores do PJERJ.

Unidades Intervinentes:

DGPCF – estudo do impacto financeiro.

DGTEC – adaptar o programa existente às novas regras estabelecidas pelo Grupo de Trabalho.

Justificativa

O projeto justifica-se pela necessidade de motivar o servidor efetivo ativo a permanecer no Quadro de Pessoal do PJERJ, a fim de se reter talentos capacitados pela Instituição, evitando exonerações ou desistências ainda na fase de estágio experimental, bem como, de modo geral, oferecer aos servidores efetivos uma carreira atrativa.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Implementação do Plano de Escape no Centro Administrativo e na Lâmina III do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Escopo ou finalidade do projeto

O Plano de Escape do Centro Administrativo e da Lâmina III do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro tem como finalidade estabelecer, criar, treinar e preparar um grupo de pessoas para os casos de sinistro de fogo, ameaça de bomba, etc. assim como estabelecer rotas de fuga seguras e capazes de retirar das áreas sinistradas, o maior contingente de pessoas, abrigo-as em local seguro.

Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais

Clientes do projeto

Serão clientes do projeto Magistrados, Serventuários e Usuários do Centro administrativo e Lâmina III do TJERJ

Justificativa

Em um sinistro (incêndio, ameaça de bomba, etc.) a maior parte das vítimas, inclusive fatais, é consequência do pânico de pessoas em fuga desordenada. O número de vítimas do pânico é maior do que o de pessoas feridas ou mortas pela ação direta do real perigo.

Após a implementação do Plano de Escape do Centro Administrativo e da Lâmina III, permitirá ao Departamento de Segurança Patrimonial – DESEP, através da Divisão de combate à Incêndios – DICIN, obter uma previsão sistematizada e eficiente da condução de pessoas de um local de perigo para local seguro.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Implementar a Gestão Estratégica do PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

O projeto visa garantir o alinhamento entre o planejamento estratégico do PJERJ com o proposto pelo Conselho Nacional de Justiça para o Poder Judiciário Brasileiro (Resolução 70/2009, do CNJ), com a aprovação de Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro com o planejamento desta instituição para os próximos 5 (cinco) anos; e implementar as diretrizes da referida Resolução no PJERJ.

A abrangência do escopo envolve todas as Unidades Executoras do PJERJ e as Unidades Executoras da Corregedoria-Geral da Justiça (incluindo as unidades certificadas ou em processo de certificação). São elas: 1ª, 2ª e 3ª Vice-Presidências, EMERJ, GABPRES, DGPES, DGCON, DGLOG, DGSEI, DGPCF, DGJUR, DGTEC, DGCOI, DGENG e SECCM, EMERJ, OUVID, SETOE. Na CGJ são elas CGJ/DGADM, CGJ/DGFAJ CGJ/DGFEX e demais unidades responsáveis por algum projeto.

Alinhamento estratégico

Tema: Alinhamento e Integração.

Objetivo: Garantir o Alinhamento Estratégico em todas as Unidades do Poder Judiciário.

Clientes do projeto

-Todas as Unidades Executoras do PJERJ e as Unidades Executoras da Corregedoria-Geral da Justiça (incluindo as unidades certificadas ou em processo de certificação). São elas: 1ª, 2ª e 3ª Vice-Presidências, EMERJ, GABPRES, DGPES, DGCON, DGLOG, DGSEI, DGPCF, DGJUR, DGTEC, DGCOI, DGENG e SECCM, EMERJ, OUVID, SETOE, CGJ/DGADM, CGJ/DGFAJ e CGJ/DGFEX, e DGPES/ESAJ, DGTEC, Administração Superior do PJERJ.

Justificativa

Com a publicação, em 24/03/2009, da Resolução 70/2009, do CNJ, foi observada a necessidade de alinhamento da metodologia até então utilizada no PJERJ à definida por aquele órgão, tanto no que se refere à nomenclatura, quanto aos parâmetros e diretrizes para acompanhamento da gestão estratégica do PJERJ.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Implementar a Videoconferência

Escopo ou finalidade do projeto

Transmitir eventos realizados nos auditórios da EMERJ aos núcleos situados no interior, proporcionando participação interativa.

Alinhamento estratégico

Tema: Gestão de pessoas. Objetivo: Desenvolver o conhecimento, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores.

Clientes do projeto

Juízes lotados nas comarcas do interior.

Justificativa

Levar o aperfeiçoamento de magistrados às comarcas do interior, sem prejuízo da prestação jurisdicional, evitando o deslocamento e ausência dos juízes em suas lotações.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Implementar o Centro de Digitalização de Documentos do PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

Implementar o Centro de Digitalização de Documentos do PJERJ com o intuito de transpor as informações arquivísticas contidas em suporte papel (documentos e processos) para suporte eletrônico, de forma a otimizar o espaço de armazenamento disponível na rede de arquivos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e agilizar o fluxo dessas informações. O atual projeto tem seu escopo limitado à provisão dos recursos necessários ao início do funcionamento do Centro de Digitalização, para atender à demanda de digitalização de aproximadamente 140 milhões de imagens por ano, a saber: construção da estrutura física (obra civil), aquisição dos recursos tecnológicos e demais insumos, definição dos procedimentos internos e do suporte operacional (postos de trabalho) para apoiar a execução da atividade.

Alinhamento estratégico

O presente projeto vincula-se ao tema “Eficiência Operacional” e está relacionado aos objetivos de “Garantir a Agilidade nos Trâmites Judiciais”, “Garantir a Agilidade nos Trâmites Administrativos” e “Buscar a Excelência na Gestão de Custos Operacionais”.

Clientes do projeto

As unidades impactadas diretamente por este projeto são: Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON), Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ) e as unidades administrativas e jurisdicionais do PJERJ.

As unidades de apoio são: Diretoria Geral de Engenharia (DGENG) na construção da estrutura física (obra civil); Diretoria Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC) no fornecimento dos recursos tecnológicos (hardware e software) e a Diretoria Geral de Logística (DGLOG) na contratação e licitação de equipamentos.

Justificativa

A rede de arquivos do PJERJ apresenta capacidade de armazenamento insuficiente para manter sob sua guarda o acervo arquivístico existente, estimado em 1 milhão e 200 mil caixas-arquivo (cerca de 18 milhões e 100 mil documentos). Tal fato acarreta a necessidade de contratação de empresa especializada na guarda de documentos. Atualmente, a rede de arquivos do PJERJ tem capacidade para armazenar cerca de 700 mil caixas-arquivo (58% do acervo total). Em virtude da taxa de crescimento do acervo arquivístico ser superior ao ritmo de descarte possível no momento, consoante os prazos de guarda definidos em Tabela de Temporalidade de Documentos, há tendência de crescimento da parcela que excede a capacidade de rede de arquivos. Em consequência, elevam-se os custos do contrato de armazenamento dessa parcela em empresa especializada.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Implementar o Modelo de Gestão Simplificado nas Unidades Judiciais

Escopo ou finalidade do projeto

O projeto abrange a implementação do modelo simplificado de gestão em 51 Varas Cíveis dos 02 e 04 Núcleos Regionais – NUR. O objetivo do projeto é substituir o processo de certificação externa de forma gradual, pela implementação dos elementos de gestão e capacitação específica subdivididos em três níveis, que são denominados: Básico, Planejado e Gerenciado.

Alinhamento estratégico

Tema: Alinhamento e Integração.

Objetivo: garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do PJERJ.

Clientes do projeto

As 51 varas cíveis dos 2º e 4º NUR.

DGPES/ESAJ – Interagir com os Facilitadores do SIGA nos NUR (em especial o agente de capacitação) para prover a capacitação necessária à implementação do Modelo;

DGCON/DEGEA – Interagir com os Facilitadores do SIGA nos NUR, os gestores das unidades integrantes do projeto e responsáveis pelo arquivo corrente da unidade de forma a prestar o assessoramento técnico arquivístico necessário e implementar as Rotinas Administrativas – RAD pertinentes ao processo;

DGPES/DEDEP – Capacitar os Facilitadores nos procedimentos de estabelecimento das matrizes de competência das equipes integrantes do projeto e prestar assessoria às unidades, com implementação das Rotinas Administrativas – RAD, pertinentes ao processo;

DGTEC – DGLOG – DGSEI – DGJUR - Apresentar estrutura organizacional, serviços e produtos aos gestores integrantes do projeto e dar feedback à pesquisa de levantamento das demandas (promovida pela DGDIN e realizada com as unidades).

DGDIN/DEDOC - Prestar apoio aos Facilitadores do SIGA e aos gestores das unidades integrantes do projeto durante as visitas para verificação da implementação do “Controle de documentos e de registros” do Nível Básico.

DGDIN/DEMED – Prestar apoio aos Facilitadores do SIGA e aos gestores das unidades integrantes do projeto durante a realização da Pesquisa de Satisfação e de Opinião e o tratamento de produtos não conformes.

Justificativa

O projeto contribui para a multiplicação mais rápida e eficiente do modelo de gestão estratégica do TJERJ. Ele visa reduzir o custo com a contratação de consultoria externa e a terceirização de serviços.

A figura do Facilitador amplia a capacidade operacional para o desenvolvimento das atividades e otimiza o processo na medida em que aumenta o número de unidades atendidas (implementadas nos elementos da gestão) com utilização de menor período de tempo.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Implementar o Reembolso Eletrônico dos Atos Gratuitos de Nascimento e Óbito

Escopo ou finalidade do projeto

Implementar o reembolso eletrônico dos atos gratuitos de nascimento e de óbito, que será efetivado através da validação dos ofícios de pagamento gerados eletronicamente com base nas informações transmitidas de dados ao link Do Selo Ao Ato pelos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que fazem jus ao recebimento do reembolso que trata a Lei Estadual nº 3001/1998.

Alinhamento estratégico

Tema: EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Objetivo Estratégico: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

Clientes do projeto

O projeto se destina primariamente aos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro que fazem jus ao pagamento do reembolso. Outras unidades impactadas pelo projeto são a DGPCF (DILID, DITES) e NUJAC.

Tem-se como unidade interveniente a DGTEC, sendo necessário prévio desenvolvimento e adequação do link do Selo Ao Ato e do SIRAG por parte daquele órgão, para que os sistemas gerem automaticamente o ofício de pagamento.

Justificativa

O processamento de reembolso atualmente é feito, em sua maior parte, através de processos efetuados pelos servidores da DIMEX, sendo necessário cuidadoso controle manual de recebimento, conferência, registro e validação, devendo os mesmos ser realizados com margem zero de erro e dentro de um estrito limite temporário, definido por Lei.

O principal gargalo do processamento do reembolso se encontra no processo de recebimento, que é feito de maneira precária e insegura, sendo cerca de 70% das solicitações remetidas via fax, que, por sua natureza, ocasiona uma enorme quantidade de dados impressos equivocadamente, culminando com um grande desperdício de material e pendências que inexistiriam fosse outro método de envio. Essa é, também, a principal fonte de reclamação dos usuários acerca do reembolso. Outros métodos, como protocolo via NUR e e-mail são pouco explorados pelos Serviços, que se queixam da dificuldade de acesso aos mesmos, seja deslocamento ao NUR em questão ou necessidade de assinatura digital para confirmar a autenticidade da solicitação.

Dessa forma, a implementação eficaz do reembolso eletrônico viria a solucionar imediatamente o problema logístico do recebimento das solicitações e diminuir drasticamente a possibilidade de ocorrência de erros, bem como o desperdício de material e a insatisfação dos usuários. Como outros efeitos, teríamos um grau de segurança muito maior para o processamento do reembolso, uma vez que os atos reembolsáveis já seriam eletronicamente confirmados, além de agilizar o processamento e diminuir a sobrecarga sobre os servidores que interagem com esse processo. A segurança sobre o reembolso de atos efetivamente praticados significa um maior controle sobre os fundos utilizados para o pagamento, influenciando nos custos deduzidos da arrecadação do FETJ.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Implementar Sistema de Acompanhamento do Índice de Confiança da Sociedade no PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

Prover o PJERJ de um modelo de acompanhamento do Índice de Confiança da Sociedade do PJERJ que vise o atendimento do Objetivo Estratégico do Poder Judiciário, determinado pela Resolução 70/2009, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Com o objetivo de comparar o PJERJ com outras instituições abordadas na pesquisa e verificar a população, conhecer o funcionamento do PJERJ e suas áreas específicas.

Este projeto adotará modelo de acompanhamento de Índice de confiança da sociedade no PJERJ, utilizando pesquisas junto à sociedade, a serem realizadas por institutos de pesquisas credenciados.

Alinhamento estratégico

Tema: Grupo I – Ter credibilidade e ser reconhecido como um poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promover a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania.

Objetivo: Visão – Obter o reconhecimento da sociedade sobre a contribuição do PJERJ para o exercício democrático da cidadania.

Clientes do projeto

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Diretoria Geral de Logística (DGLOG), que deverá atuar no apoio de elaboração do Projeto Básico para realização das licitações para contratação dos institutos de pesquisas.

Justificativa

O índice de confiança nas instituições é um indicador estratégico, até recentemente, pouco utilizado por instituições públicas, particularmente raro como ferramenta de gestão por parte dos Tribunais.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Implementar o Sistema de Inventário de Bens Permanentes WEB

Escopo ou finalidade do projeto

Escopo do projeto: Conhecimento por parte do Departamento de Patrimônio e Material da totalidade de bens materiais permanentes alocados em todas Unidades Organizacionais do PJERJ, sendo que as responsabilidades por movimentações destes bens serão permanentemente monitoradas.

Alinhamento estratégico

Eficiência operacional e Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

Clientes do projeto

Todas unidades organizacionais do PJERJ, destacando-se: DGTEC, DGPES, DGCOI, DGLOG, DGDAM, DGPCF, DGJUR, DGSEI e DGENG.

Justificativa

Foi constatada discrepância entre o quantitativo real de materiais permanentes cadastrados pelo DEPAM e saldo contábil.

Causas do problema:

- 1 – Itens relativos a bens materiais permanentes são distribuídos diretamente às unidades judiciais e administrativas pela DIMAR e DGTEC sem o emplaquetamento;
- 2 – Movimentação de bens permanentes nas unidades organizacionais pelos servidores e terceirizados sem a devida comunicação ao DEPAM;
- 3 – Duplicidade de nº de emplaquetamento.

Conseqüência: Caso o projeto não seja realizado;

- 1 – Afetará no dever de zelo atribuído aos servidores e terceirizados com o bem público, acarretando perda do controle e rastreabilidade dos bens materiais permanentes pelo órgão gestor principal - DEPAM;
- 2 – Haverá interferência no planejamento da administração do orçamento do PJERJ, pois poderá demanda mais recursos para a aquisição de novos materiais permanentes;
- 3 – Impacto na eficiência operacional da área administrativa, visto que o rígido controle patrimonial permite informações fidedignas nas novas aquisições e agilidade na transferência de bens de uma localidade para outra.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Implementar o Sistema de Monitoramento nas Unidades Judiciárias de 1ª Instância

Escopo

Estabelecer e implementar sistema eletrônico de monitoramento da produtividade das atividades judiciais de primeira instância, por meio do desenvolvimento de indicadores, parâmetros e relatórios de monitoramento.

O projeto visa a atender à necessidade de se obter relatórios que representem fielmente a realidade das unidades judiciárias de primeira instância, a fim de apoiar a tomada de decisão da alta administração e demais unidades da Corregedoria Geral da Justiça com atribuição de fiscalização e apoio na área judicial, cooperando pela otimização e a efetividade da prestação jurisdicional.

O projeto se limita ao monitoramento das atividades desenvolvidas nas unidades judiciárias de primeira instância informatizadas ou cujos dados estatísticos se encontrem disponíveis eletronicamente.

Alinhamento estratégico

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Clientes do projeto

Serventias judiciárias de primeiro grau e unidades envolvidas na geração dos indicadores, como DGTEC e DEIGE.

Justificativa

A Divisão de Monitoramento Judicial necessita aperfeiçoar o Sistema de Monitoramento para utilizá-lo como ferramenta de adequação dos serviços realizados em serventias judiciais e unidades de apoio à primeira instância, bem como de aprimoramento da prestação jurisdicional, trazendo agilidade na tramitação dos feitos judiciais, visando assegurar a razoável duração do processo.

O desenvolvimento de indicadores, parâmetros e relatórios de monitoramento busca abarcar os mais importantes processos de trabalho desempenhados nas unidades judiciárias de primeira instância e assim prover a alta administração e demais unidades da Corregedoria Geral da Justiça, com atribuição de fiscalização e apoio na área judicial, com relatórios de monitoramento e de análise de dados o quão representativos da realidade possível.

Cumprе ressaltar que a não realização do projeto causará prejuízo ao controle das atividades realizadas nas serventias judiciais e unidades de apoio à 1ª instância, dificultando a tomada de decisão em prol da eficiência operacional.

Jovem Mensageiro

Escopo ou finalidade do projeto

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, criou o Projeto JOVEM MENSAGEIRO, visando oportunizar experiência profissional supervisionada a jovens em situação de vulnerabilidade social de risco e/ou pertencentes a famílias de baixa renda, situados na faixa etária entre 16 e 23 anos de idade, e que estejam incluídos em programas de aprendizagem e capacitação profissional com vistas à inserção no mercado de trabalho formal, para exercer atividade de mensageiro nas unidades organizacionais do Poder Judiciário, com previsão para esse tipo de serviço.

Alinhamento Estratégico

Tema: Responsabilidade Social

Objetivo: Promover a Cidadania

Clientes do Projeto

Jovens de famílias carentes, domiciliados no Município do Rio de Janeiro, na faixa etária de 16 a 24 anos de idade incompletos, que tenham como escolaridade mínima a sétima série do Ensino Fundamental.

Lar Fabiano de Cristo

Setores Administrativos do TJRJ

Justificativa

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de maneira inovadora, vem contribuindo para a inclusão social de jovens em situação de maior vulnerabilidade econômica, social e cultural, mediante a oportunidade de serem inseridos numa relação de trabalho produtiva através dos projetos de cunho social.

Esses projetos alinhados a missão institucional do Poder Judiciário propiciam a real melhoria da prestação jurisdicional, bem como, contribuem de forma concreta a inserção do jovem no mercado de trabalho em consonância com a política pública de estímulo ao primeiro emprego para jovens de baixa renda.

O aproveitamento da mão de obra juvenil, cortando a ociosidade do jovem por falta de oportunidade de trabalho e consolidando uma gestão administrativa comprometida com a melhoria da qualidade de vida desse segmento da sociedade e em conformidade com focos estratégicos do Poder Judiciário.

O projeto JOVEM MENSAGEIRO tem por finalidade viabilizar e sistematizar o preenchimento das vagas relativas ao posto de mensageiro, nos moldes de projeto que contemple celebração de convênio de cunho social.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Judiciário em Tela / Mídia Indoor

Escopo ou finalidade do projeto

Implementar um sistema de mídia indoor nos elevadores e áreas de circulação das lâminas I, II e III, com a finalidade de incrementar a comunicação institucional, disponibilizando com uma linguagem clara e acessível, informações sobre: segurança, ações e iniciativas do Poder Judiciário.

Alinhamento estratégico

O Projeto contribuirá diretamente na atuação institucional, garantindo o aprimoramento da comunicação com públicos externos.

Clientes do projeto

Públicos externos e internos das lâminas I, II e III do PJERJ.

A DGLOG/DECAN será responsável pela licitação da empresa.

Justificativa

O presente projeto tem por justificativa: a facilitação da divulgação de conteúdos institucionais, tais como mensagens da presidência, eventos, solenidades, cursos, palestras, determinações, procedimentos, ações de segurança preventiva e corretiva e orientações rápidas em caso de emergência; proporcionaria ganhos ambientais, reduzindo a quantidade de papéis gastos com os impressos de divulgação que atualmente são afixados nos quadros de avisos; e a sua auto-sustentabilidade, que seria possível a partir da comercialização de espaços publicitários, gerando receita que poderia ser revertida para o Fundo Especial do Tribunal de Justiça.

Justiça Cidadã

Escopo ou finalidade do projeto

Fortalecer a presença do Poder Judiciário Estadual junto aos segmentos sociais menos favorecidos e contribuir para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores, por meio da capacitação dos representantes dessas comunidades como agentes multiplicadores de informações básicas sobre direito, justiça e cidadania e, também, como promotores do uso da mediação e/ou conciliação nos conflitos que não dependem de intervenção judicial e são passíveis de serem solucionados com base nos valores culturais locais.

Assim, a orientação jurídica, transmitida de maneira simples e acessível, unida a noções elementares dos procedimentos de um processo de conciliação representa uma alternativa de solucionar os conflitos nas situações em que não há necessidade de uma intervenção judicial, e que podem ser resolvidos através do diálogo entre os envolvidos.

Na medida em que a população, especialmente aquela em situação de maior fragilidade econômica, social e cultural, passa a adquirir mais conhecimento sobre os direitos e deveres que regem a vida em sociedade, cria-se a possibilidade do exercício de uma cidadania mais responsável, crítica, participativa e solidária. Essa perspectiva, a médio e longo prazo, tende tornar a população mais apta para recorrer à justiça nas situações que efetivamente requer intervenção judicial, por conseguinte reduzir o número de ações ajuizadas desnecessariamente.

Alinhamento Estratégico

Tema: Responsabilidade Social

Objetivo: Promover a Cidadania

Clientes do Projeto

Lideranças comunitárias do RJ

Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida

Organizações Não Governamentais

Setores administrativos do TJRJ

Justificativa

Diante da constatação da dificuldade em ingressar nos espaços públicos das comunidades para cumprimento das diligências, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, implementou o Projeto JUSTIÇA CIDADÃ, visando trazer, essa camada da população excluída, para conhecer as dependências do Poder Judiciário, seus Magistrados e Servidores, para que possa fortalecer o exercício da cidadania, por meio de ações educativas que permitam ao cidadão comum adquirir melhor conhecimento sobre os direitos individuais e coletivos previstos por lei.

Promover uma justiça preventiva e pacificadora, mediante a criação de alternativas que estimulem a solução de conflitos em consonância com os valores culturais, morais e éticos da comunidade local e da sociedade em geral.

A democratização do acesso à justiça não se dá tão-somente pelo melhor aparelhamento estrutural, tecnológico e de pessoal da máquina judiciária, mas também através do esclarecimento à população sobre o seu funcionamento e de como recorrer a ela tanto na busca da solução de conflitos quanto para reivindicar direitos.

Justiça em Ação

Escopo ou finalidade do projeto

O presente projeto visa dar continuidade as ações de responsabilidade social e de acesso a justiça, que integram a nova proposta do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, iniciada pelo Programa da Justiça Itinerante para que essas ações passassem a ser um conjunto de atividades realizadas de maneira continuada, sistemática e articuladas entre si, com vistas a aproximar o Poder Judiciário do cidadão, garantindo a inclusão social e o amparo integral da Justiça à parcela da população carente das comunidades pacificadas, marcando a presença do ESTADO, com seus serviços de utilidade pública.

Tem por finalidade promover o fortalecimento da cidadania, proporcionando a regularização dos documentos dos cidadãos hipossuficientes, de forma gratuita, bem como colaborando de maneira célere para a efetivação dos direitos e democratizando, assim o acesso à justiça.

Alinhamento Estratégico

Tema: Responsabilidade Social

Objetivo: Promover a Cidadania

Clientes do Projeto

Moradores das Comunidades carentes do Município do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana do Estado, principalmente nas Comunidades que atuam a Polícia Pacificadora.

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Estadual de Trabalho e Renda

Coordenadoria de Referência de Assistência Social – CRA

Coordenadoria Regional de Educação – CRE

Tribunal Regional Eleitoral – TER

DETRAN/RJ

Conselho Tutelar

Cartórios de Registros Cíveis das Pessoas Naturais do local da ação

Setores Administrativos do TJRJ

Justificativa

Vivemos em um contexto marcado pelos elevados índices de exclusão social de uma parcela significativa da população, que se acha à margem dos direitos essenciais à dignidade da pessoa humana e por este motivo tem o exercício da sua cidadania limitado ou inibido. A falta de uma política pública voltada à habitação popular para as classes menos favorecidas, as dificuldades de locomoção, principalmente nos grandes centros urbanos, formando e ampliando várias comunidades carentes, contribuindo assim para a desordem urbana que hoje se apresenta na cidade do Rio de Janeiro.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Justiça pelos Jovens

Escopo ou finalidade do projeto

O presente projeto visa proporcionar a jovens na faixa etária de 16 a 24 anos, em cumprimento de medida sócioeducativa ou em extinção, a primeira experiência profissional no mercado formal de trabalho possibilitando mudanças significativas de vida, reestruturação de seus valores e atitudes na família e na sociedade, bem como a elevação de sua escolaridade.

Alinhamento estratégico

Tema: Responsabilidade Social

Objetivo: Promover a cidadania

Clientes do projeto

Vara da Infância e Juventude

Setores Jurisdicionais do TJ

Setores Administrativos do TJ

Setores Operacionais do JPJ

Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais

Secretaria Municipal de Assistência Social

Justificativa

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO visando contribuir para a efetivação e eficácia do cumprimento das medidas socioeducativas oportuniza a colocação de 100 jovens, desempenhando atividades de apoio administrativo e operacional em diversas serventias e setores de sua administração.

Os jovens participantes interagem diariamente com os servidores que demonstram afeto e interesse em capacitá-los para o trabalho, e muitas vezes se tornam referências positivas na construção de seus valores sociais, morais e éticos.

Percebe-se uma mudança de posição dos jovens, que de adversários da justiça tornam-se admiradores. Identificados, projetam no futuro tornarem-se Advogados, Serventuários, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e Juizes de Direito.

Configura-se, assim, uma contribuição recíproca de grande relevância por sua própria finalidade: por um lado ganha o jovem ao iniciar uma experiência formal de trabalho, desenvolvendo as suas potencialidades e construindo um novo conceito de sociedade, por outro lado, a inclusão desses jovens provoca conseqüências sociais positivas, por seu caráter educativo e preventivo. As mudanças de comportamento e valores produzem impacto nas relações sociais, familiares e também na Segurança Pública.

Por fim, há resultados positivos de celeridade na rotina do Tribunal de Justiça, considerando que o Projeto Justiça Pelos Jovens vem contribuindo para a qualidade de seus serviços (é reconhecida a importância do trabalho dos jovens nos setores em que estão lotados), mas, sobretudo revelando à sociedade a preocupação deste Tribunal com as questões sociais, que são fatores essenciais para a preservação da harmonia e da ordem social.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Mediação

Escopo ou finalidade do projeto

O projeto tem por finalidade, fortalecer a mediação estimulando a resolução de conflitos por meios autocompositivos.

O estímulo à busca efetiva de formas alternativas de resolução de conflitos possibilita à maior pacificação social e menor judicialização e, por consequência, garante um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo.

O projeto prevê a formação de mediadores que atuarão no âmbito do Judiciário e de mediadores comunitários, além da criação de Centros de Mediação.

Alinhamento estratégico

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico: garantir a agilidade nos trâmites Judiciais e Administrativos

Cientes do projeto

Poder Judiciário e cidadãos

Justificativa

Atualmente há um crescente volume de processos em tramitação no Judiciário. Esse aumento de ações vem se dando a partir da ampliação do acesso à justiça e da crescente conscientização da sociedade dos seus direitos. Porém, como efeito, percebe-se um excesso de judicialização das relações sociais. Com o fomento à mediação, o empoderamento das partes na resolução de seus próprios conflitos agirá indiretamente na capacitação das pessoas para que possam no futuro compor suas pendências por si mesmas, diminuindo o ajuizamento de ações, fazendo chegar ao Judiciário os interesses estritamente pertinentes a intervenção judicial. E com relação às ações já existentes, na medida em que as partes participam da solução e percebem seus interesses atendidos os processos ganham agilidade para sua finalização.

Modelo para Ambiente Colaborativo de Trabalho

Escopo ou finalidade do projeto

Criar ambiente de trabalho colaborativo no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ) utilizando recursos tecnológicos baseados na metodologia de rede (similar ao padrão WEB). Objetiva-se fomentar, por meio do “espaço virtual”, a troca de experiências e conhecimentos relacionados à execução das atividades jurisdicionais e administrativas do PJRJ. Antes da disponibilização da ferramenta e da definição final da metodologia, serão desenvolvidas duas “iniciativas-piloto”, com vistas à identificação do modelo adequado ao PJRJ.

Alinhamento estratégico

O presente projeto vincula-se ao tema “Alinhamento e Integração” e está relacionado ao objetivo “Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais” – no caso, no âmbito do próprio Judiciário fluminense.

Clientes do projeto

Todas as unidades organizacionais do PJRJ.

As unidades de apoio são: Diretoria Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC), na identificação, adaptação e manutenção da ferramenta tecnológica apropriada e a Diretoria Geral de Logística (DGLOG) na contratação e licitação.

Justificativa

A criação de um ambiente virtual destinado ao compartilhamento de ideias, conhecimentos e experiências relativas ao universo do Poder Judiciário e da Administração Pública contribuirá para o fortalecimento do processo criativo e de inovação necessários ao aprimoramento contínuo dos serviços prestados ao cidadão-jurisdicionado.

Esta iniciativa já foi adotada em outros Tribunais da Federação, destacando-se o modelo recentemente apresentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no qual foram disponibilizados “fóruns de discussão” acerca de temas de relevância para o Judiciário Nacional.

No caso do PJRJ, vale mencionar que pesquisa desenvolvida em 2008, coordenada pela Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional (DGDIN), diagnosticou a necessidade de fomentar o trabalho colaborativo no âmbito interno. A pesquisa, intitulada “Modelo de Avaliação do Grau de Inovação Organizacional”, apresentou item específico sobre o desenvolvimento de trabalho colaborativo, concluindo que a baixa avaliação apurada neste quesito se constitui em fator restritivo à inovação organizacional.

Atualmente, o correio eletrônico corporativo e a ferramenta do MSN são as formas disponíveis de interação entre magistrados e servidores, não podendo ser considerados mecanismos adequados à constituição de comunidades ou grupos virtuais destinados à integração de ações e à construção coletiva de conhecimento.

Desta forma, a implementação deste projeto repercutirá favoravelmente na dinamização dos processos internos de trabalho, criando ambiente propício à troca e geração de soluções inovadoras para responder aos desafios apresentados ao Judiciário fluminense.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Modelo para a Redução da Taxa de Congestionamento de 1º Grau e Aumento da Produtividade dos Magistrados

Escopo ou finalidade do projeto

Aumentar a média de processos julgados por magistrados. As ações abrangerão os magistrados e as secretarias dos Gabinetes e as serventias;

Diminuir o tempo médio entre a distribuição e a sentença, acompanhando o índice de agilidade no julgamento;

Reduzir a taxa de congestionamento, controlando o percentual de processos antigos e criar meios eficientes de aumentar o atendimento à demanda;

Apoiar e acompanhar a produtividade dos magistrados, sugerindo capacitação para os secretários, quando necessário.

Alinhamento estratégico

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivo: Garantir a agilidade do trâmite judicial

Clientes do projeto

Servidores do Primeiro Grau, dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais

Juízes de Primeiro Grau, de Juizados Especiais e Turmas Recursais

DEGEA , COMAQ , COJES, DGTEC, DGTEC, COMAQ e COJES, DEGEA ESAJ

Funcionários das serventias: Processar de forma eficiente o acervo da serventia, zelando pelo cumprimento dos prazos legais, através de ações gerenciais pertinentes.

Magistrados: prestar a jurisdição em tempo adequado à natureza do processo;

Secretários dos Magistrados: apoiar os magistrados no exercício da prestação jurisdicional zelando pelo bom funcionamento do gabinete.

Justificativa

Cabe ao Estado atender aos anseios sociais uma vez que a lentidão da justiça é um abalo para o poder institucional e para a democracia.

Com o aumento da demanda em virtude da maior consciência da população e facilidade de acesso à justiça, a sociedade exige uma justiça mais célere.

O aumento do índice de agilidade nos julgamentos em 1º grau causará impacto direto na redução do tempo médio de julgamento na 1ª Instância;

A adoção de medidas concretas para controle e julgamento de processos mais antigos sem prejuízo no atendimento à demanda será um grande avanço na diminuição e extinção da taxa de congestionamento.

Pais Trabalhando

Escopo ou finalidade do projeto

Este projeto visa oferecer atividade laborativa aos pais protegidos pelo Juizado da Infância, Juventude e Idoso e pais de Comunidades carentes atendidas pelos projetos especiais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Com a função na área de prestação de serviços, decorrentes da oferta de ocupação remunerada para realizar as atividades de: 1) – Manejo de Resíduos, que compreende o beneficiamento, acondicionamento e transporte de resíduos sólidos do Complexo Judiciário do Castelo, na Capital, e da Divisão de Artes Gráficas, em Niterói; e 2 – Serviços de Jardinagem, que consistem na realização, conservação e manutenção: 2.1 - dos jardins, das praças adotadas pelo TJERJ e das plantas ornamentais de interiores do Complexo Judiciário do Fórum Central da Capital; e 2.3 - dos jardins das demais unidades judiciárias ou administrativas da Capital. Os serviços serão realizados por equipe de composta de 2/3 de trabalhadores protegidos e 1/3 de trabalhadores comunitários, todos maiores de idade. Os trabalhadores protegidos são as mães, os pais e os(as) provedores(as) de famílias em situação de risco social, encaminhados pelas Varas da Infância e da Juventude, Varas de Família, Varas da Violência Doméstica, Juizados Especiais Criminais e CPMA's – Centrais de Penas e Medidas Alternativas, todas da Capital, pela Escola de Família e, ainda, pelo Centro Socioambiental do Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro e de outros Projetos Sociais que visem a reestruturação da família; os trabalhadores comunitários são mães, pais e provedores(as) de família, experientes em serviços de limpeza e preferentemente com o mesmo perfil social dos primeiros.

Alinhamento Estratégico

Tema: Responsabilidade Social

Objetivo: Promover a Cidadania

Clientes do Projeto

Pais protegidos pelos Juizados da Infância, Juventude e Idoso do Rio de Janeiro

Pais das Comunidades carentes, atendidas pelos projetos especiais do TJERJ

Setores Administrativos do TJERJ

Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social

Justificativa

Verificando através da Escola de Pais, que muitos pais eram encaminhados, pelo Conselho Tutelar, aos Juizados da Infância, Juventude e Idoso, por infração ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Verificou-se que os maus tratos e o abandono, das crianças eram, na maioria das vezes, por falta de uma estrutura familiar, desagregada por necessidades financeiras, que também levavam ao alcoolismo e a falta de conhecimento dos direitos e deveres das crianças.

Após o término do curso na Escola de Pais, muitos deles retornavam aos Juizados procurando ajuda para encontrar trabalho. Com o objetivo de aproveitar essa mão de obra para a reciclagem do lixo e a manutenção dos jardins dos seus prédios dos Fóruns, que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro criou o projeto PAIS TRABALHANDO, que oferece a esses pais uma oportunidade em criar os seus filhos de uma forma digna.

Alguns pais deste projeto atualmente, estão realizando a higienização dos processos da segunda instância, preparando-os para a digitalização dos feitos para o fortalecimento da Justiça sem papel.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Plano Estratégico de Capacitação dos Servidores do PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

Estabelecer o Plano Estratégico de Capacitação dos Servidores do PJERJ, com a finalidade de promover a incorporação de valores éticos e morais, bem como o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

Alinhamento estratégico

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico: Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.

Objetivo Estratégico: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores.

Clientes do projeto

O projeto impactará todo PJERJ, pois visa à capacitação de todos os seus servidores.

Unidades intervenientes: Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional – DGDIN e Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento – DGCON.

As unidades intervenientes serão acionadas para o fornecimento de informações ou de instrutores, quando necessário.

Justificativa

O PJERJ realiza a capacitação dos seus servidores através da Escola de Administração Judiciária (DGPES/ESAJ).

A DGPES/ESAJ tem como atribuições desenvolver e realizar ações de capacitação com o fim de contribuir para resolução de conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza por meio de ações de educação continuada.

O CNJ recomendou que o PJERJ atuasse em relação à disseminação de valores éticos e morais, bem como no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos institucionais.

Para atingir esses objetivos, o PJERJ deverá estruturar ações internas e externas relacionadas à disseminação de valores éticos e morais, realizar treinamento com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas (gestão estratégica, gestão de processos de trabalho, gestão da informação e gestão de pessoas), atender aos itens determinados no Plano Nacional de Capacitação a ser elaborado pelo CNJ e estabelecer metas orçamentárias de capacitação.

Plano Mater

Escopo ou finalidade do projeto

A palavra Mater é originária do latim e quer dizer “Mãe”, ou seja a quem é socialmente atribuído o papel de mãe. O objetivo a que se propõe o presente projeto é a garantia do direito das crianças e dos adolescentes à convivência familiar e comunitária.

O Plano Mater tem como meta final a inserção, das crianças e adolescentes abrigados, na família, de origem, quer substituta posto ser a família a célula mater da sociedade.

Tem como escopo o mapeamento abrangente das crianças e adolescentes abrigados no Estado, bem como o mapeamento dos próprios abrigos em todas as Comarcas do Estado do Rio de Janeiro.

O mapeamento possibilitará o diagnóstico para a elaboração de novas políticas institucionais para a promoção e defesa do direito constitucional da criança e adolescente à convivência familiar e comunitária.

Será oferecido treinamento as equipes multidisciplinares quanto às ações conjuntas para reinserção da família biológica ou substituta e ficarão responsáveis pela multiplicação da capacitação dirigida aos abrigos.

Alinhamento estratégico

Tema: Responsabilidade Social

Objetivo estratégico: Promover a cidadania

Clientes do projeto

O Poder Judiciário, os abrigos, os adotantes, as crianças e adolescentes aptos para a adoção.

Justificativa

A família é o espaço natural e ideal de realização da pessoa humana. As crianças e adolescentes, dotados da condição especial de pessoas em desenvolvimento, encontram no seio familiar o afeto, os cuidados permanentes, a educação, o lazer, os valores morais, sociais e espirituais, permitindo a formação e desenvolvimento da personalidade integral, capaz de interagir de forma produtiva no meio social em que estiver inserido.

O contingente de crianças e adolescentes que permanece "institucionalizado" nas casas de abrigo, embora configurado o absoluto abandono por parte da família de origem, é o retrato de uma realidade que milita na contramão dos avanços sociais da Constituição Federal de 1988.

O plano MATER é um sonho, sonho de cidadania dessas crianças que não queimam colchões, não se revoltam, e ficam esquecidas, militando contra elas o inexorável passar das horas, dos dias, dos meses, dos anos, afastando-as cada vez mais da faixa preferencial de adoção, até que aos dezoito anos são deslocadas tardiamente para o mundo, despreparadas, com baixo nível de escolaridade e com grande chance de repetir a história dos pais, e o ciclo vicioso está completo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente anuncia, em seu artigo 4º, a co-responsabilidade de toda a nação brasileira na efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, sujeitos de direitos. A política de co-gestão impõe deveres à família, célula mater, ao Poder Público, e a sociedade em geral.

A participação das forças vivas da sociedade a níveis pragmáticos tem assento constitucional, por meio de redes representativas na formação das políticas e controle de ações (artigo 204, inciso II, da Constituição Federal).

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Programa de Qualidade de Vida para magistrados e servidores do PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

Desenvolver e implementar Programa de Qualidade de Vida, realizando um conjunto de ações de promoção de saúde, educação e conscientização com foco na prevenção de doenças crônicas, osteomusculares e psiquiátricas, com vistas à melhora da percepção de bem-estar de magistrados e servidores e, conseqüentemente, a redução dos índices de absenteísmo.

Alinhamento estratégico

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo estratégico: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.

Clientes do projeto

O projeto visa a alcançar todos os magistrados e servidores do PJERJ e, para tal, contará diretamente com a intervenção das seguintes áreas: Diretoria Geral de Logística – DGLOG, no que se refere a licitações e contratos, Diretoria Geral de Tecnologia da Informação – DGTEC, no desenvolvimento de sistemas e materiais de campanhas virtuais e Diretoria Geral de Controle Interno – DGCOI, no controle dos procedimentos desenvolvidos.

Justificativa

O desenvolvimento de atividades de qualidade de vida pelos departamentos da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas tem como objetivo trazer inúmeros benefícios pessoais aos magistrados e servidores do PJERJ, bem como à própria Instituição. A prática de ações voltadas para esse tema contribui para o bem-estar das pessoas e para o aumento da produtividade no trabalho. Organizações têm registrado redução expressiva nos índices de absenteísmo de seus funcionários após implementação de um Programa de Qualidade de Vida, além de melhora considerável na motivação e produtividade de suas equipes de trabalho, devendo ser essa a meta do nosso Tribunal de Justiça.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Quem sou eu?

Escopo

Garantir a todas as crianças e adolescentes do Estado do Rio de Janeiro a posse da Certidão de Registro de Nascimento como documento básico de acesso aos valores da cidadania, aos direitos civis e sociais e ao reconhecimento público e pessoal.

Promover campanha de divulgação do projeto nos meios de comunicação, centrada na conscientização do valor do RCN como direito de cidadania.

Promover o reconhecimento da paternidade/ maternidade das crianças e adolescentes registrados apenas em nome de um dos genitores.

Registrar o maior número possível de adultos, especialmente pais, mães e idosos.

Realizar em agosto – mês do Dia dos Pais – campanha de reconhecimento de paternidade.

Promover mutirões de registro civil em comunidades carentes e nos Presídios do Estado do Rio de Janeiro.

Alinhamento estratégico

Tema: Responsabilidade Social.

Objetivo: Promover a Cidadania.

Clientes do projeto

Crianças e adolescentes de baixa renda, sem registro civil ou com registro lacunar ou irregular, bem como seus pais, caso estes ainda não possuam, sendo necessário para o registro dos filhos.

Setores Administrativos do TJERJ

Prefeituras, Conselhos Tutelares, Creches e Escolas, órgãos de Assistência Social, Postos de Saúde e Maternidades

Justificativa

No Estado de Rio de Janeiro, mais de quatro em cada cem crianças não são registradas ao nascer. Os dados são da última PNAD/IBGE – 2006. Sem registro de nascimento, essas crianças não existirão para o Estado, não serão reconhecidas pela sociedade e mal existirão para si mesmas! Crianças sem registro não são cidadãs. Não têm a perspectiva de participação na vida social e política. Não terão acesso aos serviços de saúde, educação e demais benefícios sociais. Não são levadas em conta no planejamento e nas projeções das políticas públicas. Não estão situadas numa linha de parentesco. Sua identidade é, pois, nebulosa, uma vez que não dispõem, como as demais, dos meios que a cultura consagrou para certificar, diante de si e diante dos outros: este é meu País, esta é minha mãe, este é meu pai, esta é minha genealogia, eis quem sou eu. Cumpre tornar simples e imediato o acesso de todos os cidadãos aos dados de seu registro civil. Um grande contingente de brasileiros civilmente registrados não pode recuperar suas certidões: migrações internas, catástrofes, instabilidades e vicissitudes que atingem principalmente os mais humildes ocasionam a perda deste documento e as tentativas de recompô-lo esbarram em um emaranhado de dificuldades financeiras e legais. Muitos pais não são, eles próprios, registrados, sendo este um dos motivos que impedem o registro dos filhos. Muitos idosos, responsáveis por crianças e adolescentes, não podem receber os benefícios a que têm direito por falta deste documento. Para maior eficácia, a campanha também se estenderá seu alcance aos adultos responsáveis pelas crianças e adolescentes sem registro.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Readequação do Espaço Físico do 1o. Pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital

Escopo ou finalidade do projeto

A reforma e readequação será executada no 1º pavimento do embasamento na Lâmina I, no prédio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, situado na Avenida Erasmo Braga nº115, no bairro do Centro, na cidade do Rio de Janeiro.

Alinhamento estratégico

TEMA: GRUPO XIV – INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

OBJETIVO: GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.

Clientes do projeto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

DGLOG – MOBILIÁRIO HIGIENE E LIMPEZA

DGTEC – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

DGSEI – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TELEFONIA

Justificativa

Oferecer às unidades organizacionais do Poder Judiciário instalações compatíveis com as atividades desenvolvidas por cada unidade.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Readequação do espaço físico e restauração da fachada do Edifício das Secretarias do Complexo do Fórum Central da Comarca de Niterói

Escopo ou finalidade do projeto

Prédio que abriga as Varas Cíveis do Fórum de Niterói, cuja fachada foi tombada pelo órgão da prefeitura, Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.

O edifício compõe-se de onze pavimentos, incluindo o térreo e a sobreloja, além de três níveis de cobertura.

Construção em alvenaria com esquadrias em madeira nas fachadas voltadas para as Rua da Conceição, Rua Ernani do Amaral Peixoto e Rua Visconde de Sepetiba; Sendo também encontrado brises soleil horizontal em concreto, nas fachadas da Rua Ernani do Amaral Peixoto e Rua Visconde de Sepetiba, e vertical na fachada de fundos; Piso externo executado em pedra portuguesa nas cores branca e preta, com paginação assinada pelo arquiteto **Roberto Burle Max**.

O prédio sofreu alteração na sua configuração original em reforma passada, onde o acesso que antes se dava pela Rua da Conceição foi alterado para a Rua Visconde de Sepetiba.

Naquele momento foram feitas modificações que alteraram os revestimentos originais no térreo e pilotis. Nesta intervenção perdeu-se um painel existente acima da entrada dos elevadores, também de autoria do arquiteto **Roberto Burle Max**.

Atualmente o prédio encontra-se pintado com tinta tipo acrílica em tons de cinza, branco e azul. O prédio é composto por três níveis de coberturas, sendo a primeira que envolve a maior parte da área, cujo telhado é formado por estrutura de madeira e telhas de fibrocimento, a segunda composta por uma laje impermeabilizada onde encontram-se os equipamentos de ar condicionado e a terceira composta por uma laje impermeabilizada com parte coberta com telhas de fibrocimento.

O Projeto de Reforma

Seguindo o conceito de Restauração, as fachadas serão mantidas na íntegra, material e cor, segundo o que foi relatado na apresentação.

Alinhamento estratégico

TEMA: GRUPO XIV – INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

OBJETIVO: GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.

Clientes do projeto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

DGLOG – MOBILIÁRIO HIGIENE E LIMPEZA

DGTEC – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

DGSEI – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TELEFONIA

Justificativa

Oferecer às unidades organizacionais do Poder Judiciário instalações compatíveis com as atividades desenvolvidas por cada unidade.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Reduzir o Ciclo das Contratações

Escopo ou finalidade do projeto

Escopo do projeto: Contratação de compras, obras e serviços, desde a autuação até a homologação do objeto

Alinhamento estratégico

Eficiência Operacional e Garantir a agilidade nos trâmites administrativos.

Clientes do projeto

Diretorias Gerais do PJERJ - DGLOG/DGTEC/DGENG/DGPCF/DGPES/DGSEI/DGCON/DGDIN/DGCOI.

Diretorias Gerais do PJERJ- DGLOG/DECAN, DGLOG/DEPAM,

DGTEC,DGENG,DGPCF,DGPES,DGSEI,DGCON – Atuação na indicação de membros para formação de equipe com vistas à disseminação de conhecimentos em projetos básicos, na gerência do ciclo de contratação licitada no âmbito de sua unidade, formulação e aplicação de ações corretivas e preventivas para ajustes no processo de trabalho.

DGTEC – Em acréscimo ao relatado acima, disponibilização de ferramenta denominada Microsoft Share Point.

Justificativa

Demora no atendimento às necessidades dos usuários que estão contidas no planejamento das contratações pelas unidades organizacionais. Com a implementação do projeto, o tempo utilizado nas contratações por licitação ocorrerá no tempo adequado, tempo este que deverá ser acordado durante a execução do projeto com todas as Diretorias envolvidas e ser apresentado como um dos resultados.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Reduzir Consumo de Água nas Instalações do PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

Reduzir o consumo de água nas instalações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, almejando controle ambiental e sustentabilidade, abrangendo todos os prédios do PJERJ.

Alinhamento estratégico

O projeto adéqua-se ao tema EFICIÊNCIA OPERACIONAL e ao objetivo da BUSCA DE EXCELENCIA NA GESTÃO DE CUSTOS.

Clientes do projeto

O projeto tem como clientes, magistrados, servidores, prestadores de serviços e a sociedade em geral.

DGENG – Construções de Fóruns e reformas com uso de tecnologia que vise a economicidade de água; manutenção preventiva de instalações e equipamentos que impactem no consumo de água.

DEPAM – Especificar bens de consumo com foco na economicidade de consumo de água

DIFOR E DIAPO – Elaborar material informativo para redução do consumo de água e orientar os usuários coordenando palestras, bem como encaminhando e-mails com recomendações para todos os NUR.

DEPAM/DIAGR – Produção pela DIAGR de folder informativo das ações diárias que devem ser tomadas pelos servidores, magistrados e prestadores de serviços

Justificativa

O PJERJ possui aproximadamente duzentas unidades, cujos encargos de água estão sob a sua responsabilidade. Esta infraestrutura consome a média mensal de 43.000,79 m³, correspondendo ao custo mensal de R\$ 313.982,54.

Ações já foram realizadas para a redução de consumo de água. Foram instalados medidores individualizados para prédios que compartilhavam suas instalações com permissionários, atribuindo o consumo a quem de direito. No entanto, o aumento da área construída ao longo dos anos, o aumento da demanda da sociedade pela prestação jurisdicional, a preocupação mundial com o meio ambiente e sustentabilidade exige a implementação de projeto de redução do consumo de água, no qual estejam previstas medidas administrativas e de reeducação do público interno na utilização destes recursos.

O projeto de reduzir o consumo impacta na gerência de custos de infraestrutura do PJERJ.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Reduzir o Consumo de Energia Elétrica nas Instalações do PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

Reduzir o consumo de energia elétrica nas instalações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, almejando controle ambiental e sustentabilidade.

O projeto abrange todos os prédios do PJERJ, buscando a eficiência energética destes, observando a individualidade de cada unidade e conscientizando o público interno para a adequada utilização da iluminação e da refrigeração, bem como verificação das instalações físicas no que concerne ao sistema elétrico.

Ressalte-se que o projeto atende a Recomendação nº 11 do CNJ.

Alinhamento estratégico

O projeto adéqua-se ao tema EFICIÊNCIA OPERACIONAL e ao objetivo da BUSCA DE EXCELENCIA NA GESTÃO DE CUSTOS.

Clientes do projeto

O projeto tem como clientes, magistrados, servidores, prestadores de serviços e a sociedade em geral.

DGENG – Construções de Fóruns e reformas com foco na economicidade de energia elétrica; manutenção preventiva de instalações e equipamentos que impactem no consumo de energia, especificar aparelhos de ar-condicionado com selo procell, substituição de lâmpadas obsoletas por outras mais econômicas

DGTEC – Especificar impressoras mais econômicas e eficientes, troca de monitores de tubo por tecnologia mais econômica.

DEPAM – Especificar bens de consumo com foco na economicidade de consumo de energia.

DIFOR E DIAPO – Elaborar material informativo e orientar os usuários coordenando palestras, bem como encaminhando e-mails com recomendações para todos os NUR.

DEPAM/DIAGR – Produção pela DIAGR de folder informativo das ações diárias que devem ser tomadas pelos servidores, magistrados e prestadores de serviços

Justificativa

O PJERJ possui aproximadamente duzentas unidades, cujos encargos de energia elétrica estão sob a sua responsabilidade. Esta infraestrutura consome a média mensal de 5.841.678,11 kWh, correspondendo ao custo de R\$ 2.111.283,38.

Preliminarmente, já foram realizados estudos pela Diretoria Geral de Engenharia que geraram a revisão das demandas contratadas junto às concessionárias de energia elétrica. Todavia, ainda se faz necessária a implementação de projeto de redução do consumo de energia, no qual estejam previstas medidas administrativas e de reeducação do público interno na utilização de iluminação e refrigeração.

Foi demonstrado no início do século XIX, com a política de racionamento de energia aplicada pelo Governo Federal, que o PJERJ pode economizar cerca de 30% (trinta por cento) do seu total de energia utilizada.

O projeto de reduzir o consumo impacta na gerência de custos de infraestrutura do PJERJ.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Reduzir o Consumo de Papel nas Instalações do PJERJ

Escopo ou finalidade do projeto

Escopo do Projeto: Conscientização das unidades judiciais e administrativas do PJERJ da importância da redução do consumo de papel com a sistematização de procedimentos que concorram para a racionalização da utilização deste insumo.

Alinhamento estratégico

Eficiência Operacional e Buscar a excelência na gestão de custos Operacionais

Clientes do projeto

Todas as Unidades organizacionais do PJERJ.

DGTEC – Definição de cronograma para aquisição e/ou substituição de impressoras por multifuncionais de impressão frente e verso, especificar software de gestão de impressão para aquisição, transformação de documentos e registros em PDF e virtualização dos processos de trabalho.

Justificativa

Considerando a soma do utilizado em A 4 e formulário contínuo; em 2007 o consumo de papel foi de 221.010 resmas; em 2008, de 212.739 resmas e em 2009, estima-se 240.912 resmas. Portanto, de 2008 para 2009, houve acréscimo de 13% no consumo de papel. Tendo em vista a tendência que se delineia nos próximos anos no sentido de acréscimo do consumo de papel pela instalação de novas unidades organizacionais, diante da perspectiva de edificação de 77.000 metros quadrados em todo o Estado, segundo dados extraídos do Plano de Ação Governamental 2009-2010, a possibilidade de realização de concurso público em 2010, a demanda contínua da população pela prestação jurisdicional, a economicidade é um dever de todo servidor, em que se pese os benefícios advindos disto, como por exemplo, a liberação de espaço físico no almoxarifado, impacto positivo no meio ambiente, e atendimento à meta do CNJ.

Causas do problema: Não percepção pelo usuário da importância da economia de papel como garantia de sustentabilidade, a fim evitar o desperdício.

Conseqüência: caso o projeto não seja realizado:

- 1- Aumento das despesas de custeio do PJERJ,
- 2- Estrangulamento do espaço físico do Almoxarifado,
- 3- Comprometimento da preservação do meio-ambiente

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Restauração e Reforma do Prédio do TACRIM

Escopo ou finalidade do projeto

Trata-se de obra de restauração e reforma com modernização do prédio do TACRIM, composto de seis pavimentos (térreo, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º). As obras em pauta têm como objetivo a recuperação de todos os seus elementos arquitetônicos e artísticos, tais como: fachadas, esquadrias metálicas e de madeira, ornatos, mármore e granitos, etc., bem como a execução de todas as instalações prediais (elétricas, hidráulicas, esgoto, ar condicionado, etc.) para que o prédio resgate a sua integridade física e adequação ao programa de usos.

Alinhamento estratégico

TEMA: GRUPO XIV – INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

OBJETIVO: GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS.

Cientes do projeto

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

DGLOG – MOBILIÁRIO HIGIENE E LIMPEZA

DGTEC – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

DGSEI – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TELEFONIA

Justificativa

Preservar o patrimônio histórico nacional e oferecer às unidades organizacionais do Poder Judiciário instalações compatíveis com as atividades desenvolvidas por cada unidade.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Sistema de Apoio à Gestão de Desenvolvimento de Sistemas de Informação

Escopo ou finalidade do projeto

Implementação de um sistema que permita o controle e acompanhamento da Gestão de Desenvolvimento de Sistemas de Informação do PJERJ.

Será utilizado e adaptado o software Team Foundation Server / Visual Studio Team System da Microsoft para implantação da Gestão de Desenvolvimento de Sistemas através da parametrização da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas do PJERJ, o desenvolvimento de integração com o Sistema de Controle de Solicitações (SICS) e o desenvolvimento do módulo gerencial de controle de sistemas.

Alinhamento estratégico

GRUPO XV - INFRA-ESTRUTURA E TECNOLOGIA

GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TI

Clientes do projeto

Diretoria Geral de Tecnologia da Informação - Departamento de Sistemas de Informação (DGTEC-DESI)

Justificativa

Atualmente, devido ao grande número de projetos de TI e de solicitações de modificações em sistemas, o controle e gerenciamento de projetos de desenvolvimento de sistemas no PJERJ necessitam de uma ferramenta sistêmica que permita o controle e o acompanhamento gerencial dessas atividades, permitindo uma melhor tomada de decisões em projetos de desenvolvimento de sistemas.

As informações de gestão de desenvolvimento de sistemas estarão disponíveis à equipe, aos gerentes do projeto e à direção por meio dos Portais de Sistemas com documentos, relatórios, gráficos e e-mails automáticos.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Sistema de Controle de Órgãos e Localizações (SCOL)

Escopo ou finalidade do projeto

O escopo do projeto é o desenvolvimento de uma ferramenta sistêmica para controle das informações sobre órgãos e localizações, permitindo a centralização, consistência e uso corporativo dessas informações do PJERJ.

Com o desenvolvimento do projeto, será possível a estruturação e uniformização dos modelos e do desenvolvimento de um conjunto de ferramentas que utilizam informações sobre órgãos e localizações.

A primeira etapa do projeto relativo aos cadastros de localizações já foram desenvolvidos e implantados, estando disponível para utilização pela área usuária.

Serão desenvolvidos o Cadastro de Órgãos e os principais cadastros vinculados a órgão (unidades organizacionais), que englobam órgãos externos e internos, vínculos de órgãos, oficializações e desoficialização de órgãos, transformação, elevação e exclusão de órgãos, atribuições de órgãos, NUR, Comarca, e demais funcionalidades referentes a órgão.

Alinhamento estratégico

Meta: Infra-estrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

Clientes do projeto

DGLOG e DGTEC

Justificativa

Atualmente existem informações sobre órgãos cadastrados no Sistema de Protocolo (PROT) e no Sistema de Histórico de Serventias (SHS). Diariamente é feita uma migração dos dados desses sistemas referentes as tabelas de órgãos para o schema de tabelas corporativas (UC), gerando um lapso de tempo sem atualização adequada das tabelas corporativas que são utilizadas pelos demais sistemas do PJERJ, além da multiplicidade de bases de dados com as mesmas informações.

Há a necessidade da existência de um novo sistema que centralize e controle as informações corporativas sobre órgãos e localizações do PJERJ, permitindo a utilização dessa estrutura de informações para todas as áreas do PJERJ.

Existe uma demanda muito grande de Unidades Organizacionais e sistemas que necessitam utilizar a estrutura de informações do SCOL, como exemplos: o RAC, o Sistema de Controle de Solicitações (SICS), e a maioria dos sistemas administrativos.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Sistema Extrajudicial Integrado - SEI

Escopo ou finalidade do projeto

Criação de um sistema eletrônico unificado para o controle dos Serviços Extrajudiciais, permitindo o monitoramento dos atos praticados, dos valores recolhidos, dos selos de fiscalização utilizados e das informações referentes aos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

Alinhamento estratégico

Tema: EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Objetivo Estratégico: Buscar a Excelência na Gestão de Custos Operacionais

Clientes do projeto

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, DGPCF, DGPES.

DGTEC – desenvolvimento do sistema informatizado

DGADM – manutenção do cadastro de celetistas, responsáveis pelo expediente, interventores e delegatários de Serviços Extrajudiciais

NUR – manutenção de cadastro de titulares de Serviços Extrajudiciais

DGPES – cadastramento de delegatários dos Serviços Extrajudiciais em provimento originário.

Justificativa

A criação de um Sistema Extrajudicial Integrado (SEI) permitirá que todos os dados sobre os Serviços Extrajudiciais sejam tratados como uma única base, permitindo um processamento célere e a produção de relatórios unificados.

Atualmente existem diversos sistemas no âmbito do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça para tratar as informações extrajudiciais, produzidos em linguagens diferentes, que não se comunicam. A falta de unificação dos dados pode gerar duplicidade e inconsistência em relatórios produzidos, e dificultar o monitoramento e a fiscalização das práticas extrajudiciais, interferindo na fidedignidade das informações prestadas às autoridades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

O Sistema Extrajudicial Integrado (SEI) permitirá que outras unidades organizacionais tenham acesso direto aos dados armazenados, diminuindo o trâmite de processos administrativos para consulta de informações, agilizando os procedimentos administrativos e permitindo uma fiscalização mais eficiente da arrecadação dos valores recolhidos em função das práticas de atos extrajudiciais.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Sistema Virtual de Feitos Administrativos

Escopo ou finalidade do projeto

O projeto tem a finalidade de criar um sistema virtual que permita o processamento, acompanhamento e controle de feitos administrativos (processos e expedientes) desde o seu início, através da criação de centrais de digitalização de documentos, até o seu arquivamento, atendendo às novas necessidades e demandas do usuário e à atual estratégia de modernização do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Visa ainda a economia de material, tendo em vista a substituição do papel pela tramitação virtual de processos/expedientes e consequente diminuição do impacto ambiental; a padronização de documentos; maior eficiência no controle de prazos; fomentar a troca de experiências e informações com os Tribunais Superiores e economia de espaço físico no Arquivo Central.

Alinhamento estratégico

Tema: Eficiência operacional:

- Garantir a agilidade nos trâmites administrativos
- Buscar a excelência de custos operacionais

Clientes do Projeto

Inicialmente, não havia sido incluído no PAG, mas após determinação expressa do Presidente do Tribunal de Justiça, foi criado pela Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças o projeto “Modernização da Infraestrutura Operacional”, sob o código 0361.02.061.0141.1648.02.04

Todas as unidades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e usuários externos

Diretoria Geral da Tecnologia da Informação – criação, desenvolvimento e implementação do projeto;

Protocolo da Presidência: suporte operacional na criação e desenvolvimento do projeto; digitalização de documentos

Arquivo da Presidência: suporte operacional na criação e desenvolvimento do projeto

Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento/DEGEA: suporte operacional na criação e desenvolvimento do projeto;

Diretoria Geral de Logística: licitação para aquisição de material necessário ao projeto

Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças; recursos financeiros para a aquisição do material necessário ao projeto.

Justificativa

O projeto se adéqua à política de qualidade do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro na medida em que permite melhorias nas práticas de gestão, promovendo a diminuição de gastos com a compra de papel, reduzindo, desta forma, o impacto ambiental.

Cabe ressaltar que o projeto visa ainda solucionar o problema de falta de espaço nas unidades administrativas e principalmente no Arquivo Central.

A proposta se justifica uma vez que acarretará maior celeridade no trâmite dos processos administrativos, proporcionando maior satisfação dos usuários internos e externos

Sistema Virtual de Feitos Judiciais

Escopo ou finalidade do projeto

Implantação do Processo Eletrônico Judicial no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

A Diretoria Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC) desenvolveu no Sistema de Distribuição e Controle Processual de 1ª Instância (DCP) o Processo Eletrônico Judicial que foi implantado como projeto piloto na Central Assessoramento Criminal (CAC) do PJRJ

O Processo Eletrônico Judicial na 1ª Instância será estendido e implantado em uma vara de família, uma vara cível, dois juizados especiais cíveis e na Vara de Execuções Penais.

Em seguida, será definida a estratégia de expansão e implantação nas demais serventias judiciais da 1ª Instância.

Com relação à 2ª Instância do PJRJ, a previsão é que o processo eletrônico seja implantado no ano de 2010

Alinhamento estratégico

GRUPO XV - INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TI

Clientes do Projeto

Unidades Organizacionais Judiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ)

Justificativa

A utilização do processo eletrônico possibilita ao cartório acelerar a tramitação dos processos por eliminar atividades como autuação, armazenamento dos processos, localização dos autos, juntada de petições, remessas, dentre outras.

A disponibilização dos autos na internet permitirá aos advogados e partes a consulta aos autos sem necessidade de comparecimento ao cartório, permitindo que os funcionários dedicados ao atendimento ao público sejam aproveitados em outras atividades.

Além disso, já foram desenvolvidas diversas funcionalidades no portal do TJRJ para atuação no processo eletrônico pelas partes, advogados, Ministério Público, Defensoria Pública e outros órgãos, tais como protocolo eletrônico, intimação eletrônica, visualização dos autos processuais.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Transparência Institucional

Escopo ou finalidade do projeto

Disponibilizar dados orçamentário-financeiros do PJERJ alinhados a resolução 79/2009 do CNJ.

Alinhamento estratégico

Tema: Atuação Institucional

Objetivo: Aprimorar a comunicação com públicos externos.

Clientes do projeto

Sociedade e Órgão Externos.

DECON (Departamento de Contabilidade da Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças)

DEPLO (Departamento de Planejamento e Orçamento da Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças)

Justificativa

Necessidade de atendimento à Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinando a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcionando um aprimoramento da comunicação com públicos externo, disponibilizando, com uma linguagem clara e acessível, informações sobre dados orçamentário-financeiros do PJERJ.

ANEXO - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS

PROJETOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS																
	SOMATÓRIO	1-VISÃO	2-Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	3-Buscar a Excelência na Gestão de Custos Operacionais	4-Facilitar o acesso à Justiça	5-Promover a efetividade no cumprimento das decisões	6-Promover a cidadania	7-Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do PJ	8-Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais	9-Fortalecer e harmonizar as relações entre poderes, setores e instituições	10-Disseminar valores éticos e morais, por meio de atuação institucional efetiva	11- Aprimorar a comunicação com os públicos externos	12-Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes nos magistrados e servidores	13-Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia	14-Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais	15-Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI	16-Assegurar recursos orçamentários para a execução da estratégia
Identificar a Lotação Ideal das Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro	8	-	3	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Acompanhamento e Controle da Disponibilidade dos Sistemas	7	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-
Adotar Medidas para Agilidade no Trâmite Judicial em 2º Grau de Jurisdição	7	2	3	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização do Parque Tecnológico: Estações de Trabalho e Impressoras	7	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-
Desenvolver e Implementar Ações de Gestão Estratégica de Pessoas no PJERJ, com Foco em Competências	7	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-	-
Gerir a Utilização dos Recursos Financeiros para Garantir a Realização dos Projetos e Atividades do PJERJ	7	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	-	3
Implementar a Gestão Estratégica do PJERJ	7	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	2	1	1	-	-	-
Implementar o Modelo de Gestão Simplificado em Unidades Judiciais	7	-	1	-	-	-	3	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-
Implementar o Sistema de Acompanhamento do Índice de Confiança da Sociedade no PJERJ	7	3	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Modelo para Redução da Taxa de Congestionamento de 1o. Grau e Aumento da Produtividade dos Magistrados	7	2	3	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Estratégico de Capacitação para os Servidores do PJERJ	7	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	3	2	-	-	-	-
Reduzir o Ciclo das Contratações	7	-	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Sistema Virtual de Feitos Judiciais	7	-	3	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolidar o Quadro de Avaliadores da Gestão da Qualidade do PJERJ	6	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-
Contingenciamento da Rede Corporativa	6	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-
Difundir o Convênio de Cooperação para Finalidades de Arrecadação (Dívida Ativa)	6	-	-	1	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	2
Garantir Alta Disponibilidade dos Sistemas Mediante Base de Dados de Contingência	6	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-
Implantar a 4ª Fase da Guia de Recolhimento Via Eletrônica (GRERJ Eletrônica)	6	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Implementar o Centro de Digitalização de Documentos	6	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Implementar o Sistema de Inventário de Bens Permanentes WEB	6	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PROJETOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS																
	SOMATÓRIO	1-VISÃO	2-Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	3-Buscar a Excelência na Gestão de Custos Operacionais	4-Facilitar o acesso à Justiça	5-Promover a efetividade no cumprimento das decisões	6-Promover a cidadania	7-Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do PJ	8-Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais	9-Fortalecer e harmonizar as relações entre poderes, setores e instituições	10-Disseminar valores éticos e morais, por meio de atuação institucional efetiva	11-Aprimorar a comunicação com os públicos externos	12-Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes nos magistrados e servidores	13-Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia	14-Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais	15-Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI	16-Assegurar recursos orçamentários para a execução da estratégia
Sistema Virtual de Feitos Administrativos	6	-	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Ampliação do Data Center do PJERJ	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-
Capacitar os Gestores de Unidades Judiciárias em Gestão de Processos de Trabalho (Parte da meta 6 do CNJ)	5	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Centrais de Penas e Medidas Alternativas	5	-	-	-	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fortalecimento da Segurança de Sistemas de Informação	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-
Gestão do Clima Organizacional no PJERJ	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-
Implementar a Videoconferência	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-
Jovem Mensageiro	5	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Justiça pelos Jovens	5	-	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Modelo para Ambiente Colaborativo	5	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Qualidade de Vida para magistrados e servidores do PJERJ	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-
Reduzir o Consumo de Água nas Instalações do PJERJ	5	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Reduzir o Consumo de Energia Elétrica nas Instalações do PJERJ	5	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Reduzir o Consumo de Papel nas Instalações do PJERJ	5	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Sistema de Controle de Órgãos e Localizações (SCOL)	5	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Sistema Extrajudicial Integrado - SEI	5	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Aderência do PDTI-PJERJ ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação aprovado pelo CNJ	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-
Aprimorar Controles de Acompanhamento de Custos do PJERJ mediante o Relatório Gerencial de Controle de Custos	4	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Começar de novo	4	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Construção da Lâmina Central do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Construção da Lâminas IV e V do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Cachoeiras de Macacu	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Construção do Prédio do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Pádua	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

PROJETOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS																
	SOMATÓRIO	1-VISÃO	2-Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	3-Buscar a Excelência na Gestão de Custos Operacionais	4-Facilitar o acesso à Justiça	5-Promover a efetividade no cumprimento das decisões	6-Promover a cidadania	7-Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do PJ	8-Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais	9-Fortalecer e harmonizar as relações entre poderes, setores e instituições	10-Disseminar valores éticos e morais, por meio de atuação institucional efetiva	11-Aprimorar a comunicação com os públicos externos	12-Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes nos magistrados e servidores	13-Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia	14-Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais	15-Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI	16-Assegurar recursos orçamentários para a execução da estratégia
Credenciamento ENFAM	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-
Gestão Ambiental	4	-	-	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Implantar novo Plano de Carreira dos Servidores do Quadro Único de Pessoal do PJERJ	4	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Implementar o Sistema de Monitoramento nas Unidades Judiciárias de 1ª Instância	4	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Justiça Cidadã	4	-	1	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mediação	4	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano Mater	4	-	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Quem sou Eu	4	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Readequação do Espaço Físico do 1o. Pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Readequação do espaço físico e restauração da fachada do Edifício das Secretarias do Complexo do Fórum Central da Comarca de Niterói	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Restauração do Prédio do TACRIM	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Transparência Institucional	4	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-
Aprimorar a Segurança Institucional nas Instalações do PJERJ	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Casamento Comunitário	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Criação do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário – CISPJ	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Implementação do Plano de Escape no Centro Administrativo e na Lâmina III do Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Implementar o Reembolso Eletrônico dos Atos Gratuitos de Nascimento e de Óbito	3	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Judiciário em Tela (Mídia Indoor)	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Justiça em Ação	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pais Trabalhando	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de Apoio à Gestão de Desenvolvimento de Sistemas de Informação	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-